



# Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga

O problema do Genocídio Alemão a partir de Hannah Arendt

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em **Filosofia**,  
especialização em **Ética e Filosofia Política**.

**Ana Margarida Barbosa Machado**



FACULDADE DE FILOSOFIA  
FEVEREIRO 2015



# **Universidade Católica Portuguesa** **Centro Regional de Braga**

O problema do Genocídio Alemão a partir de Hannah Arendt

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em **Filosofia**,  
especialização em **Ética e Filosofia Política**.

**Ana Margarida Barbosa Machado**

Sob a Orientação do Prof.º Doutor **José Miguel  
Stadler Dias Costa**



FACULDADE DE FILOSOFIA  
FEVEREIRO 2015

## **RESUMO**

No âmbito da Ética e da Filosofia Política, o principal objetivo desta Dissertação de Mestrado prendeu-se com a investigação sobre a problemática do genocídio alemão, a qual foi orientada no sentido de se alcançar uma compreensão satisfatória, assim como argumentos que sustentassem a tese de que este crime contra a humanidade se tratou de um ato horrendo e complexo do século XX.

A metodologia aplicada nesta investigação científica foi o estudo do pensamento da filósofa política, Hannah Arendt, uma vez que foi pela análise das obras desta autora que a compreensão do genocídio alemão se tornou visível e compreensível, dentro dos limites do inteligível, mas também foi através desta investigação que surgiram os argumentos que suportaram a tese desta dissertação de mestrado, a explicação de que esta problemática foi um ato horrendo do século XX.

Esta investigação científica elucidou esta problemática e demonstrou que o genocídio alemão foi possível porque a condição humana permitiu que tal totalitarismo se afirmasse na Alemanha, assim como consentiu que o extermínio destas pessoas tivesse acontecido, por isso, o perigo estava na trivialidade com que estes homens encaravam a vida daqueles que exterminaram.

**Palavras-Chave:** Antissemitismo; Antimoralidade; Extermínio; Genocídio; Raça-Ariana; Totalitarismo.

## **ABSTRACT**

As far as Ethics and Political Philosophy are concerned, the main objective of this Master's Thesis was related to the research on the problem of German genocide, which was geared towards achieving a satisfactory understanding, as well as arguments that sustain the thesis that this crime against humanity was a horrendous and complex act of the twentieth century.

The methodology applied in this scientific research was the study of thinking of the political philosopher, Hannah Arendt, as it was due to the analysis of the works of this author that the understanding of the German genocide became visible and comprehensible within the limits of the intelligible, but it was also through this research that came the arguments that supported the thesis of this dissertation, the explanation that this issue was a horrendous act of the twentieth century.

This scientific research has elucidated this issue and demonstrated that the German genocide was possible because the human condition allowed such totalitarianism to be claimed in Germany, and consented the extermination of these people to happen, so the danger was in the triviality with which these men regarded the lives of those they had exterminated.

**Keywords:** Antisemitism; Antimorality; Extermination; Genocide; Race-Aryan; Totalitarianism.

## **AGRADECIMENTOS**

No decorrer deste percurso foram muitas as pessoas que me acompanharam e incentivaram a seguir em frente, transmitindo conhecimento, energia e carinho. São para estas pessoas os meus agradecimentos.

À minha família, pelo carinho, apoio, incentivo e dedicação que tiveram para comigo nesta etapa tão importante da minha vida e a quem dedico este trabalho. Muito Obrigada.

Aos meus professores que ao longo destes anos muito me ensinaram, motivando-me sempre a lutar pelos meus objetivos.

De uma forma muito particular, agradeço ao Orientador Professor Doutor José Miguel Stadler Dias Costa a orientação e encorajamento essenciais na concretização de mais esta etapa do meu percurso académico. Muito Obrigada, pela disponibilidade que sempre teve comigo.

## ÍNDICE

<b>Resumo</b> .....	III
<b>Abstract</b> .....	IV
<b>Agradecimentos</b> .....	V
<b>Índice</b> .....	VI
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I – Análise do Totalitarismo</b>	
Enquadramento da problemática .....	7
1. O totalitarismo como modelo político	
1.1. A propaganda totalitária .....	8
1.2. As limitações que devem ser implementadas para se combater a pretensão de tornar a política totalitária	
1.2.1. Interpretação do holocausto a partir de Zygmunt Bauman.....	14
2. As condições que possibilitaram o genocídio alemão	
2.1. As massas .....	19
2.2. A aliança temporária entre a “ralé” e a elite.....	24
2.3. A organização totalitária.....	30
<b>Capítulo II – A Condição Humana: Análise da dimensão ética do ser humano</b>	
1. A moralidade e/ou ética dos executores do genocídio alemão	
1.1. Perspetivas sobre a «Questão Alemã».....	38

1.2. A imagem do inferno.....	42
1.3. As técnicas da ciência social e o estudo dos campos de concentração.....	47
2. A desumanidade humana como reflexo da imoralidade e/ou amoralidade dos executores do genocídio alemão	
2.1. Culpabilidade organizada e responsabilidade universal .....	54
2.2. Análise da natureza do genocídio alemão: Como é que se pode compreender a natureza humana destes executores do genocídio alemão? .....	61
 <b>Capítulo III – A Condição Humana e o Totalitarismo</b>	
1. Como é que se pode avaliar e julgar quem se limitou a cumprir ordens superiores? – Compreensão e política (As dificuldades da compreensão).....	65
1.1. Estará o homem preparado para lidar com o totalitarismo? – Um especialista na questão judaica .....	72
2. Confiança na condição humana: O homem estará apto a não se deixar subjugar pelo totalitarismo?	
2.1. Interpretação a partir do julgamento de Adolf Eichmann .....	78
<b>Reflexão Pessoal</b> .....	84
<b>Conclusão</b> .....	88
<b>Bibliografia</b> .....	92

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

«Os homens normais não sabem que tudo é possível.»

(David Rousset<sup>2</sup>)

A problemática abordada nesta dissertação de mestrado incide no problema do genocídio<sup>3</sup> alemão, a partir do pensamento de Hannah Arendt, a qual tem como objetivo principal aprofundar e compreender, dentro dos limites do inteligível do entendimento humano, todo o horror infligido àqueles milhares de pessoas que sofreram as maiores atrocidades da história no séc. XX.

Para a concretização desta dissertação de mestrado propus-me estudar e refletir sobre o genocídio alemão a partir da sua dimensão política e ética, na medida em que pretendo obter conclusões que sustentem a minha argumentação de que esta problemática se trata de um fenómeno complexo e impercetível, uma vez que, ainda hoje, muito se tem para falar acerca disto e que também continua a não alcançar consenso quanto ao sistema de punição destes “criminosos”.

O intuito desta investigação científica depreende-se com um estudo cuidadoso daquilo que foi o genocídio alemão, sempre a par do pensamento de Hannah Arendt, autora que escolhi para investigar e examinar a sua reflexão em torno deste assunto, para que, posteriormente, possa formular uma opinião sobre tudo isto e consiga adquirir argumentos consistentes para defender, sem qualquer margem de dúvida, que este fenómeno foi uma “monstruosidade”, o que também tem como propósito alertar os homens e as gerações futuras sobre a desumanidade que o homem é capaz de realizar contra a própria condição humana.

Ao longo desta investigação terei por base o pensamento da autora Hannah Arendt, mais precisamente as suas obras, “Origens do Totalitarismo” e “A Condição Humana”, assim como também terei como complemento outras obras desta autora e as obras dos

---

<sup>1</sup> Esta Dissertação de Mestrado foi elaborada segundo a Norma Portuguesa (NP-405) e o novo Acordo Ortográfico.

<sup>2</sup> David Rousset foi um sobrevivente dos campos de concentração nazista, mais precisamente, Neuengamme e Buchenwald, mas também foi um escritor e ativista político.

<sup>3</sup> O termo genocídio significa o assassinato deliberado de pessoas, o qual, é motivado por diferenças étnicas, nacionais, raciais, religiosas e políticas, salientando assim uma espécie de “limpeza étnica”.

Raphael Lemkin, um judeu polaco, foi o fundador deste termo.

intérpretes do pensamento de Hannah Arendt, tal como o pensamento de Paul Ricoeur por este ter sido um dos maiores intérpretes do pensamento da autora.

O motivo que me levou até à escolha do tema desta dissertação de mestrado prende-se não só com o interesse de aprofundar os meus conhecimentos sobre o que foi o genocídio alemão mas acima de tudo, esta preferência do tema também se deve, em parte, com uma preocupação que me tem vindo a assombrar ao longo dos últimos tempos face à atual situação do mundo, o que me alertou para a possibilidade de ocorrer um fenómeno semelhante em qualquer ponto do mundo, dado que constantemente vemos situações de conflitos religiosos e/ou políticos a emergir; daí o carácter preocupante, pois é preciso relembrarmo-nos dos erros do passado para que não nos tornemos vulneráveis e permissivos com sistemas totalitários e ideologias fanáticas por parte de uma pessoa ou de uma organização.

O projeto que me propus realizar irá trazer para a nossa atualidade situações terríveis do passado, o que fará com que se dê mais relevância aos pormenores que, por vezes, negligenciamos e que poderão estar “camuflados” por ideologias totalitárias, e assim sendo, ao voltar a analisar um assunto desta dimensão tentarei pôr em análise um fenómeno horrendo do passado e ao mesmo tempo consciencializar as pessoas para não se deixarem subjugar por pretensões falaciosas e maleficientes.

O projeto de investigação está dividido em três capítulos, no primeiro capítulo trabalhar-se-á a análise do totalitarismo onde se dará enfoque aos aspetos políticos do tema desta dissertação, no segundo capítulo atentar-se-á sobre a condição humana porque estaremos perante a interpretação dos aspetos éticos do problema do genocídio alemão, e por fim, o terceiro capítulo fará uma síntese entre o primeiro e o segundo capítulos porque é necessário refletir-se sobre a condição humana e o totalitarismo, na medida em que é preciso focarmo-nos no ser humano para evitarmos que o totalitarismo ocorra no futuro.

No primeiro capítulo irá realizar-se uma análise do totalitarismo, a qual, vai debruçar-se sobre uma observação precisa daquilo que foi e que, ainda hoje, é descrito como o mais perigoso e distorcido meio de se alcançar o poder através da implementação de ideias mentirosas, daí se recorrer a uma investigação sobre o totalitarismo como modelo político, ainda que antes de abordar diretamente este assunto se efetue uma comparação entre os regimes totalitários na Rússia e na Alemanha, o qual servirá para enquadrarmos a problemática desta dissertação antes mesmo de estudarmos o genocídio alemão.

Ao propor um estudo sobre o totalitarismo como modelo política na Alemanha temos que, antes de mais, ver a estrutura interna destes sistemas e compreender toda a dinâmica subjacente à divulgação dos ideais totalitários do regime nazista, atendendo assim à propaganda totalitária enquanto meio de propagação das mensagens subvertidas que os nazistas queriam passar ao povo germânico com o intento de os convencer e levá-los a aderirem ao nazismo, pois só assim unidos é que se conseguiria pôr fim àqueles que eram indignos de pertencer à raça superior alemã, “raça ariana”, excluindo assim, a raça judaica e as minorias étnicas presentes nesse tempo na Alemanha.

Depois de observarmos a propaganda totalitária exercida pelos nazistas passaremos a uma interpretação do holocausto a partir do sociólogo polaco, Zygmunt Bauman, o qual se destacou no âmbito da sociologia com uma obra sobre uma pesquisa que incidiu sobre a relação por detrás da modernidade e o aparecimento do holocausto, alcançando em 1989 o prémio Amalfi por esta obra.

É através desta interpretação do holocausto que percebemos que este problema da filosofia política também mereceu um ensaio por parte deste sociólogo, o que, também nos permite inferir que o problema do genocídio alemão não é só uma questão da filosofia mas um assunto de todas as áreas do saber, uma vez que se trata de algo tão emaranhado no ser humano, o qual mereceu uma reflexão por parte das ciências sociais enquanto meio de clarificação para a própria caracterização e perceção do genocídio alemão por parte da filosofia. Contudo, esta reflexão de Zygmunt Bauman só veio reforçar a ideia de que é preciso compreender o fenómeno do holocausto em si para depois se alcançar uma compreensão política e ética.

Após a parte mais introdutória ao problema do genocídio alemão iremos ponderar e examinar as condições que possibilitaram este acontecimento começando pela compreensão do sistema de massas, na medida em que isto é sinal mais que evidente de que os movimentos totalitários são, na sua maioria, constituído por grandes grupos de pessoas, neste caso, as massas, as quais, são imprescindíveis para a fixação dos movimentos totalitários, ao mesmo tempo, em que são facilmente substituídas por outras pessoas, o que mostra a volubilidade das massas, o que por si é necessário aos movimentos totalitários porque só assim há movimento, o que transmite assim movimento a tudo o que os rodeia e lhes permite manter-se no poder.

Consequentemente será analisada a aliança entre a “ralé” e a elite porque é preciso compreender-se o porquê desta união, uma vez que sendo classes distintas não se apreende prontamente o motivo pelo qual se unem, daí que é fundamental perceber-se o fundamento desta junção, pois só assim se verá a razão que permitiu a união de pessoas tão diferentes, e mais precisamente, o que os levou a unificar-se em prol da continuidade do movimento totalitário.

O primeiro capítulo encerra com uma abordagem à organização totalitária salientando novas formas de propaganda política, nomeadamente, a introdução dos *slogans* como meio de disseminação das ideologias nazistas recorrendo assim à ênfase das mentiras propagandísticas do movimento totalitário alemão, assim como acrescenta um indicador novo neste novo tipo organizacional, surgindo deste modo as primeiras formações de elite e, consecutivamente, as diferentes tropas.

No segundo capítulo tratar-se-á da condição humana a partir de uma observação da dimensão ética do ser humano, refletindo assim sobre a moralidade e/ou ética dos executores do genocídio através de algumas das perspetivas sobre «a questão alemã», salientando deste modo o contributo eficaz das propagandas ilusórias mas também os mecanismos de estrutura interna do nazismo e, concludentemente, as consequências deles provindas, as barbáries realizadas contra aqueles seis milhões de pessoas que morreram por causa do genocídio alemão.

Em seguimento do ponto anterior refletirei sobre aquilo a que a autora, Hannah Arendt, à semelhança de outros pensadores, terá apelidado como a imagem do inferno, a qual, acabaria por descrever todo o terror vivido pelas vítimas quer na sua perseguição ou na vida dentro dos campos de concentração, o que permitirá alcançar um relato mais consistente sobre aquilo que se passava nas fábricas de morte (campos de concentração) até à constatação inegável daquilo que foi o maior “crime contra a humanidade”.

E em consequência do inferno vivido nos campos de concentração perceber-se-á mais claramente todas as técnicas da ciência social a partir do estudo destes campos de extermínio, na medida em que se irá compreender toda a tecnicidade das diferentes tropas, onde cada uma estava encarregue de uma determinada função, assim como todas as manobras para executar estas pessoas e as mais diversas maneiras de se livrarem destes seres indesejados, através da extorsão de dinheiro aos judeus ricos, recurso às câmaras de gás, entre outras, mas, não menos relevante, a forma inumana com que despersonalizavam

aquelas vítimas e, perante esta crueldade, ainda eram capazes de guardar os seus pertences como “reliquia”, a ser posteriormente colocada num museu.

Após a observação de atos e testemunhos relatados sobre o genocídio alemão passaremos para a compreensão de que este fenómeno ocorreu devido a uma organização meticulosamente estruturada, daí se afirmar que os executores do genocídio alemão demonstram uma culpabilidade organizada à qual se estende uma responsabilidade universal porque cada membro ou simpatizante do regime nazista sabia perfeitamente o que estava a fazer, ainda que mesmo assim o tivesse realizado por ser “necessário” para a preservação da raça ariana mas também porque essas vítimas “mereciam ser punidas” por serem um mal presente na sociedade alemã, dizendo-se mesmo que caso não fossem “eliminados” poderiam eles mesmos se voltarem contra os alemães, matando-os, daí os alemães se ilibarem com esta noção de “defesa” antes de serem atacados pelos judeus, pois só assim é que os alemães sobreviveriam perante o povo judaico.

Posto isto, a análise da natureza do genocídio alemão remeter-nos-á para a compreensão da natureza humana destes executores, a qual incidirá sobre as três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação porque só assim será possível perceber-se de que forma o homem se movimenta na terra, trespassando assim por todas estas atividades da qual ele próprio se encontra inserido, ressaltando deste modo que o homem é um ser social e político, tal como já havia proferido Aristóteles, daí ter que se relacionar com os outros homens na esfera política e assim colaborar e constituir os pilares que suportarão os valores de uma sociedade, ainda que neste caso em concreto, todos os valores fossem engendrados com o intuito de despersonalizar os outros povos e elevar o povo alemão à sua supremacia face a todos os outros povos.

No terceiro capítulo efetuar-se-á uma síntese entre a condição humana e o totalitarismo acentuando-se assim a dificuldade em avaliar e julgar quem simplesmente se limitou a cumprir ordens, executores, daí o problema por detrás da compreensão política, mais precisamente, as dificuldades da compreensão destes massacres de inocentes, o que suscitará algumas questões em torno da compreensão e do perdão porque, tal como Hannah Arendt faz questão de sublinhar, compreender não implica necessariamente perdoar porque não há como perdoar a imensurável monstruosidade destes crimes. Porém, o que se pode e dever-se-á fazer é tentar compreender como tudo se desenvolveu e, se possível, com o

passar dos tempos, apaziguar-se a dor, sem esquecer quem padeceu deste horror para que no futuro não se volte a cometer a mesma atrocidade.

Ainda na observação da relação entre a condição humana com o totalitarismo iremos ao encontro do “homem” que melhor demonstrou o quanto o ser humano é passível de colaborar e de se deixar subordinar pelo totalitarismo, Adolf Eichmann foi um fiel seguidor e cumpridor do nazismo porque sempre teve consciência dos seus atos e, por isso mesmo, não lhe pode ser retirada qualquer culpa, na medida em que agiu deliberadamente e, arrisco-me a ir mais longe afirmando, que ele realizou todo este terror porque lhe deu contentamento infligir o medo e a violência sobre todas aquelas vítimas, uma vez que o seu caráter era de tal modo desprovido de valor moral que ele afirmou ainda no seu julgamento em Jerusalém (Israel) que teria assassinado o próprio pai se Hitler o tivesse mandado fazer, o que salienta a falta de escrúpulos e de respeito para com a condição humana, ainda que ele defendesse que havia sido só um mero executor de ordens superiores.

Este último capítulo findará com uma reflexão atenta sobre a condição humana levantando assim uma questão fulcral, o homem estará apto a não se deixar subjugar pelo totalitarismo? abrindo assim espaço para a interpretação do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém (Israel), o que acaba por demonstrar e salientar o perigo que a condição humana está sujeita porque o homem é capaz de tudo para alcançar o poder, realizando assim as maiores crueldades contra a própria humanidade, o que nos permitirá inferir que o homem tem uma sede de poder enorme e que para a conquistar se predispõe a tudo, por isso mesmo é que se tem que alertar a humanidade para não se deixar cativar por ideologias erradas e fantasiosas porque o preço a se pagar é muito alto, ou seja, a própria preservação da humanidade poderá estar em perigo se todos se lembrarem de exterminar os seus opositores, logo, há que se aprender uma lição com o passado e evitar a todo o custo a pretensão de se construir um sistema totalitário, ainda que se tente dizer que se trata de um bem maior para a sociedade.

Após um estudo cuidado sobre o problema do genocídio alemão farei uma reflexão pessoal, a qual incidirá nos capítulos acima mencionados, mas terá como intuito refletir-se sobre a destrutividade do ser humano face aos outros seres humanos, assim como a compreensão do desrespeito destes seres humanos para com os outros, mas acima de tudo incidirei na problemática por detrás da despersonalização humana, mais precisamente, a

perda do sentido e valor do conceito de pessoa e ser humano, acabando assim por salientar a desumanização do ser humano para com a própria raça humana.

## **CAPÍTULO I – ANÁLISE DO TOTALITARISMO**

### **Enquadramento da problemática**

Para Hannah Arendt, no caso da Alemanha, Adolf Hitler terá usado a guerra com a pretensão de desenvolver e aperfeiçoar o governo totalitário, ao invés do que teria acontecido com a Rússia no tempo de Stálin onde a guerra suspendeu temporariamente o totalitarismo<sup>4</sup>.

Para a autora, a Alemanha nazista foi diferente da Rússia de Stálin, ainda que ambas retratassem a estrutura do sistema totalitário, o que de facto lhe permitiu perceber que os governos totalitários eram diferentes das tiranias e das ditaduras mas que nestes dois casos acima mencionados espelhavam pontos em comum mesmo que se tratasse de dois tipos distintos de totalitarismo<sup>5</sup>.

Os regimes totalitários estavam altamente bem planeados e estruturados, o que lhes permitiu fomentar o “culto da personalidade” nos cidadãos e a partir daí “instrumentalizar” e “desconstruir o ser humano” e torná-lo num “fiel servo” da Alemanha nazi, daí a passividade dos cidadãos alemães ter permitido o fortalecimento do governo totalitarista e ter edificado a premissa “matarás” como uma condição necessária para a execução da “solução final”, dado que só assim se acabaria com os opositores e inimigos do partido nazi<sup>6</sup>.

O terror e a dor dos anos vinte e trinta referentes ao período do stalinismo não proporcionaram progresso económico nem industrialização, bem pelo contrário, a fome, o despovoamento e as más condições para a produção de alimentos fez com que houvesse uma grande crise na agricultura, decréscimo populacional e incapacidade de colonização do interior da Sibéria, o que levou a Rússia a perder o *know-how* técnico que o país havia anteriormente adquirido e que à semelhança da Alemanha pós-nazista ainda hoje se paga a “dívida” por estes erros dos sistemas totalitários<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: Prefácio”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 341.

<sup>5</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 343.

<sup>6</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 346-347.

<sup>7</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 348.

Podemos olhar para o stalinismo e nazismo como atos determinados a partir da ideia de destotalização, a qual só foi possível devido à morte de Stálin e Hitler<sup>8</sup>, o que pôs fim às ideologias totalitárias na Rússia e na Alemanha, ainda que a qualquer momento possa surgir um novo sistema totalitário<sup>9</sup>.

As ideologias totalitaristas de Hitler fizeram com que ele concebesse uma “conspiração mundial fictícia” com um sentimento antijudaico, o qual comportava em si uma ideologia que ia de encontro às suas pretensões totalitárias para um domínio mundial e total, e posteriormente estas ideologias foram aceites por Stálin. Da união de Hitler com Stálin podemos verificar que ambos ambicionavam “dominar” o mundo, daí a sua união ter sido pouco duradoura, o que fez com que a morte de ambos não lhes tivesse dado tempo para executar todo o horror que haviam planeado, o que nos permite, por agora, falar de atos horrendos do passado com um fim pelo menos provisório<sup>10</sup>.

## **1. O totalitarismo como modelo político**

### **1.1. A propaganda totalitária**

A difusão das ideologias partidárias de Adolf Hitler estava estrategicamente delineada, uma vez que ele sabia que a sua mensagem, ideologia política, tinha de ser dada de forma diferente consoante o público-alvo para o qual discursava.

A elite e a “ralé” (povo) estavam à partida mais recetivos ao ímpeto do totalitarismo embora por motivos diferentes, se para a “ralé” o totalitarismo era uma forma de obedecer a um governo totalitário e monopartidário sem qualquer tipo de interferência no sistema político, por outro lado, a elite estaria interessada em participar na construção do poder totalitário nazi porque assim veria salvaguardado o seu estatuto, mais precisamente, o valor da raça ariana.

Por outro lado, as massas tinham que ser conquistadas por meio de propaganda, de modo a que uma boa campanha propagandística conseguisse fazer com que estas pessoas se identificassem e sentissem pertencentes ao partido nazista<sup>11</sup>.

---

<sup>8</sup> Ainda hoje estes países pagam o preço pelos seus atos mas também se mantêm alguns traços daquilo que foi subsistindo dos sistemas totalitários do passado.

<sup>9</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 351.

<sup>10</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 353.

<sup>11</sup> Cf. ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: O movimento totalitário”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 390.

Nos países totalitários, a propaganda e o terror eram duas faces da mesma moeda, na medida em que a propaganda difundia as ideias políticas em causa para levá-las até às pessoas, e em última instância, o terror era usado para fazer com que os mais reticentes à adesão ao totalitarismo acabassem por o fazer; daqui podemos inferir que a violência fazia parte da propaganda quer no início da campanha e até mesmo quando o totalitarismo já se encontrava difundido para assim conseguirem consolidar em pleno as doutrinas ideológicas totalitárias.

A propaganda de Hitler começou inicialmente por assentar na ideia do antissemitismo como forma de controlar o povo alemão e manter viva a preservação do “sangue germânico”, o que em certa parte explica a motivação e a execução de todas aquelas pessoas que não eram genuinamente alemãs, tais como os judeus e as minorias étnicas, tais como os ciganos, testemunhas de jeová, eslavos, poloneses, homossexuais e deficientes físicos e mentais, uma vez que estes eram uma ameaça para a raça ariana, daí Hitler ter concebido a ideia de que era necessário exterminar-se estas pessoas e para isto construiu mensagens/ideias mentirosas e tendenciosas sobre os judeus e as minorias étnicas com o intuito de levar os alemães a executarem estas pessoas como sendo algo necessário para a preservação do povo alemão<sup>12</sup>.

A propaganda totalitária do partido nazista assentou na “guerra psicológica” que era exercida sobre as massas, mais precisamente sobre o povo alemão, ainda que o terror fosse mais maléfico para os judeus. Após terem atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário alemão continuou a empregar o terror, o que nos permite detetar que a sociedade alemã já se encontrava totalmente subjugada, uma vez que o terror tinha já alcançado a perfeição, tal como nos campos de concentração, o que fez com que a propaganda fosse mais ténue. Se a propaganda era um instrumento eficaz do totalitarismo, o terror era a própria essência desta forma de governação, dado que era através do terror que a ideologia se havia mantido viva durante o tempo de governação de Adolf Hitler<sup>13</sup>.

A propaganda totalitária aperfeiçoou o cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas, mais precisamente, afirmações incontestáveis, a um ponto antes ignorado de eficiência metódica e absurdo de conteúdo porque, do ponto de vista demagógico, a melhor maneira de evitar discussão é tornar o argumento independente de verificação no presente e afirmar que só o futuro lhe revelará os métodos. E através deste

---

<sup>12</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 392.

<sup>13</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 393.

cientificismo ideológico Hitler conseguiu fazer com que os alemães pusessem em prática o genocídio alemão face aos judeus e às minorias étnicas como sendo algo essencial à continuidade do povo alemão, daí também os ter feito crer que esta solução final era “isenta” de julgamentos éticos e morais por estar em causa a salvaguarda do povo alemão<sup>14</sup>.

O genocídio alemão permitiu-nos detetar que o cientificismo da política do regime nazista pressupunha que o bem-estar dos alemães era a sua finalidade, daí se encarar a execução dos judeus e das minorias étnicas como um ato em prol de um bem maior, o que em certa medida tenta desculpabilizar este ato horrendo e nos permite dizer que o cientificismo da política de Hitler lhe permitiu fixar o totalitarismo como forma de governação e como doutrina de reeducar e transformar o homem numa “máquina de execução” de outros homens<sup>15</sup>.

Os nazistas demonstraram que se pode levar todo um povo à guerra com o lema “de outra forma perecemos”, o que a propaganda de guerra evidentemente evitou em 1914; mesmo em época que não seja de miséria, de desemprego ou de frustradas ambições nacionais. E isto mostra claramente o poder da ideologia totalitária alemã, as quais colocaram ao seu dispor alguns alemães em prol deste genocídio<sup>16</sup>.

A linguagem do cientificismo profético correspondia às necessidades das massas que haviam perdido o seu lugar no mundo e, agora, estavam preparadas para se reintegrar nas forças eternas e todo-poderosas que, por si, impeliriam o homem, nadador no mar da adversidade, para praia segura, daí que para as massas o que importava era a vitória e, não a causa em si, e por isso o sucesso do extermínio dos povos de raça não ariana era a sua motivação, ainda que esta causa em nada fosse digna de respeito ou orgulho para o povo alemão<sup>17</sup>.

A propaganda totalitária aperfeiçoou as técnicas da propaganda de massas, mas não lhes inventava os temas e/ou motivos, contudo, a eficácia deste tipo de propaganda evidenciava uma das principais características das massas modernas. As massas modernas não acreditavam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência porque não confiavam nos seus olhos e ouvidos, mas apenas na sua imaginação, assim sendo, o que

---

<sup>14</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 395.

<sup>15</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 396.

<sup>16</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 397.

<sup>17</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 399-400.

convencia as massas não eram os factos, mesmo que estes factos fossem inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual estes factos faziam parte<sup>18</sup>.

Hitler antes de alcançar o poder e criar um mundo à imagem da sua doutrina fez com que estes movimentos totalitários tivessem invocado esse falso mundo de coerências, o qual era mais adequado às necessidades da mente humana do que à própria realidade; pois nele, através da imaginação, as massas desarraigadas podiam sentir-se à vontade e evitar os eternos golpes que a vida e as experiências verdadeiras infligem aos seres humanos e às suas expectativas, e isto só era possível enquanto as massas se mantivessem distantes do mundo real. Era desta fraqueza humana que as mentiras da propaganda totalitária se serviam para fixar o abismo entre a realidade e a ficção<sup>19</sup>.

A mais eficaz ficção da propaganda nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica. A concentração em propaganda antissemita era expediente comum dos demagogos desde fins do século XIX, e muito difundido na Alemanha e na Áustria na década de 1920 porque quanto mais constantemente os partidos e órgãos da opinião pública evitavam discutir a questão judaica, mais a “ralé” se convencia de que os judeus eram os verdadeiros representantes das autoridades constituídas, e de que a questão judaica era o símbolo da hipocrisia e da desonestidade de todo o sistema.

Os nazistas deram à questão judaica a posição central na sua propaganda, no sentido de que o antissemitismo já não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, nem uma questão de política nacional, mas sim a preocupação íntima de todo indivíduo na sua existência pessoal porque ninguém podia pertencer ao partido se a sua “árvore genealógica” não estivesse em ordem, e quanto mais alto o posto na hierarquia nazista, mais longe no passado se vasculhava essa árvore genealógica<sup>20</sup>.

A propaganda nazista foi suficientemente engenhosa para transformar o antissemitismo em princípio de autodefinição, libertando-o assim da inconstância de uma mera opinião. Estes usaram a persuasão da demagogia de massa apenas como fase preparatória, e nunca viram isto como algo com influência duradoura quer nos discursos ou por escrito. Por sua vez, isto criou uma massa de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis com capacidade de se autodefinirem e identificarem, criando assim uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa.

---

<sup>18</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 400-401.

<sup>19</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 402.

<sup>20</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 405.

Quando a atenção pública se concentrou no nacionalismo, de um lado, e no socialismo, de outro, quando se julgava que os dois eram incompatíveis e constituíam a verdadeira linha divisória ideologicamente entre a direita e a esquerda, o “partido nacional-socialista dos trabalhadores alemães” (nazista) ofereceu uma síntese que supostamente levaria à unidade nacional, uma solução semântica cuja dupla marca registada – “alemão” e “trabalhador” – ligava o nacionalismo da direita ao internacionalismo da esquerda. O próprio nome do movimento nazista esvaziava politicamente todos os outros partidos, e pretendia implicitamente incorporá-los a todos.

É importante evidenciar que, mesmo no seu começo, os nazistas sempre tiveram a prudência de não usar *slogans* que, como democracia, república, ditadura ou monarquia, indicassem uma forma específica de governo, assim sendo, toda a discussão a respeito da verdadeira forma do seu futuro governo podia ser rejeitada como conversa fiada a respeito de meras formalidades pois o estado, segundo Hitler, era apenas um “meio” para a preservação da raça ariana<sup>21</sup>.

Em termos de mera propaganda, a descoberta dos nazistas foi que as massas não receavam tanto que os judeus dominassem o mundo, quanto estavam interessadas em saber como isso podia ser feito; que a popularidade dos protocolos se baseava mais na admiração e na avidez de aprender, do que no ódio; e que seria boa ideia adotar algumas das suas principais fórmulas, como no caso do famoso *slogan* “o direito é aquilo que é bom para o povo alemão”, que foi copiado das palavras dos protocolos<sup>22</sup>: “tudo o que beneficia o povo judaico é moralmente correto e sagrado”<sup>23</sup>.

A propaganda nazista descobriu no “judeu supranacional” o precursor germânico do mundo, e assegurou às massas que “as nações que primeiro conhecessem o judeu pelo que ele era, e fossem as primeiras a combatê-lo, tomariam o seu lugar no “domínio mundial”. A ilusão de um domínio mundial judeu já existente constituiu a base da ilusão do futuro do domínio mundial alemão através da aplicação dos protocolos por Hitler, o que o fez pensar ser possível alterar o “domínio” dos judeus sobre os alemães e, assim adotar instrumentos de violência e subjugar os protocolos e o povo judeu.

---

<sup>21</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 407.

<sup>22</sup> Os Protocolos dos Sábios ou Os Protocolos de Sião referiam-se a um alegado projeto de conspiração dos Judeus e dos Maçons de modo a alcançarem a “dominação mundial através da destruição do mundo Ocidental”.

<sup>23</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 408.

E assim sendo, a propaganda nazista concentrou toda esta nova e promissora visão num só conceito, ao qual chamou de *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional), com o intuito de elevar o movimento nazista ao seu aspeto mais totalitarista.

Esta nova comunidade assentava na absoluta igualdade de todos os alemães, igualdade não de direitos mas de natureza, e na suprema diferença que os diferenciava de todos os outros povos<sup>24</sup>.

Após a ascensão dos nazistas ao poder, o pressuposto da igualdade entre todos os alemães acabou por perder a sua importância e lugar para as políticas nazistas, o que evidenciou e alastrou o desprezo geral pelo povo alemão, o qual até então havia sido camuflado. É nesta linha de pensamento que detetamos que a *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) era uma espécie de tentativa de preparação propagandística para a criação de uma sociedade racial “ariana”, a qual acabaria por resultar na destruição de todos os povos, exceto os alemães.

Em certa medida, a *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) foi uma tentativa dos nazistas combaterem a promessa comunista de uma sociedade sem classes, ao passo em que tornariam todos os alemães submissos à ideologia nazista e com vontade de desenvolver o seu espírito empreendedor e de conquistar cargos de poder, ainda que isto se desenvolvesse no mundo fictício deste movimento<sup>25</sup>.

O verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não era a persuasão mas a organização, na medida em que prevalecia a máxima de que “o acúmulo da força sem a posse dos meios de violência” não os levaria a impor qualquer lei ou norma aos alemães, uma vez que só a oratória de Hitler não era suficiente para fixar os valores e normas do nacionalismo-socialismo do partido nazista.

Ainda que o totalitarismo recorresse à generalização podemos concluir que a propaganda totalitária nazista criou um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, onde a principal desvantagem era não ser lógico, coerente e organizado. E assim sendo, verificamos que a coerência da ficção e o rigor organizacional permitiram que a generalização sobrevivesse ao desmascaramento de certas mentiras mais específicas, o poder dos judeus após o seu massacre sem defesa<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 409-410.

<sup>25</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 410.

<sup>26</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 411-412.

A propaganda totalitária transformou a suposição de uma conspiração mundial judaica de assunto discutível que era, em principal elemento da realidade nazista; o facto é que os nazistas agiam como se o mundo fosse dominado pelos judeus e precisasse de uma contra conspiração para se defender.

O motivo fundamental da superioridade da propaganda totalitária em comparação com a propaganda de outros partidos e movimentos era que o seu conteúdo, pelo menos para os membros do movimento, não era mais uma questão subjetiva a respeito da qual as pessoas podiam ter a sua opinião, mas tornou-se parte tão real e intocável das suas vidas como as regras da aritmética, uma vez que a organização de toda a textura da vida segundo uma ideologia só podia realizar-se completamente sob um regime totalitário.

As vantagens de uma propaganda que constantemente emprestava à voz fraca e falível do argumento a “força da organização”, e dessa forma realizava, por assim dizer, instantaneamente tudo o que dizia, eram tão óbvias que dispensavam demonstração.

Por contrapartida, foi no momento da derrota alemã que a fraqueza inerente da propaganda totalitária se tornou visível, pois, sem a força do movimento, os seus membros cessaram imediatamente de acreditar no dogma pelo qual ainda no dia anterior estavam dispostos a fazer de tudo para sacrificar a sua vida em prol da continuidade do povo alemão. Assim sendo, a queda do movimento totalitário, mais precisamente, o mundo fictício que os havia orientado para zelarem pela raça “ariana” acabava por ser destruído, o que levou as massas a adotar uma nova postura perante a vida e a destruição das ideologias totalitaristas do nazismo.

Contudo, o nazismo, enquanto ideologia, havia sido “realizado” de um modo tão completo que o seu conteúdo deixara de existir como um conjunto independente de doutrinas, pois, perdera, assim, a sua existência intelectual; a destruição da realidade, portanto, quase nada deixou em seu rastro, muito menos o fanatismo dos seus adeptos<sup>27</sup>.

## **1.2. As limitações que devem ser implementadas para se combater a pretensão de tornar a política totalitária**

### **1.2.1. Interpretação do holocausto a partir de Zygmunt Bauman<sup>28</sup>**

Para Zygmunt Bauman<sup>29</sup>, o holocausto foi o resultado da conjuntura da sociedade

---

<sup>27</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 413.

<sup>28</sup> É um sociólogo Polaco que se destacou em 1989 com a sua obra “Modernidade e Holocausto”, da qual recebeu o prémio Amalfi nesse mesmo ano.

moderna ocidental, na qual, predominava a razão, uma vez que, nesta altura as pessoas e as sociedades se encontravam no mais alto estágio de civilização e, ao mesmo tempo, no auge do desenvolvimento humano<sup>30</sup>. Por isso, é que foi por esta razão que o holocausto se desenvolveu e implantou na sociedade alemã, tornando-se assim num problema desta sociedade, cultura e até mesma da civilização.

Os defensores do nazismo tinham ao seu dispor tudo aquilo que lhes era necessário para transformarem esta ideologia partidária e ideológica numa ideia dominante do estado e, conseqüentemente, de toda a raça-ariana presente na Alemanha.

Os governantes do regime nazista utilizaram a razão como sendo um instrumento, o que fez com que em seguimento deste idealismo se praticassem atos horrendos e aterrorizadores para as vítimas deste governo, nomeadamente, os judeus<sup>31</sup>.

Os mentores e executantes deste idealismo antijudaico viam o genocídio moderno/holocausto a partir de um argumento racionalmente justificado, no qual, a morte dos judeus era a solução para se alcançar o estado perfeito e, se atingir o progresso para a Alemanha nazista<sup>32</sup>.

Bauman viu que o governo de A. Hitler, Alemanha nazista, tinha como objetivo eliminar, neutralizar, isolar e marginalizar os judeus<sup>33</sup>, pois, naquele tempo, esta intenção de acabar com os judeus era vista como sendo um meio/saída para se findar os possíveis alvos de resistência antimodernista e, assim, preservarem o seu fim/ideal último, mais precisamente, o progresso modernista alemão.

Na perspectiva sociológica de Bauman, os judeus se não tivessem sido vítimas do holocausto teriam, segundo os alemães, sido um entrave aos ideais progressistas alemães daquela época. É sabido que os progressos propostos pelos alemães para a Alemanha não iriam dizer nada aos judeus, uma vez que, estes eram na maioria estrangeiros e, como tal, os intentos progressistas para a Alemanha não lhes iriam interessar muito, pois, os judeus não eram de nacionalidade alemã e, por isso, não se sentiam pertencentes ao estado alemão, o que iria fazer com que possivelmente não aderissem a estes avanços da modernidade.

---

<sup>29</sup> Cf. BAUMAN, Z. – *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

<sup>30</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 201.

<sup>31</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 216.

<sup>32</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* pp. 221-225.

<sup>33</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 217.

Bauman nesta obra levanta uma questão pertinente, a qual, vai de encontro com a formulação de H. Arendt sobre a possibilidade da responsabilidade moral ser capaz de resistir à socialização, mas, Bauman foi mais longe do que isto e, perguntou se o holocausto não será um sintoma patológico da modernidade e do seu processo civilizador<sup>34</sup>.

É a partir desta questão que Bauman nos vai apresentando ao longo da obra três possíveis vias de explicitação para a compreensão do holocausto e, posteriormente nos mostrar até que ponto os argumentos nazistas para a realização deste genocídio moderno são incoerentes.

A primeira via de explicação<sup>35</sup> proposta por Bauman tinha como objetivo principal explicar de que forma o declínio dos valores preponderantes da democracia acabam por se perder com a chegada ao poder do regime nazista. É dentro do seio da civilização moderna alemã que se começam a pôr em dúvida os fundamentos morais da moderna democracia, nos quais, os judeus estavam proibidos de participar na vida política e até mesmo de frequentar as universidades, o que fez com que se questionasse o bem-estar comum de todos os homens e o próprio reconhecimento das diferenças dentro deste sistema político<sup>36</sup>.

No holocausto, a máquina da morte ou motor desencadeador deste genocídio foi o Estado, uma vez que, este não foi minimamente democrático, bem pelo contrário, ele fez transmitir a ideia de que a raça-ariana é que era digna de ser considerada por pessoas enquanto os outros povos não tinham tal direito<sup>37</sup>. É em seguimento desta ideologia que se propõem acabar com os judeus, na medida em que estes eram vistos como inimigos para a integridade da raça-ariana. Assim sendo, esta política de preservação dos arianos face aos judeus revela simultaneamente a falta de democracia e respeito pelos judeus.

A segunda via de explicação<sup>38</sup> proposta por Bauman tinha como intenção mostrar que todos os “ingredientes” do holocausto eram normais, daí que eram o resultado da civilização moderna daquele tempo e, que por isso, foram um dos caminhos possíveis e adequados para a busca da felicidade humana e para o alcance de uma sociedade perfeita<sup>39</sup>.

---

<sup>34</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 206.

<sup>35</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* pp. 207-212.

<sup>36</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 212.

<sup>37</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 209.

<sup>38</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* pp. 212-217.

<sup>39</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 213.

É de se referir que o avanço tecnológico da civilização e a sua extrema racionalização na busca adequada entre meios e fins viria por se tornar num acontecimento devastador para a sociedade, uma vez que, este avanço tecnológico foi mal utilizado pelos alemães, nomeadamente, na realização do holocausto, acontecimento o qual acabaria por vir a denegrir a imagem progressista da Alemanha<sup>40</sup>.

Nesta linha de pensamento, Bauman demonstrou que por detrás de uma aparente inofensividade da racionalização estavam as indústrias capitalistas modernas, as quais, não eram capazes de fazerem um uso correto da racionalidade e da tecnologia, bem pelo contrário, elas acabaram por levar os países a cometerem atos horrorosos devido à sede enorme que havia pela ideia de progresso e modernidade, o que posteriormente, se veio a revelar na efetuação do holocausto enquanto meio necessário para se atingir o progresso para o país alemão.

A terceira via de explicação<sup>41</sup> que Bauman nos aponta nesta obra é a de que o holocausto foi um fenómeno subsequente da mentalidade moderna, no qual, o mundo racional da civilização moderna tornou possível o genocídio moderno. Assim sendo, foi a sociedade moderna ocidental que permitiu que o holocausto se desenvolvesse, na medida em que a razão e a tecnologia estiveram acessíveis aos governantes nazis e, estes utilizaram-nas de acordo com a forma como pretendiam pôr em prática o seu idealismo antijudaico<sup>42</sup>.

Na elaboração do genocídio moderno, Hitler atribuiu a cada pessoa a noção de responsabilidade para com os seus compromissos em prol do estado (ex: exterminar, capturar ou tomar conta dos judeus) e ao mesmo tempo a ideia de que ele estava a contribuir para uma nova construção da história alemã<sup>43</sup>.

Segundo Bauman, Hitler recorreu à burocracia estatal (poder estatal) como forma de tornar o genocídio moderno amoral, pois, isto iria pôr de lado o conflito entre o modelo de decência moral contra o padrão de imoralidade perante as ações realizadas pelos executantes do regime nazista<sup>44</sup>.

É ainda nesta linha de pensamento que Bauman viu que os mentores e executantes do holocausto viam todas aquelas mortes como sendo uma ação de “limpeza” da

---

<sup>40</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 213.

<sup>41</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* pp. 217-229.

<sup>42</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 217.

<sup>43</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 225.

<sup>44</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* pp. 224-225.

sociedade, na qual, todas as mortes tinham sido “necessárias” e, que por isso mesmo se apresentavam racionalmente justificadas (ex: ao se matar um judeu não se estava a matar um homem de carne e osso, mas, um inimigo do estado).

O processo civilizador foi, entre muitas outras coisas, um processo de despojamento da avaliação moral do uso inaceitável da violência, mas, também a emancipação dos desejos da racionalidade perante as normas éticas e as inibições morais em prol do nazismo<sup>45</sup>. E foi por isto, que a modernidade conheceu o seu lado mais escuro, mais precisamente, quando aceitou os fenómenos oriundos do holocausto como sendo os resultados legítimos do processo de civilização proposto pela modernidade.

É natural que quando se lê uma obra sobre esta temática, as pessoas se interroguem acerca da perseguição ao povo judeu. E, para esta questão, Bauman diz-nos que este povo era visto no período da segunda guerra mundial como sendo “alvos” de resistência antimodernista, o que, fez deles assim suspeitos face aos ideais nazistas e que por isso se pôs em prática o holocausto.

Numa espécie de conclusão podemos ver que para Bauman, o holocausto é um fenómeno possível de ser realizado na modernidade, na medida em que ele pode ocorrer de um desajuste ou de uma perversidade exagerada em torno da noção de progresso nas sociedades, uma vez que estas podem desencadear um acontecimento desta proporção ou um ato ainda mais horripilante que o próprio holocausto<sup>46</sup>.

Também podemos ver que Bauman se foi revelando ao longo desta obra como sendo um crítico da modernidade, mostrando assim o lado mais obscuro da ideia de progresso, o que o levou a constatar que o holocausto foi o resultado do fracasso de vários pressupostos modernos. Mas, para Bauman, é a partir da constatação destes fracassos do holocausto que nós podemos realizar uma revisão e reflexão desses mesmos pressupostos com o intuito de levar a humanidade a aprender alguma coisa com os seus próprios erros.

É certo que o holocausto marcou um período da história e, com ele muitas vidas se perderam indevidamente, mas, não podemos fazer nada para recuperar essas vítimas, a não ser aprender uma grande lição sobre o holocausto.

A lição é a de que a autopreservação e a racionalidade não se podem sobrepor à responsabilidade moral que nós temos pelos outros, pois, nós não nos devemos esquecer que a nossa responsabilidade não é só responsabilidade por nós, mas, que a

---

<sup>45</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 229.

<sup>46</sup> Cf. BAUMAN, Z. *Op. Cit.* p. 233.

responsabilidade é também responsabilidade pelos outros, pois, só assim é que é possível evitarem-se os mesmos erros do passado e ser-se mais humano perante os outros homens<sup>47</sup>.

## **2. As condições que possibilitaram o genocídio alemão**

### **2.1. As massas**

Na visão de Hannah Arendt podemos inferir que o que caracteriza melhor os movimentos totalitários e conseqüentemente a fama que os seus líderes têm ao longo da história é, sem qualquer dúvida a surpreendente facilidade com que são substituídos<sup>48</sup>.

Adolf Hitler ainda que mantenha grande influência no movimento e pensamento pós-nazista acabou por ter uma menor relevância aquando da sua morte, o que nos permite detetar que essa impermanência no decorrer da história está relacionada com a volubilidade das massas, mais precisamente isto se deve à essência dos movimentos totalitários, os quais só podem permanecer no poder enquanto estiverem em movimento e transmitirem movimento a tudo o que os rodeia<sup>49</sup>.

Se por um lado a inconstância das massas os leva a seguir as pisadas dos seus antecessores, ainda que se efetuem alterações, daí a facilidade da adaptabilidade destes regimes totalitários e a falta de continuidade com o modelo do regime totalitário anterior. Por outro lado, o esquecimento e a inconstância das massas poderão significar que estas massas estão curadas da ilusão totalitária, a qual podemos relacionar com o culto a Hitler<sup>50</sup>.

Seria um grande erro esquecermos e minimizarmos o facto desta impermanência dos regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandarem e basearem-se no apoio das massas, pois, não nos podemos esquecer que a ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, pois, caso contrário Hitler não teria conseguido manter a liderança de tão grande população e

---

<sup>47</sup> O pensamento de Zygmunt Bauman segue a linha de reflexão de Hannah Arendt, na medida em que percebe e salienta a necessidade de se compreender o genocídio alemão para que só depois se formule um juízo de valor, e também nos apercebemos de que o sociólogo polaco Zygmunt Bauman era, tal como Hannah Arendt, oriundo da escola/tradição da filosofia continental, a qual deu principal importância às tradições filosóficas provenientes da Europa Continental, mais incisivamente, sobre várias problemáticas resultantes do pensamento alemão.

<sup>48</sup> Cf. ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: Uma sociedade sem classes”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.355.

<sup>49</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 355-356.

<sup>50</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 356.

sobrevivido a tantas crises internas e externas, assim como ter enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas<sup>51</sup>.

Constatamos que a atração que o mal e o crime exerciam sobre a mentalidade da “ralé” não era novidade, uma vez que para estes, os “atos de violência podiam ser perversos mas eram sinal de esperteza”. Posto isto, apercebemo-nos do desconcertante sucesso do totalitarismo nos seus adeptos, os quais demonstravam um verdadeiro altruísmo aquando dos atos contra os próprios elementos do movimento totalitarista, se para eles não havia repulsa em “exterminar” os inimigos do totalitarismo também não lhes fazia aversão atos que atentassem contra a sua própria vida, bem pelo contrário, eles até se “ofereciam” para cumprir o seu “castigo” desde que o seu *status* como membro do movimento permanecesse intacto<sup>52</sup>.

O fanatismo dos membros totalitários, ao contrário das demais formas de idealismo, desaparece no momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos, matando neles qualquer resto de convicção que possa ter sobrevivido ao colapso do próprio movimento. Porém dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que ela seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte<sup>53</sup>.

Os movimentos totalitários objetivavam e conseguiam organizar as massas e não as classes, como faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como faziam os partidos dos países anglosaxões. Contudo, podemos dizer que todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhe sejam favoráveis<sup>54</sup>.

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. Assim sendo, as

---

<sup>51</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 356.

<sup>52</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 357.

<sup>53</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 357-358.

<sup>54</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 358.

massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis<sup>55</sup>.

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Consequentemente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto<sup>56</sup>.

O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira ilusão foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas por uma minoria.

A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação<sup>57</sup>.

É difícil perceber onde as organizações da “ralé” do século XIX diferem dos movimentos de massa do século XX porque os modernos líderes totalitários não diferem muito em psicologia e mentalidade dos antigos líderes da escória, cujos padrões morais e esquemas políticos, aliás, tanto se assemelhavam aos da burguesia. Embora o individualismo caracterizasse tanto a atitude da burguesia como o da “ralé” em relação à vida, os movimentos totalitários podem, com justiça, afirmar terem sido os primeiros partidos realmente antiburgueses, o que não aconteceu com os seus predecessores do século XIX<sup>58</sup>.

As massas, contrariamente ao que foi previsto, não resultaram da crescente igualdade de condição e da expansão educacional, com a sua conseqüente perda de

---

<sup>55</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 361.

<sup>56</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 361.

<sup>57</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 362.

<sup>58</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 363-364.

qualidade e popularização de conteúdo, pois até os indivíduos altamente cultos se sentiam particularmente atraídos pelos movimentos de massa. Nem o mais sofisticado individualismo evitava aquele autoabandono em direção à massa que os movimentos de massa propiciavam<sup>59</sup>.

Muitos dos talentosos líderes de massa vieram da “ralé”, e não das massas. Hitler, cuja biografia se lê como um livro-texto exemplar a esse respeito, e Stálin provinham da aparelhagem conspirativa do partido, onde se misturavam proscritos e revolucionários. O antigo partido de Hitler, composto quase exclusivamente de desajustados, fracassados e aventureiros, constituía na verdade um “exército de boémios” que eram apenas o avesso da sociedade burguesa e a quem, conseqüentemente, a burguesia alemã poderia ter usado com sucesso para seus próprios fins<sup>60</sup>.

Os movimentos totalitários dependiam menos da falta de estrutura de uma sociedade de massa do que das condições específicas de uma massa atomizada e individualizada, como se pode constatar por uma comparação do nazismo com o bolchevismo, que surgiram em seus respectivos países em circunstâncias muito diversas<sup>61</sup>.

Desde os tempos antigos, a imposição da igualdade de condições aos governados constituiu um dos principais alvos dos despotismos e das tiranias, mas essa equalização não basta para o governo totalitário porque deixa ainda intactos certos laços não-políticos entre os subjugados, tais como laços de família e de interesses culturais comuns. O totalitarismo que se preza deve chegar ao ponto em que tem de acabar com a existência autônoma de qualquer atividade que seja, mesmo que se trate de xadrez<sup>62</sup>.

Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados, os quais se distinguem dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual e esta exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e do decorrer da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. Contudo, onde o governo totalitário não é preparado por um movimento totalitário, o movimento tem de ser organizado depois, e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar

---

<sup>59</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 366.

<sup>60</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 367.

<sup>61</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 368.

<sup>62</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 372.

a lealdade total que é a base psicológica do domínio total. Assim sendo, não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido<sup>63</sup>.

A grande realização de Hitler ao organizar o movimento nazista – que gradualmente construiu a partir de um pequeno partido tipicamente nacionalista formado por gente obscura e meio louca – é que ele liberou o movimento do antigo programa do partido, não por mudá-lo ou aboli-lo oficialmente, mas simplesmente por recusar-se a mencioná-lo ou discutir os seus pontos<sup>64</sup>.

A falta de um programa partidário, ou o facto de ignorá-lo, não é, por si só, necessariamente um sinal de totalitarismo. O primeiro a considerar programas e plataformas como desnecessários pedaços de papel e embaraçosas promessas, não condizentes com o estilo e o ímpeto de um movimento foi Mussolini com a sua filosofia fascista de ativismo e inspiração no próprio momento histórico. Todo o líder da “ralé” é caracterizado pela mera sede de poder e pelo desprezo à “tagarelice” quando se lhe pergunta o que pretende fazer com ele<sup>65</sup>.

O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente, o que neste sentido, elimina a distância entre governantes e governados e estabelece uma situação na qual o poder e o desejo de poder, tal como o entendemos, não representam papel algum ou, na melhor das hipóteses, têm um papel secundário. Essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária mas que como simples funcionário pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do “desejo” das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele pois, sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 373.

<sup>64</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 373-374.

<sup>65</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 374-375.

<sup>66</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 375.

Hitler que conhecia muito bem essa interdependência expressou-a certa vez num discurso perante a SA: “Tudo o que vocês são, o são através de mim; tudo o que eu sou, sou somente através de vocês”. Esta frase reflete uma ação, a qual é definida em termos de dar e executar ordens, pois, esta frase pressupõe alguém que comanda, que pensa e deseja e, em seguida, impõe o seu pensamento e o seu desejo sobre um grupo destituído de pensamento e de vontade – seja por meio da persuasão, da autoridade ou da violência. Hitler, porém, era da opinião de que até mesmo o “pensamento” (só existia) em virtude da formulação ou execução de uma ordem”, eliminando assim, mesmo teoricamente, de um lado a diferença entre pensar e agir e, do outro, a diferença entre governantes e governados<sup>67</sup>.

A tomada do poder através dos instrumentos de violência nunca é um fim em si, mas apenas um meio para um fim, e a tomada do poder em qualquer país é apenas uma etapa transitória e nunca o fim do movimento pois o fim prático do movimento é amoldar à sua estrutura o maior número possível de pessoas, pôr e mantê-las em ação; um objetivo político que constitua a finalidade do movimento totalitário simplesmente não existe<sup>68</sup>.

## **2.2. A aliança temporária entre a “ralé” e a elite**

O que perturbava os espíritos lógicos mais que a incondicional lealdade dos membros dos movimentos totalitários e o apoio popular aos regimes totalitários era a indiscutível atração que esses movimentos exerciam sobre os elementos da “ralé” da sociedade. O que fez com que vários homens ilustres fossem simpatizantes e membros oficiais desses partidos totalitários<sup>69</sup>.

A atração da elite era já um indício extremamente importante para a compreensão dos movimentos totalitários, embora não se possa dizer o mesmo dos regimes totalitários quanto à sua ligação com a ralé. Isto denota a atmosfera específica, mais precisamente, o clima geral que propiciou o surgimento do totalitarismo<sup>70</sup>.

Detetamos que os governantes totalitários e os líderes dos movimentos totalitários tinham ainda presentes em si traços característicos da “ralé”, cuja psicologia e filosofia política eram bastante conhecidas; o que levaria um autêntico homem da massa a assumir o comando ainda não sabíamos, embora pudéssemos supor que ele se assemelhasse mais a

---

<sup>67</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 375.

<sup>68</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 375-376.

<sup>69</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 376.

<sup>70</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 376.

um Himmler com a sua meticulosa e calculada correção, do que a um Hitler, com o seu fanatismo histórico<sup>71</sup>.

Constatamos que quando a falsa respeitabilidade cedeu ao desespero da anarquia, esse colapso pareceu oferecer a primeira grande oportunidade tanto para a elite quanto para a “ralé” e, obviamente para os novos líderes das massas. Nesta linha de pensamento apercebemo-nos de que as suas carreiras eram semelhantes às dos primeiros líderes da “ralé”, as quais, expressaram um fracasso na vida profissional e social, o que se traduziu numa perversão e desastre da vida privada. Por outro lado, a elite do pós-guerra era ligeiramente mais nova que aquela geração que se havia deixado usar e abusar pelo imperialismo como jogadores, espões e aventureiros, cavaleiros de armadura polida e matadores-de-dragões por amor a carreiras pouco honrosas e longe da respeitabilidade<sup>72</sup>.

Não foi somente Hitler nem somente os fracassados que agradeceram a Deus, de joelhos, quando, em 1914, a mobilização varreu a Europa. Posto isto, a elite partiu para a guerra com a esperança de preservar toda a herança histórica e cultura do povo germânico<sup>73</sup>.

Durante a guerra muitas foram as provas de que os sentimentos de ódio pouco ou nada se alteraram durante os quatro anos de guerra, o que fez com que os sobreviventes das trincheiras não se tivessem tornado pacifistas, pois pelo contrário, eles mantiveram aquele sentimento de dever em honrar a pátria acima de qualquer valor moral e longe do sentimento de honra e respeito por si e pelos outros. Estes homens fixaram-se nos “valores” e experiências vividas na guerra como se estivessem a defender o maior objetivo do mundo para que assim pudessem continuar com o “terror” e, posteriormente, criar uma nova elite, pois para eles, durante a guerra, “era da máquina” não era aceitável gerar-se determinadas virtudes, tais como o cavalheirismo, a coragem, a honra e a hombridade pois impunha-se acima de tudo ao homem a experiência da destruição pura e simples, à qual se juntava a humilhação de serem apenas peças da grande máquina da carnificina<sup>74</sup>.

Esta geração recordava a guerra como o grande prelúdio do colapso das classes e da sua transformação em massas. Assim sendo, a guerra com a sua arbitrariedade constante e assassina tornou-se o símbolo da morte, a “grande niveladora” e, portanto, a mãe da nova

---

<sup>71</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 376.

<sup>72</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 377.

<sup>73</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 377.

<sup>74</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 378.

ordem mundial, e isto por si levou-os até à ânsia da igualdade e da justiça, onde o desejo de transcender os estreitos e inexpressivos limites de classes, de abandonar privilégios e preconceitos estúpidos, pareciam encontrar na guerra um modo de fugir às velhas atitudes de condescendente piedade pelos oprimidos e deserdados porque em épocas de forte miséria e desamparo individual era muito difícil resistir à piedade mas isto não aconteceu, daí a dignidade humana ter sucumbido perante o apelo dos fracos e oprimidos neste período de miséria<sup>75</sup>.

A guerra havia sido sentida como aquela “ação coletiva mais poderosa de todas” que obliteravam as diferenças individuais, de sorte que até mesmo o sofrimento, que tradicionalmente distinguia os indivíduos com destinos próprios não intercambiáveis, podiam agora ser interpretados como “instrumentos de progresso histórico”. A elite do pós-guerra desejava incorporar-se a qualquer massa, sem distinções nacionais<sup>76</sup>.

Os homens da guerra viram-se impossibilitados para fugir pelo mundo fora, o que os fez perceber que se encontravam nas armadilhas da própria sociedade perante o sentido do anonimato e da perda de si mesmos, o que os levou até uma situação de conflito e de violência. Perante esta incapacidade de possibilidade de mudança radical de papel e de caráter, os homens deixaram-se mergulhar nas forças sobre-humanas da destruição, a qual os parecia salvar da identificação automática com as funções preestabelecidas da sociedade e sua completa banalidade, ao mesmo tempo que parecia ajudar a destruir o próprio funcionamento<sup>77</sup>.

Estes homens sentiram-se atraídos pelo pronunciado ativismo dos movimentos totalitários assim como pela curiosa e aparentemente contraditória insistência no primado simultâneo da ação pura e da força irresistível da necessidade, pois, tratava-se de uma mistura que correspondia exatamente à experiência de guerra da “geração de vanguarda”, à experiência da atividade constante dentro da estrutura da fatalidade inelutável. E, posto isto, verificamos que o ativismo do pós-guerra respondia à questão “quem sou eu?” através da constatação de que cada homem era aquilo que fez (Sartre: “és a tua vida”) porque se tratava de uma questão de fazer algo, fosse heroico ou criminoso, e que nenhuma outra pessoa pudesse prever ou determinar.

---

<sup>75</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 378-379.

<sup>76</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 379.

<sup>77</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 381.

O critério que distingue a elite da “ralé” na atmosfera pré-totalitária era o facto de a “ralé” procurar incessantemente o acesso à história mesmo que isso se tratasse da sua própria destruição. Na perspectiva de Goebbels, “a maior felicidade que um homem pode experimentar hoje” é ser um génio ou servir a um génio, o que satisfazia na plenitude a “ralé” mas não as massas ou a elite. Para a elite, o anonimato era levado muito a sério, ao ponto de negar seriamente a existência do génio, por contrapartida, a “ralé”, e não a elite, sentia-se fascinada pelo “radiante poder da fama” e aceitava entusiasticamente a idolatria do génio que caracterizava o extinto mundo burguês<sup>78</sup>.

O desprezo que a elite nutria pelo génio e o seu desejo de anonimato ainda revelavam um espírito que nem as massas nem a “ralé” estavam em posição de compreender, e que, nas palavras de Robespierre, tentava afirmar a grandeza do homem contra a pequenez dos grandes.

A despeito dessa diferença entre a elite e a “ralé” não há dúvida de que a elite se deleitava sempre que o submundo forçava a sociedade respeitável, através do terror, a aceitá-lo em pé de igualdade. Assim sendo, os membros da elite concordavam em pagar o preço, que era a destruição da civilização, pelo prazer de ver como aqueles que dela haviam sido excluídos injustamente, no passado, agora trespassavam nela à força. As injustiças do passado e do presente tornaram-se intoleráveis quando se evaporou a esperança de que a balança da justiça jamais se viesse a endireitar.

A aliança temporária entre a elite e a “ralé” baseou-se, em grande parte, nesse prazer genuíno com que a primeira assistia à destruição da respeitabilidade pela segunda, o que aconteceu, por exemplo, quando os barões do aço da Alemanha foram forçados socialmente a receber Hitler, o pintor de paredes e ex-fracassado confesso; ou quando os movimentos totalitários cometeram fraudes grosseiras e vulgares em todos os campos da vida intelectual, reunindo todos os elementos subterrâneos e espúrios da história europeia num conjunto que parecia fazer sentido, o que desse ponto de vista era sem dúvida, agradável ver o bolchevismo e o nazismo passarem a repudiar até mesmo aquelas fontes de suas ideologias que já haviam conquistado algum reconhecimento em círculos académicos e outros círculos oficiais<sup>79</sup>.

A autora, Hannah Arendt, percebeu o quão desconcertante era a atração que os movimentos totalitários exerciam sobre a elite, enquanto e onde não houvessem tomado o

---

<sup>78</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 382.

<sup>79</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 383.

poder porque as doutrinas patentemente vulgares, arbitrárias e dogmáticas do totalitarismo eram mais visíveis para o espectador que está de fora, o que explicava assim a aceitação das “ideias” da “ralé” por parte da elite.

A vulgaridade com o seu cínico repúdio dos padrões respeitados e das teorias aceitas trazia em si um franco reconhecimento do que havia de pior e um desprezo por toda a simulação que facilmente passava pela bravura e um novo estilo de vida. No crescente triunfo das atitudes e convicções da “ralé”, as quais, não eram nada mais que as atitudes e convicções da burguesia despidas de fingimento, onde se denotava que aqueles que tradicionalmente odiavam a burguesia e tinham voluntariamente abandonado a sociedade respeitável viam apenas a falta de hipocrisia e de respeitabilidade, e não o seu conteúdo<sup>80</sup>.

Constatamos que o irresistível apelo da falsa pretensão dos movimentos totalitários de haverem abolido a separação entre a vida pública e a vida privada e de haverem restaurado no homem uma totalidade misteriosa e irracional tinha muito a ver com a atração que a elite sentia pela ausência de hipocrisia da “ralé” e pela ausência de interesse das massas por si mesmas<sup>81</sup>.

O que atraiu a “ralé” foi o radicalismo em si, pois, a verdade foi a de que a transformação das classes em massa e, por consequência, o colapso do prestígio e da autoridade das instituições políticas haviam provocado, nos países da Europa Ocidental, condições semelhantes às que haviam existido na Rússia, de modo que isto não foi por acaso que os seus revolucionários adquiriram o fanatismo revolucionário tipicamente russo que não esperava mudar as condições sociais ou políticas mas, por outro lado, destruir completamente todos os credos, valores e instituições existentes. Contudo, a “ralé” apenas se aproveitou desse novo estado de ânimo e provocou uma efémera aliança entre revolucionários e criminosos, aliança essa que também havia ocorrido em muitos partidos revolucionários da Rússia Czarista mas que sempre estivera ausente do cenário europeu<sup>82</sup>.

A perturbadora aliança entre a “ralé” e a elite e a curiosa coincidência das suas aspirações originaram-se do facto de que essas duas camadas haviam sido as primeiras a serem eliminadas da estrutura do Estado-Nação e da estrutura da sociedade de classes. Se uma encontrou a outra com tanta facilidade, embora temporariamente é porque ambas percebiam que representavam o destino da época, que seriam seguidas por massas sem fim,

---

<sup>80</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 384.

<sup>81</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 385.

<sup>82</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 386-387.

que mais cedo ou mais tarde a maioria dos povos europeus estaria com elas, prontos a fazerem a sua revolução<sup>83</sup>.

Não foi por acaso que os poucos protestos contra as atrocidades em massa dos nazistas contra os judeus e os povos da Europa Oriental partiram não dos militares nem de qualquer outro setor das massas coordenadas compostas por homens respeitáveis mas por aqueles primeiros camaradas de Hitler que eram típicos representantes da “ralé”. E Himmler, a partir de 1936 tornou-se o homem mais poderoso da Alemanha, pois, não era um daqueles “boémios armados” (Heiden) cujas características eram penosamente semelhantes às da elite intelectual.

Himmler era “extremamente normal”, isto é, mais filisteu do que qualquer outro dos primeiros líderes do movimento nazista porque não era um boêmio como Goebbels, nem um criminoso sexual como Streicher, nem louco como Rosenberg, nem fanático como Hitler e nem um aventureiro como Göring.

Himmler demonstrou a sua suprema capacidade de organizar as massas sob o domínio total partindo do pressuposto de que a maioria dos homens não são boémios, fanáticos, aventureiros, maníacos sexuais, loucos nem fracassados, mas, acima e antes de tudo, empregados eficazes e bons chefes de família<sup>84</sup>.

O isolamento desses filisteus na vida privada, sua sincera devoção a questões de família e de carreira pessoal era o último e já degenerado produto da crença do burguês na suma importância do interesse privado. O filisteu era o burguês isolado da sua própria classe, o indivíduo atomizado produzido pelo colapso da própria classe burguesa. Porém, o homem da massa, a quem Himmler organizou para os maiores crimes de massa, jamais cometidos na história, o homem que tinha os traços do filisteu e não da “ralé”, e que era o burguês que, em meio às ruínas do seu mundo, cuidava mais da própria segurança mas que estava pronto a sacrificar tudo a qualquer momento – crença, honra e dignidade. Assim detetamos que não foi muito fácil destruir a privacidade e a moralidade pessoal de homens que só pensavam em salvaguardar as suas vidas privadas mas só havia vida privada na Alemanha para alguém que estivesse a dormir, observação feita por Robert Ley<sup>85</sup>.

Contudo, a iniciativa intelectual, espiritual e artística era tão perigosa para o totalitarismo como a iniciativa do banditismo da “ralé”, e ambas são mais perigosas que a

---

<sup>83</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 387.

<sup>84</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 387-388.

<sup>85</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 388.

simples oposição política porque o domínio total não permitia a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que seja imprevisível, pois, o totalitarismo no poder invariavelmente substituiu todo o talento, quaisquer que fosse as suas simpatias, pelos loucos e insensatos cuja falta de inteligência e criatividade eram ainda a melhor forma de se garantir a lealdade<sup>86</sup>.

### **2.3. A organização totalitária**

As formas da organização totalitária, em contraposição com o seu conteúdo ideológico e os *slogans* de propaganda eram completamente novas porque visavam dar às mentiras propagandísticas do movimento, tecidas em torno de uma ficção central, a conspiração dos judeus, dos trotskistas e das trezentas famílias, entre outros, a realidade operante e a construir, mesmo perante circunstâncias não-totalitárias, ou seja, uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício. Em contraste com partidos e movimentos aparentemente semelhantes de orientação fascista ou socialista, nacionalista ou comunista, as quais, davam à sua propaganda o apoio terrorista assim que atingissem um certo grau de extremismo, pois só assim o movimento totalitário realmente levaria a sério a sua propaganda e, onde essa seriedade se expressaria mais assustadora na organização dos seus adeptos do que na liquidação física dos seus oponentes. Porém, a organização e a propaganda, ao invés do terror e da propaganda, eram duas faces da mesma moeda<sup>87</sup>.

O aspeto mais surpreendente e novo no expediente organizacional dos movimentos na fase que antecedia a tomada do poder era a criação de organizações de vanguarda, as quais, faziam a distinção entre os membros dos partidos e os seus simpatizantes<sup>88</sup>.

Uma escala de comando hierarquicamente organizada significava que o poder do comandante dependia de todo o sistema hierárquico dentro do qual atuava. Assim sendo, toda a hierarquia, por mais arbitrária e ditatorial que fosse através do conteúdo das ordens, tendia a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total do líder de um movimento totalitário. Contudo, na linguagem dos nazistas era o “desejo do *Führer*”, dinâmico e

---

<sup>86</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 389.

<sup>87</sup> Cf. ARENDT, H. – “O movimento totalitário”, in ARENDT, H. – *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 413-414.

<sup>88</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 414.

sempre em movimento, e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita, a qual era a “lei suprema” num estado totalitário<sup>89</sup>.

O carácter totalitário do princípio de liderança advém unicamente da posição em que o movimento totalitário, graças à sua peculiar organização coloca o líder, ou seja, da importância funcional do líder para o movimento, assim sendo, esta asserção é comprovada pelo facto que, tanto no caso de Hitler como no de Stálin, o verdadeiro princípio de liderança só se cristalizou lentamente, em paralelo com a gradual “totalização do movimento”<sup>90</sup>.

Hitler foi o primeiro a traçar uma política de contínua ampliação dos escalões de simpatizantes, ao mesmo tempo em que mantinha o número de membros do partido estritamente limitado, o que fez com que esta noção de uma minoria de membros do partido cercada por uma maioria de simpatizantes se aproximasse daquilo a que vieram a ser as organizações de vanguarda – termo que realmente exprimiu muito bem a sua função ulterior e que indicou a relação entre membros e simpatizantes dentro do próprio movimento, pois, as organizações de vanguarda de simpatizantes não eram menos essenciais ao funcionamento do movimento do que os seus verdadeiros membros<sup>91</sup>.

As organizações de vanguarda funcionavam em duas direcções: como fachada do movimento totalitário para o mundo não-totalitário e também como fachada deste mundo para a hierarquia interna do movimento<sup>92</sup>.

O mais notável do que essa relação foi o facto de que ela se repetiu em níveis diferentes do próprio movimento porque os membros do partido mantinham a mesma distância e relação com os simpatizantes que as formações de elite do movimento mantinham com os membros comuns<sup>93</sup>.

Não há dúvida de que os movimentos totalitários atacavam o *status quo* mais radicalmente que qualquer antigo partido revolucionário. Estes movimentos puderam dar-se ao luxo desse radicalismo, aparentemente tão inadequado para as organizações de massa porque a sua organização substituíva temporariamente a vida comum, não-política, que o totalitarismo realmente procurava abolir.

---

<sup>89</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 414.

<sup>90</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 414.

<sup>91</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 415-416.

<sup>92</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 416.

<sup>93</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 416.

Todas as pessoas que formavam o mundo das relações sociais não-políticas, das quais os “revolucionários profissionais” tiveram de separar-se ou aceitar como eram, existiam sob a forma de grupos menos militantes dentro do movimento; nesse mundo hierarquicamente organizado, os que lutavam pela conquista do mundo e pela revolução mundial nunca se expuseram ao choque inevitável da discrepância entre as crenças “revolucionárias” e o mundo “normal”. E este foi o motivo pelo qual os movimentos, em sua fase revolucionária anterior ao poder, puderam atrair tantos homens comuns pelo simples facto que os seus membros viviam num mundo ilusoriamente normal pois os membros do partido estavam rodeados pelo mundo normal dos simpatizantes, e as formações de elite pelo mundo normal dos partidários comuns<sup>94</sup>.

Uma outra vantagem do modelo totalitário era que este podia ser repetido indefinidamente, o que mantinha a organização num estado de fluidez que permitia a constante inserção de novas camadas e a definição de novos graus de militância. Toda a história do partido nazista podia ser narrada em termos de novas formações dentro do movimento<sup>95</sup>.

A SA, as tropas de assalto (fundadas em 1922) foram a primeira formação nazista supostamente mais militante que o próprio partido; em 1926 foi fundada a SS como a formação de elite da SA; três anos depois, a SS foi separada da SA e colocada sob o comando de Himmler; Himmler levou apenas mais alguns anos para repetir o mesmo jogo dentro da SS: um após outro – e cada qual mais militante que o grupo anterior – vieram à luz, primeiro, as tropas de choque, depois as unidades da caveira criadas para guardarem os campos de concentração e mais tarde reuniram-se para formar a SS – Armada (*Waffen – SS*), e finalmente o serviço de segurança (o “serviço de espionagem ideológica do partido” com a sua ramificação para executar a “política de população negativa”) e o centro para questões de raça e colonização (*Rasse-und Siedlungswesen*), cuja função era de “natureza positiva” – todos emanados da SS Geral, cujos membros, com a exceção da elite do corpo do *Führer* permaneciam em suas ocupações civis. Daí em diante, as relações entre essas novas formações e o membro do corpo do *Führer* eram as mesmas que entre o membro da SA e o membro da SS, ou entre o membro do partido e o membro da SA, ou entre o membro da organização de vanguarda e o membro do partido. E perante isto, a SS Geral era encarregada não apenas de “salvaguardar a (...) corporificação da ideia nacional-

---

<sup>94</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 417.

<sup>95</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 417-418.

socialista” mas também de “proteger os membros de todos os escalões especiais da SS para que não se afastassem do próprio movimento”<sup>96</sup>.

Este tipo de hierarquia flutuante com a constante adição de novas camadas e mudanças de autoridade e bem conhecido por todos nós, pois, existe em entidades secretas de controlo como a polícia secreta ou os serviços de espionagem, nos quais sempre há necessidade de novos controlos para controlar os controladores. Antes que os movimentos tomem o poder, a espionagem total ainda não é possível; mas a hierarquia flutuante, semelhante à dos serviços secretos, torna possível, mesmo sem o poder efetivo, degradar qualquer escalão ou grupo que vacile ou mostre sinais de perda de radicalismo, através da mera inserção de mais uma camada radical, deslocando assim o grupo mais velho em direção da organização periférica de vanguarda, ou seja, na direção oposta ao centro do movimento. Assim, as formações de elite nazista eram fundamentalmente organizações vindas do âmago do partido; a SA galgou a posição de superpartido quando o radicalismo do partido pareceu diminuir, e foi depois, por sua vez e por motivos semelhantes, substituída pela SS<sup>97</sup>.

A natureza paramilitar dos grupos de elite nazistas e fascistas resultou do facto de terem sido fundados como “instrumentos para a luta ideológica do movimento” contra o pacifismo corrente na Europa depois da Primeira Guerra Mundial. Para fins totalitários era muito mais importante criar, como “expressão de uma atitude agressiva”, um exército de imitação que se assemelhasse o mais possível ao falso exército dos pacifistas (os quais, incapazes de compreender a função constitucional do exército dentro da estrutura política, denunciavam todas as instituições militares como bandos de assassinos voluntários) do que ter uma tropa de soldados bem treinados. A SA e a SS eram, sem dúvida, organizações exemplares para fins de violência arbitrária e de assassinato; não eram tão bem treinadas quanto o *Reichwehr* Negro e não estavam equipadas para lutar contra tropas regulares<sup>98</sup>.

A propaganda militarista foi mais popular na Alemanha do pós-guerra do que o treinamento militar, e os uniformes não aumentaram o valor militar das tropas paramilitares, embora fossem úteis como indicação clara da abolição das normas e da moral dos civis; de certo modo, esses uniformes apaziguavam consideravelmente a

---

<sup>96</sup> Esta afirmação foi proferida por Werner Best.  
Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 418-419.

<sup>97</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 419.

<sup>98</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 419-420.

consciência dos assassinos e, além disso, tornavam-nos ainda mais acessíveis à obediência cega diante da autoridade incontestável<sup>99</sup>.

Além da importância das formações de elite para a estrutura organizacional dos movimentos, onde constituíam núcleos mutáveis da militância, o seu caráter paramilitar devia ser compreendido em conjunto com outras organizações partidárias profissionais, como as dos mestres, advogados, médicos, estudantes, professores universitários, técnicos e trabalhadores. Todos eram, essencialmente, cópias/réplicas de sociedades profissionais não-totalitárias existentes; eram para profissionais como as tropas de assalto eram paramilitares<sup>100</sup>.

Esta técnica de duplicação, que nada servia para a derrubada direta de um governo, foi extremamente útil no trabalho de solapar (arruinar) instituições atuantes existentes e na “decomposição do *status quo*”, forma que as organizações totalitárias invariavelmente preferiram a uma franca exibição de força<sup>101</sup>.

A criação de condições artificiais de guerra civil, através das quais os nazistas exerceram chantagem até subir ao poder, não pretendia apenas provocar desordens. Para o movimento, a violência organizada era a mais eficaz dos muros protetores que cercavam o seu mundo fictício, cuja “realidade” era comprovada quando um membro receava mais abandonar o movimento do que as consequências da sua cumplicidade em atos ilegais, e se sentia mais seguro como membro do que como oponente. E assim sendo, este sentimento de segurança, resultante da violência organizada com a qual as formações de elite protegiam os membros do partido contra o mundo exterior, era tão importante para a integridade do mundo fictício da organização quanto o medo do seu terrorismo<sup>102</sup>.

O verdadeiro mistério do líder totalitário residia na organização que lhe permitia assumir a responsabilidade total por todos os crimes cometidos pelas formações de elite e, ao mesmo tempo, adotar a honesta e inocente respeitabilidade do mais ingênuo simpatizante<sup>103</sup>.

Os movimentos simpatizantes têm sido chamados de “sociedades secretas montadas à luz do dia”. Realmente, embora pouco se saiba quanto à estrutura sociológica e à história mais recente das sociedades secretas, a estrutura dos movimentos, sem precedentes quando

---

<sup>99</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 420.

<sup>100</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 420.

<sup>101</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 421.

<sup>102</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 422-423.

<sup>103</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 425.

comparada com partidos e fações (bandos), lembra-nos em primeiro lugar certas características dessas sociedades<sup>104</sup>.

Talvez a mais clara semelhança entre as sociedades secretas e os movimentos totalitários estivesse na importância do ritual. No centro do ritual nazista estava a chamada “bandeira de sangue”, o que denotava uma forte idolatria, ainda que essa idolatria não provasse a existência de tendências pseudo-religiosas ou heréticas que muitos presumiam estarem presentes nos movimentos totalitários. Os “ídolos” eram simples truques organizacionais, muito praticados nas sociedades secretas, que também forçavam os seus membros a guardar segredo por medo e respeito a símbolos assustadores<sup>105</sup>.

Naturalmente, essas semelhanças não eram acidentais; não podiam ser explicadas simplesmente pelo facto de que tanto Hitler como Stálin terem sido membros de “sociedades secretas” antes de se tornarem líderes totalitários – Hitler no serviço secreto do *Reichwehr* e Stálin na conspiração do partido bolchevista. Eles demonstraram, até certo ponto, o resultado natural da ficção conspiratória do totalitarismo, cujas organizações eram supostamente criadas para combater as sociedades secretas – a sociedade secreta dos judeus ou a sociedade dos conspiradores trotskistas<sup>106</sup>.

Os nazistas quiseram conquistar o mundo, deportar todos os que fossem “racialmente estrangeiros” e exterminar todos os que tivessem “herança biológica inferior”, o que esteve sempre patente na sua propaganda. Assim sendo, os movimentos totalitários imitavam todos os acessórios das sociedades secretas, mas esvaziaram-nas do único elemento que poderia ter justificado os seus métodos: a necessidade de manter segredo<sup>107</sup>.

O totalitarismo nazista começou com uma organização de massa que foi apenas gradualmente dominada pelas formações de elite. Além disso, os nazistas, em virtude da tradição e preconceitos militaristas, moldaram inicialmente as suas formações de elite segundo o padrão do exército<sup>108</sup>.

Os movimentos totalitários tinham repetidamente demonstrado que podiam inspirar a mesma lealdade total, na vida e na morte, a qual caracterizava as sociedades secretas e conspiradoras. Mas o principal valor da estrutura organizacional e dos padrões morais das

---

<sup>104</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 425-426.

<sup>105</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 427.

<sup>106</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 427-428.

<sup>107</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 428.

<sup>108</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 430.

organizações secretas ou conspiratórias para fins de organização de massa não estava na garantia intrínseca de participação incondicional e lealdade incondicional, nem na manifestação organizacional de hostilidade cega contra o mundo exterior, mas na sua incomparável capacidade de estabelecer e proteger o mundo fictício por meio de constantes mentiras<sup>109</sup>.

A máquina que gerava, organizava e disseminava as monstruosas falsidades dos movimentos totalitários também dependia da posição do líder. À afirmação propagandística de que todo o evento era cientificamente previsível segundo leis naturais ou económicas, a organização totalitária acrescentou a posição de um homem que monopolizou esse conhecimento e cuja principal qualidade era o facto de que “sempre teve razão e sempre terá razão”<sup>110</sup>.

Embora os membros não tivessem acreditado em declarações para o consumo público, acreditavam fervorosamente nos chavões (modelos) comuns da justificação ideológica e nas explicações da história passada e futura do século XIX e transformaram, através da organização, em realidade operante<sup>111</sup>.

As formações de elite distinguiam-se dos membros comuns dos partidos por não necessitarem dessas demonstrações e nem mesmo serem obrigadas a acreditar literalmente na verdade dos chavões (modelos) ideológicos. Estes eram fabricados para atender a uma busca da verdade por parte das massas que, no seu intuito de explicar e demonstrar, ainda tinham muito em comum com o mundo normal<sup>112</sup>.

A camada superior da organização dos movimentos totalitários era constituída pelo círculo íntimo em torno do líder, que podia ser uma instituição formal, como o Politburo bolchevista, ou um círculo mutável de homens que não exercessem necessariamente uma função pública, como o séquito de Hitler. Para eles, os chavões (modelos) ideológicos eram meros expedientes destinados a congregar as massas, e não sentiam qualquer constrangimento quando tinham de alterá-los segundo as necessidades do momento, contando que o princípio organizador permanecesse intacto<sup>113</sup>.

Era essa liberdade em relação ao conteúdo da sua própria ideologia que caracterizava os mais altos escalões da hierarquia totalitária. Eram homens que viam tudo e

---

<sup>109</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 431-432.

<sup>110</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 432-433.

<sup>111</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 434.

<sup>112</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 434.

<sup>113</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 435.

todos em termos de organização inclusive ao líder que, para eles, não era um talismã inspirado nem aquele que sempre tinha razão, mas a simples consequência desse tipo de organização; era necessário não como pessoa, mas como função, e como tal era indispensável ao movimento<sup>114</sup>.

A base da estrutura não estava na veracidade das palavras do líder, mas na infalibilidade dos seus atos. Pois, sem ela, e no calor de uma discussão que presumisse falibilidade, todo o “reino da carochinha” do totalitarismo se esvoaçaria, esmagado imediatamente pela verdade do mundo real que somente o movimento, guiado pelo líder numa direção infalivelmente certa, era capaz de evitar<sup>115</sup>.

Contudo, decidir o que era sucesso ou fracasso em circunstâncias totalitárias era, em grande parte, uma questão de opinião pública organizada e aterrorizada. Num mundo totalmente fictício não era preciso registrar, confessar e relembrar os fracassos pois, para que a factualidade continuasse a existir era só preciso que subsistisse o mundo não-totalitário<sup>116</sup>.

---

<sup>114</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 437.

<sup>115</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 437.

<sup>116</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 438.

## **CAPÍTULO II – A CONDIÇÃO HUMANA: Análise da dimensão ética do ser humano**

### **1. A moralidade e/ou ética dos executores do genocídio alemão**

#### **1.1. Perspetivas sobre a «Questão Alemã»**

A «Questão Alemã», tal como hoje falamos, foi desenterrada do passado, e se ainda hoje se fala desta questão como sendo algo que se reduz a um problema de agressão, então é porque ainda agora se continua a acalantar a esperança de uma restauração do *status quo* na Europa. E para isto se suceder recorreu-se à guerra civil que varreu o continente, a qual surgiu como necessária para se «restaurar» a ideia da guerra no sentido do século XIX como sendo um conflito de ordem puramente nacional, onde existiam mais países que movimentos, mais povos que governos, a sofrerem as derrotas e a obterem as vitórias<sup>117</sup>.

Segundo Hannah Arendt, a literatura consagrada à «questão alemã» devia ser em grande parte lida como uma edição revista e corrigida da propaganda da última guerra, a qual se limitou a embelezar o ponto de vista oficial por meio do saber histórico apropriado, o qual não valia decerto nem mais nem menos que a sua contrapartida alemã<sup>118</sup>.

O único aspeto interessante desta literatura foi o ardor com que os eruditos e os autores de renome internacional ofereceram os seus serviços, não para salvarem o seu país ao preço das suas vidas, mas para servirem os seus governos ao preço do mais completo desprezo pela verdade. A única diferença entre os propagandistas das duas guerras mundiais era que, desta feita, bom número dos que haviam sido propagandistas do chauvinismo alemão se puseram à disposição das potências ocidentais enquanto os «especialistas» na Alemanha, sem que esta mudança os tivesse feito perder fosse o que fosse do seu zelo e do seu servilismo<sup>119</sup>.

Estes especialistas da questão alemã eram todavia os únicos vestígios da última guerra. Mas, enquanto a sua capacidade de adaptação, a sua solicitude em servir, o seu medo da responsabilidade intelectual e moral não variaram, o seu papel político mudou, pois, durante a Primeira Guerra Mundial, que não teve carácter ideológico, ainda não tinham sido descobertas as estratégias da guerra política, e os propagandistas serviam apenas para

---

<sup>117</sup> Cf. ARENDT, H. – “Perspetivas sobre a «Questão Alemã»”. In ARENDT, H. - *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, p. 41.

<sup>118</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 41.

<sup>119</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 42.

produzir «moral», excitando ou exprimindo o sentimento nacional do povo. Porém, estes talvez tenham falhado inclusivamente nessa tarefa, a julgar pelo desprezo que por eles tinham, até à evidência, as forças combatentes; mas, além dessa tarefa, não tinham qualquer outra espécie de importância pois não dispunham de palavra em matéria política, ou seja, eles não eram minimamente porta-vozes dos seus governos respetivamente<sup>120</sup>.

O único efeito de propaganda obtido com o despertar da «questão alemã» foi, portanto, negativo: muita gente aprendeu a pôr de lado o relato de atrocidades cometidas durante a última guerra, recusando-se assim a crer no que havia sido uma realidade aterradora, simplesmente por essa realidade ter sido apresentada sob a velha forma da propaganda nacional. O palavreado sobre a «Alemanha eterna», sobre os seus crimes eternos, só serviram para beneficiar a Alemanha nazi e os seus atuais crimes de um véu de ceticismo, o que fez com que toda a Europa não acreditasse no horror das políticas totalitárias do regime nazista<sup>121</sup>.

Se por um lado, a propaganda perdeu em larga medida a sua eficácia, por outro lado, ela adquiriu uma nova função política porque se tornou numa nova forma de guerra política, a qual serviu para preparar a opinião para certas orientações políticas. E foi assim que se avançou com a «questão alemã», difundindo-se a ideia de que o conflito internacional tinha tido origem nas iniquidades da Alemanha (ou do Japão), mascarando-se as verdadeiras questões políticas. Os nazistas identificaram o fascismo com o carácter nacional da Alemanha e com a sua história, levando as pessoas a acreditarem que o esmagamento da Alemanha era sinónimo de erradicação do fascismo e, deste modo, tornou-se possível promover a cegueira perante a crise europeia, que não foi de maneira nenhuma superada e que permitiu a conquista do continente pela Alemanha (com o auxílio dos Quisling e o da Quinta Coluna). Porém, todos os esforços que visavam identificar Hitler com a história da Alemanha só puderam outorgar a título gracioso ao hitlerismo uma certidão de respeitabilidade nacional, e a sanção de uma tradição nacional<sup>122</sup>.

Comparar Hitler com Napoleão, como fez por vezes a propaganda inglesa, ou com Bismarck, é, para a autora, tanto num caso como noutro, desculpar Hitler e usar da maior das liberdades no que se refere aos papéis históricos de Napoleão e de Bismarck. Napoleão, apesar de tudo, continua a viver na memória da Europa como o chefe militar de

---

<sup>120</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 42.

<sup>121</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 42-43.

<sup>122</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 43.

exércitos animados pela imagem, por distorcida que fosse, da Revolução Francesa; Bismarck não era melhor nem pior que a maior parte dos homens de estado das diferentes nações europeias: todos jogavam o jogo de uma política de potência, no interesse da sua nação, mas os seus fins eram claramente definidos, e claramente limitados. Ainda que tenha tentado alargar as fronteiras da Alemanha, Bismarck nunca sonhou aniquilar nenhuma das nações rivais. Foi a contragosto que aceitou a incorporação da Lorena no *Reich*, cedendo às razões estratégicas de Moltke, mas não queria espinhos estrangeiros no interior das fronteiras alemãs, e não nutria minimamente a ambição de reduzir os povos estrangeiros à condição de raças dominadas<sup>123</sup>.

Ideologicamente, o nazismo não tem qualquer base na tradição, e faríamos melhor em reconhecer o perigo que comporta a negação radical de toda a tradição que foi desde o início o traço distintivo principal do nazismo, ao contrário do que se passou com o fascismo italiano, na sua primeira fase<sup>124</sup>.

As próprias monstruosidades do regime nazi deviam ter-nos alertado: estamos aqui perante qualquer coisa que não podemos explicar referindo-nos à história, ainda que nos períodos mais sombrios porque nunca, nem na Antiguidade, nem na Idade Média, nem nos tempos modernos, a destruição foi um programa claramente formulado, e nunca a sua execução foi superiormente organizada, burocratizada, sistematizada em termos que tais<sup>125</sup>.

É verdade que os nazis usaram algumas vezes a linguagem do militarismo, do mesmo modo que usaram a do nacionalismo; mas usaram as linguagens de todos os «ismos» existentes, incluindo as do socialismo e as do comunismo. O que não os impediu de liquidar socialistas, comunistas, nacionalistas, militaristas e outras tantas companhias que consideravam perigosas. Ao contrário do que se possa pensar, o nazismo significou de facto a derrocada de todas as tradições alemãs e europeias, quer as boas como as más<sup>126</sup>.

Quando os nazis reivindicavam a célebre «experiência da frente» (*Fronterlebnis*), não despertavam apenas as recordações da *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo) das trincheiras, mas reavivavam a sedução de um tempo em que o indivíduo gozava de um poder exacerbado de agir e de intervir<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 43-44.

<sup>124</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 44.

<sup>125</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 44-45.

<sup>126</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 45-46.

<sup>127</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 46-47.

Ainda que a rutura com as tradições e os valores europeus tenha podido ser mais fácil na Alemanha continua a ser verdade que o nazismo correspondeu não só à quebra da tradição alemã mas também à violação de todas as tradições e valores. A sua atração para os antigos combatentes da guerra anterior em todos os países foi demonstrada pela influência quase universal que o nazismo exerceu sobre todas as associações de antigos combatentes na Europa, pois, os antigos combatentes foram os primeiros simpatizantes, e as primeiras operações dos nazis nas suas relações com o estrangeiro foram muitas vezes calculadas de modo a excitar os «irmãos de armas» que, para lá das fronteiras, não podiam deixar de compreender a sua linguagem nem de ser sensíveis às mesmas emoções e ao mesmo desejo de destruição<sup>128</sup>.

O único sentido psicológico tangível da «questão alemã» revelou que a verdadeira dificuldade não residia no carácter nacional alemão, mas na desintegração desse carácter, ou, pelo menos, no facto de ele já não desempenhar qualquer papel na política alemã.

A verdade é que o estado nacional, que fora o próprio símbolo da soberania do povo, já não representava o povo, incapaz como era de garantir a sua segurança interna e externa ou porque a Europa se tornara demasiado pequena para essa forma de organização, ou porque os povos europeus tinham transbordado a organização dos seus estados nacionais, a verdade é que esses povos já não se comportavam como nações, e tinham deixado de ser acessíveis aos sentimentos nacionais. Na sua maior parte sentiam-se reticentes a entrar numa guerra nacional, ainda que pela salvaguarda da sua própria independência<sup>129</sup>.

A ingenuidade dos povos europeus que, em muitos casos, deixaram os nazis invadir os seus países porque as mentiras nazis tocavam em certas verdades fundamentais custou-lhes um preço desmedido. Mas aprenderam assim, pelo menos, uma grande lição: nenhuma das velhas forças que produziram o vórtice do vazio era tão terrível como a nova força que irrompeu desse vazio e cujo fim era organizar as pessoas segundo a sua lei, quer dizer, a lei da destruição<sup>130</sup>.

Foi, portanto, natural que a «questão alemã», tal como os especialistas a apresentaram, suscitado muito pouco interesse na resistência europeia, na qual se compreendeu de imediato que a velha insistência na «questão alemã» só havia servido para

---

<sup>128</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 47.

<sup>129</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 47-48.

<sup>130</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 49.

obscurer as paradas da «guerra ideológica» e que pondo-se a Alemanha fora da lei se impediria qualquer solução possível para a questão europeia<sup>131</sup>.

Os que conheceram intimamente a Europa de entre as duas guerras devem ter experimentado um certo choque quando viram a rapidez com que as mesmas pessoas que, poucos anos antes, nada se interessavam pelas questões das formas políticas, as quais, haviam nessa altura descoberto as condições fundamentais da futura existência do continente europeu. Sob a opressão nazi, não só reaprenderam o sentido da liberdade, mas reconquistaram também o respeito por si próprias, ao mesmo tempo que manifestaram uma nova vontade de assumirem responsabilidades<sup>132</sup>.

O regresso dos governos do exílio poderia pôr rapidamente fim ao novo sentimento de solidariedade europeia porque a própria existência destes governos dependia da restauração do *status quo*, por isso, eles tendiam irresistivelmente a enfraquecer e a dispersar os movimentos de resistência e visavam destruir o renascimento político dos povos europeus<sup>133</sup>.

Portanto, nada havia a esperar da restauração, pois, caso vingasse, o processo dos trinta últimos anos poderia começar e, desta feita, a um ritmo enormemente acelerado porque a restauração devia precisamente começar pela «questão alemã». O círculo vicioso que caracterizava todas as discussões sobre a «questão alemã» mostrava claramente como o «realismo» e a política de potência eram utópicas quando aplicadas aos reais problemas do nosso tempo. Posto isto, não havia outra alternativa perante esses métodos caducos, que nem sequer seriam capazes de preservar a paz, para não falarmos da liberdade, senão a via escolhida pela resistência europeia<sup>134</sup>.

## 1.2. A imagem do inferno

Para Hannah Arendt, o sangue das vítimas de Hitler gritava e rompia do chão que soterrava, daí se ter elaborado o “famoso” *Livro Negro*<sup>135</sup> com o intuito de se analisar e

---

<sup>131</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 50.

<sup>132</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 51-52.

<sup>133</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 56.

<sup>134</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 60.

<sup>135</sup> O *Livro Negro* é o nome pelo qual ficou conhecida a lista preparada pela SS aquando dos preparativos da Operação Leão Marinho, a qual planeava a invasão da Grã-Bretanha em 1940 após a derrota da França pela Alemanha na Segunda Guerra Mundial.

Esta lista descoberta após a guerra, continha o nome de centenas de personalidades da vida britânica que deveriam ser presas e executadas pelos integrantes das “forças-tarefa” ou “grupos de intervenção” (*Einsatzgruppen*), os esquadrões da morte das SS, a qual foi compilada por um oficial nazista, Walter Schellenberg. Porém, alguns já tinham morrido à data da elaboração da lista, tal como, Sigmund Freud.

refletir superficialmente e benevolmente sobre o que realmente se teria sucedido no período do governo de Hitler na Alemanha nazi<sup>136</sup>.

O *Livro Negro* foi um fracasso porque os seus autores deixaram-se submergir pelos pormenores, e assim sendo, estes foram incapazes de compreender ou de elucidar a natureza dos factos com que se confrontaram. Os factos eram os seguintes: seis milhões de judeus, seis milhões de seres humanos foram arrastados para a morte sem terem a possibilidade de se defenderem e, mais ainda, dado que estes estavam a ser “manipulados” através da intensificação do terror<sup>137</sup>.

Ao início os “executores” do genocídio alemão recorreram à negligência calculada, às privações e às humilhações, na altura em que os de constituição mais fraca morriam ao mesmo tempo que aqueles que eram suficientemente fortes e rebeldes para se darem a si próprios a morte. Posteriormente, veio a seguir a fome, à qual se acrescentava o trabalho forçado onde as pessoas morriam aos milhares, mas a um ritmo diferente segundo a resistência de cada um. E, por fim, foi a vez das fábricas da morte e todos passaram a morrer juntos: jovens e velhos, fracos e fortes, doentes ou saudáveis; todos eles morreram não na qualidade de indivíduos, quer dizer, de homens e mulheres, de crianças ou de adultos, de rapazes ou de raparigas, bons ou maus, bonitos ou feios, mas reduzidos ao menor denominador comum da vida orgânica mergulhados no abismo mais sombrio e mais profundo da igualdade primeira; todos eles acabaram por morrer como se tratassem de gado ou como se fossem coisas despojadas de um corpo e de uma alma ou, mais terrível ainda, como se tratasse de algo sem sequer um rosto que a morte marcasse com o seu selo<sup>138</sup>.

Esta maneira horrenda de executar seres humanos demonstra-nos o quão cruel e desumano pode ser o “homem” contra o próprio homem, pois, vejamos que nesta igualdade monstruosa sem fraternidade nem humanidade, mais precisamente, uma igualdade que poderia ter sido partilhada pelos cães e pelos gatos, a qual se verifica no quotidiano, se refletiu na mais profunda certeza da destruição humano-humano, criando-se

---

Das vinte mil cópias iniciais do livro, apenas duas existem ainda hoje, sendo que uma delas se encontra no *Imperial War Museum* em Londres, Inglaterra.

<sup>136</sup> Cf. ARENDT, H. – “A imagem do inferno”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D’Água, 2001, p. 116.

<sup>137</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 117.

<sup>138</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 117.

assim a imagem do inferno que se viveu durante o governo totalitarista e nazista na Alemanha do século XX.

A perversidade monstruosa dos que estabeleceram uma tal igualdade excede as capacidades da compreensão humana mas a inocência dos que morreram nessa igualdade é do mesmo modo monstruosa e excede a justiça humana. As câmaras de gás eram piores que tudo o que, fosse quem fosse, poderia merecer, e perante elas o criminoso mais abominável era tão inocente como um recém-nascido. Quanto às máximas do tipo «mais vale sofrer o mal que cometê-lo» também não permitiam suportar mais facilmente a monstruosidade de uma tal inocência. Portanto, o que importava não era tanto aqueles que um acaso de nascimento estavam por isso condenados à morte, sem que para isso tivessem cometido algum crime, da mesma forma com que outros foram poupados à morte, pois, bem sabemos, que a culpa e a inocência deixaram de ser produtos do comportamento humano; dado que nenhum crime imaginável justificaria um castigo semelhante, nem pecado algum poderia ter coincido com um inferno onde tanto o santo como o pecador se viram por iguais reduzidos ao estatuto de futuros cadáveres<sup>139</sup>.

Após a entrada nas fábricas da morte (campos de concentração; câmaras de gás) tudo se tornava acidental e escapava completamente ao controlo tanto dos que infligiam o sofrimento como dos que o suportavam, e foram muitos os casos em que aqueles que um dia infligiram o sofrimento se transformaram em vítimas. Isto é o retrato mais evidente daquilo que de mais maléfico ocorreu na história da humanidade, na medida em que a destruição foi tão cruel que até mesmo, ainda hoje, nos arrepiamos em descrevê-la e aceitá-la como um acontecimento que foi possível de ser concretizável há um século atrás, pois, a nossa capacidade de compreensão não consegue aceitar tão terrível crime contra a humanidade e, por isso, ainda hoje sentimos horror e vergonha por este massacre de milhões de pessoas<sup>140</sup>.

Ao tentarem inventar uma perversidade para além do vício, os nazis favoreceram ao mesmo tempo a emergência de uma inocência que estava para além da virtude porque tanto esta inocência como aquela perversidade eram por inteiro algo sem uma relação com a esfera da realidade política, o que, todavia permitiu que esta invenção limitada só na elaboração de um “suposto” libelo acusatório contra os judeus ajudasse a difundir-se a ideia segundo a qual existiam povos de sub-homens e povos de super-homens, pois sem

---

<sup>139</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 117-118.

<sup>140</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 118.

isto, dificilmente teriam conseguido convencer todos e cada um de que os judeus eram sub-homens, e isto só teve “sucesso” para a política nazi porque estes fabricaram a própria “realidade” da mentira e fizeram as coisas de maneira a que os judeus se assemelhassem a sub-homens. Deste modo, eles conseguiram pôr em prática este massacre de milhares de inocentes que tiveram a sua condição de nascimento como o principal motivo para serem executados de forma tão bárbara<sup>141</sup>.

A visão da história do genocídio alemão narrada pelos autores do *Livro Negro* foi bastante “benevolente e conveniente” dos atos horrendos dos “executores” alemães, o que nos fez aperceber que a narrativa que eles apresentavam neste livro tornava-se de facto menos convincente à medida que os factos se tornavam, pelo seu lado, cada vez mais atrozes. E se a história foi ainda exposta como propaganda, isto não só a impediu de se tornar num argumento político, assim como nem sequer soava a verdade, pois foi tão conveniente esta narrativa presente neste livro que visava desmistificar e desculpar os atos consequentes da política nazi.

Politicamente falando, as fábricas da morte constituíram, sem dúvida, um «crime contra a humanidade», cometido sobre os corpos de indivíduos judeus; e se os nazis não tivessem sido aniquilados, as fábricas da morte teriam devorado os corpos de muitas mais pessoas, ainda que os ciganos também foram exterminados por razões ideológicas semelhantes às dos judeus<sup>142</sup>.

É claro para todos nós que os judeus tinham sem dúvida razões para apresentarem o seu libelo contra os alemães, mas na condição de não esquecerem que, ao fazê-lo, falavam em nome de todos os povos da terra, o que nos permitiu verificar que era tão necessário punir os culpados como saber que não havia castigo à medida dos seus crimes, o que para Goering a pena de morte era quase uma brincadeira e ele sabia, tal como os seus colegas acusados em Nuremberga, que apenas podíamos fazê-lo morrer um pouco mais cedo que o previsto<sup>143</sup>.

O livro de Max Weinreich<sup>144</sup> apenas tinha o tema em comum com o *Livro Negro*, o qual possuía todas as qualidades que faltavam à primeira obra. E devido às suas implicações e pela sua apresentação séria e coerente dos factos constituiu assim para

---

<sup>141</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 119.

<sup>142</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 119-120.

<sup>143</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 120.

<sup>144</sup> WEINREICH, M. *Professores de Hitler: A parte da bolsa de crimes da Alemanha contra o povo judeu.* New Haven: Yale University Press, 1999.

Hannah Arendt o melhor guia sobre a natureza do terror nazi que alguma vez ela tivesse visto na história da humanidade<sup>145</sup>.

A tese central de Weinreich era a de que «os cientistas forneceram as ideias e as técnicas que conduziram a esse massacre sem par e o justificaram», ainda que se trate de uma afirmação extremamente discutível, pois, era verdade que cientistas de grande renome passaram além das medidas e fizeram mais pelos nazis que a maioria dos professores alemães que se perfilaram perante o nazismo, tendo exclusivamente em vista a defesa da sua carreira, tal como aconteceu com o “apoio” do filósofo existencialista Martin Heidegger<sup>146</sup>.

Weinreich tinha razão em insistir que Hitler deu várias provas de que era portador de uma grande perspicácia sobre a natureza da propaganda moderna ao ter reclamado argumentos «científicos», recusando-se assim a utilizar os argumentos estafados e ridículos da propaganda antisemita tradicional porque só com uma nova marca de propaganda é que era possível atrair o interesse do povo alemão<sup>147</sup>.

Se era perfeitamente verdade que alguns respeitados professores alemães ofereceram voluntariamente os seus serviços aos nazis, não foi menos verdade, o que chocou bastante os mesmos professores, que os nazis não se serviram das suas «ideias». Porém, os nazis tinham as suas próprias ideias, e só apenas precisaram de técnicas e de especialistas técnicos sem ideias ou que tivessem sido, desde o início, exclusivamente formados pela ideologia nazi<sup>148</sup>.

A única ciência a que os nazis parecem ter dado até certo ponto crédito foi a «ciência racial» que, como sabemos, nunca saiu do estádio da superstição pura. Mas até mesmo estes «cientistas» especialistas em raças passaram maus momentos sob o nazismo porque se lhes começaram por pedir que provassem a inferioridade de todos os semitas, principalmente os judeus foi para lhes pedirem a seguir que provassem a alta condição de todos os semitas, principalmente os árabes, uma vez que os judeus provinham de uma mistura de raças e, enquanto tais, não pertenciam aos semitas, até que, por fim, tiveram de abandonar a sua noção favorita, a da superioridade «ariana», para não melindrarem os japoneses<sup>149</sup>.

---

<sup>145</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 120-121.

<sup>146</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 121.

<sup>147</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 122.

<sup>148</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 122-123.

<sup>149</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 123.

Um dos aspetos mais terríveis do terror contemporâneo é o facto de, fossem quais fossem os seus motivos e os seus objetivos últimos, assumir invariavelmente a aparência de uma conclusão lógica inevitável extraída de uma ideologia ou teoria. Observaríamos este fenómeno, em menor escala, na fase da liquidação dos antiestalinistas da Rússia<sup>150</sup>.

A versão nazi acerca da «cientificidade» foi mais longe e mais terrível que a versão marxista ou pseudomarxista porque atribuiu à natureza o papel que o marxismo atribuiu à história. Enquanto o fundamento e a origem da história era ainda o homem, o fundamento da natureza não era nada ou, em todo o caso, nada mais que as suas próprias leis e os seus próprios modos de funcionamento. A interpretação nazi dessas leis culminou na tautologia segundo a qual os fracos têm uma tendência para morrer e os fortes uma tendência para viver. Matando os fracos, obedeciam simplesmente às ordens da natureza que estava «do lado dos fortes, dos bons e dos vencedores», ainda assim Himmler acrescentou: «podemos chamar a tudo isto crueldade, mas a natureza é cruel»<sup>151</sup>.

Por fim, podemos afirmar que não foi a ciência, nem a «cientificidade», nem os homens de saber nem os charlatões os fornecedores das ideias e das técnicas que tiveram por desfecho as fábricas da morte. As ideias vieram das políticas que levaram a sério o poder político, e as técnicas, de homens modernos vindos da “ralé” que uma lógica semelhante não amedrontava<sup>152</sup>.

### **1.3. As técnicas da ciência social e o estudo dos campos de concentração**

Toda a ciência assenta necessariamente num certo número de postulados implícitos, elementares e axiomáticos, que só se expõem e explodem quando os confrontamos com fenómenos inesperados, que passam então a ser incompreensíveis no quadro das categorias dessa ciência. As ciências sociais e as técnicas que elaborou durante o século passado não são exceção a esta regra. Por isso, este artigo de Hannah Arendt sustenta que a instituição dos campos de concentração e extermínio quer dizer, tanto as condições sociais em vigor no interior dos campos como a sua função no aparelho do terror mais vasto, o qual era característico dos regimes totalitários, e por isso, capaz de se tornar num fenómeno

---

<sup>150</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 124-125.

<sup>151</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 125-126.

<sup>152</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 126.

inesperado no que se refere à compreensão adequada da política e da sociedade contemporânea<sup>153</sup>.

Para além das dificuldades inerentes à abordagem de um tema que tal, quando a simples enumeração dos factos basta para nos fazer passar por «excessivos, pouco dignos de fé», e quando os próprios relatos dos acontecimentos foram dirigidos por indivíduos que, durante a experiência relatada, tiveram dificuldade «em se convencer da realidade que viviam, em não pensar que se encontravam no meio de um pesadelo», deparamo-nos com um problema extremamente embaraçoso, uma vez que, segundo os juízos do simples bom senso, nem as próprias instituições em causa e o que se passava dentro das suas estreitas fronteiras nem o seu papel político pareciam dotados de sentido. E, se pressupuséssemos que a maior parte das nossas ações são de natureza utilitária e que as nossas «más» ações decorrem de um interesse exacerbado, então seremos obrigados a concluir que essa instituição muito particular que é o totalitarismo excede o entendimento humano<sup>154</sup>.

Para a autora, por detrás do horror do genocídio alemão se escondia uma lógica inflexível, característica de certos sistemas paranoicos em que tudo se encadeia com uma necessidade absoluta, daí que tais sistemas são apelidados de loucos não só pelo seu ponto de partida mas na sua própria lógica que se desenrolava independentemente de todos os factos sem levar em conta a realidade que, pelo seu lado nos ensinou que sejam quais forem as nossas ações não as podiam levar a bom termo de modo absolutamente perfeito. Por outras palavras, não era apenas o carácter não-utilitário dos campos em si próprios mas o absurdo de «punir» pessoas totalmente inocentes, mais precisamente, a incapacidade de arrancar deles trabalho útil no quadro das suas condições de vida, a inutilidade de aterrorizar uma população já completamente subjugada, a qual conferia aos campos de concentração as suas qualidades particulares e perturbantes, mas também a sua função antiutilitária, o facto de as próprias urgências prioritárias das atividades militares não terem podido interferir ou infletir as «políticas demográficas»<sup>155</sup>.

A ambição de governar o mundo não era sinónimo de monopólio dos governos totalitários, e assim sendo pudemos explicá-la como sendo algo característico de um apetite desmedido de poder. Todos estes aspetos dos governos totalitários, por atrozes e

---

<sup>153</sup> Cf. ARENDT, H. – “As técnicas da ciência social e o estudo dos campos de concentração”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, p. 146.

<sup>154</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 146-147.

<sup>155</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 147-148.

criminosos que tenham sido têm um ponto em comum que os distingue do fenómeno que aqui estamos a abordar, ao contrário dos campos de concentração, pois estes tinham um objetivo bem definido. Os motivos eram claros e os meios de alcançar o fim visado eram utilitários no sentido comum do termo<sup>156</sup>.

A extraordinária dificuldade que experimentamos quando tentamos compreender a instituição dos campos de concentração e descobrir-lhe um lugar na memória da história humana resultam precisamente da ausência de semelhantes critérios utilitários, ausência que, mais que qualquer outra coisa são responsáveis pelo aspeto irreal que rodeava esta instituição e tudo o que se lhe refere<sup>157</sup>.

Para aprendermos melhor a diferença entre o que é compreensível e o que não o é, quer dizer, entre esses dados que correspondem às nossas técnicas de investigação e aos conceitos científicos correntemente admitidos e os que escapam a tal quadro de referências, talvez seja útil recordarmos as diferentes etapas que o antissemitismo nazi percorreu desde a subida de Hitler ao poder, em 1933, até ao estabelecimento das fábricas da morte em plena guerra<sup>158</sup>.

A história do antissemitismo é tão longa e sangrenta que o próprio facto de as fábricas da morte terem sido alimentadas com «material» preferencialmente judeu obliterou um pouco o carácter único da «operação». Mais ainda, o antissemitismo nazi deu provas de uma terrível falta de originalidade; tanto na expressão ideológica como na propaganda, não encontramos nele um só elemento que não tenha já animado os movimentos anteriores e não tenha sido já um *cliché* da literatura do ódio escrita contra os judeus, antes ainda da entrada dos nazis<sup>159</sup>.

Em termos simples de antissemitismo não podemos compreender plenamente nem o destino dos judeus da Europa nem a instalação das fábricas da morte porém as duas coisas transcendem o raciocínio antissemita, bem como os motivos políticos, sociais e económicos que se escondiam por trás da propaganda dos movimentos antissemitas. O antissemitismo limitou-se a preparar o terreno e a facilitar, a par do extermínio dos judeus, o de outros povos pois era o objetivo de Hitler liquidar todas as frações do povo alemão<sup>160</sup>.

---

<sup>156</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 148.

<sup>157</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 148.

<sup>158</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 148-149.

<sup>159</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 149.

<sup>160</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 150.

Os próprios nazis, ou mais exatamente os membros dessa fração do partido nazi que, sob a inspiração de Himmler e com o auxílio das tropas SS, estiveram realmente na origem da política de extermínio, não ignoravam de maneira nenhuma o facto de estarem a trespassar num mundo diferente, de estarem a levar a cabo qualquer coisa que nem os seus piores inimigos esperavam vê-los fazer. Sentiam-se profundamente persuadidos de que uma das melhores probabilidades de sucesso da sua iniciativa resultava do facto de ninguém, no exterior do seu círculo, ser capaz de acreditar na sua realidade<sup>161</sup>.

As próprias deportações, durante um período de penúria aguda de comboios, o estabelecimento de fábricas dispendiosas, o recurso a uma mão de obra cuja necessidade se fazia sentir em termos de esforço de guerra, o efeito desmoralizador de tais medidas sobre as tropas alemãs, bem como sobre a população dos territórios ocupados, uma vez que tudo isso intervinha de maneira desastrosa na condução da guerra na frente de Leste, conforme repetiam incansavelmente as autoridades militares e os oficiais nazis que protestavam contra a atuação das unidades SS. Todavia, os que estavam encarregados do extermínio não ignoravam estas considerações<sup>162</sup>.

No quadro de terror totalitário, os campos de extermínio apareceram como uma forma paroxística dos campos de concentração. O extermínio tocava em seres humanos que, para todos os fins úteis já estavam «mortos». Posto isto, os campos de concentração existiram muito antes de o totalitarismo os transformar na instituição central do governo, os quais, se distinguiam pelo facto de não serem instituições penais e de não terem detidos acusados de crime porque tinham antes por objetivo encarregar-se dos «elementos indesejáveis», quer dizer, das pessoas que, por uma razão ou outra, haviam perdido a sua identidade jurídica e o lugar que lhes competia no quadro do direito do país onde se encontravam<sup>163</sup>.

É interessante notar que os campos de concentração totalitários, inicialmente instituídos para indivíduos que tivessem cometido um «crime», mais precisamente, para aqueles que se opusessem ao regime estabelecido, aumentaram em número à medida que a oposição política diminuía, para se difundirem no momento em que o reservatório de indivíduos realmente hostis ao regime se esgotava<sup>164</sup>.

---

<sup>161</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 151.

<sup>162</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 151.

<sup>163</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 151-152.

<sup>164</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 152.

A neutralização completa da oposição antinazi teve lugar, ao que parece, em janeiro de 1934; pelo menos era essa a opinião da Gestapo<sup>165</sup> e dos responsáveis nazis de nível superior.

Os campos de concentração voltaram a ficar cheios em 1938 depois das prisões em massa levadas a cabo durante os acontecimentos de novembro, visando todos os judeus alemães do sexo masculino<sup>166</sup>.

Só um número limitado de prisioneiros, em geral sobreviventes de anos anteriores, podia ser considerado como adversários do regime. A percentagem de criminosos enviados para os campos depois de terem cumprido uma pena de prisão, e de elementos classificados como antissociais, homossexuais, vagabundos, irregulares, etc... era muito mais elevada. Mas a maior parte dos indivíduos que constituíam a massa da população do campo não podia ser considerada como integrada por adversários do regime: inocentes de todos os pontos de vista, não eram culpados nem de convicções políticas nem de atos criminosos<sup>167</sup>.

Outra característica dos campos estabelecidos por Himmler sob a lei das SS: a sua permanência. Por comparação com Buchenwald, que albergou mais de 80.000 prisioneiros em 1944, todos os campos anteriores perdem a sua importância, o que torna assim mais evidente o carácter permanente das câmaras de gás cujo equipamento dispendioso tornava quase indispensável a caça aos novos «materiais» para o fabrico de cadáveres<sup>168</sup>.

Os prisioneiros viram serem-lhes confiadas numerosas tarefas de administração interna e foram obrigados a maltratar os seus companheiros de detenção aproximadamente do mesmo modo que anteriormente as SS e com o passar do tempo e com a institucionalização do sistema, a tortura e os maus tratos tornaram-se cada vez mais a prerrogativa dos chamados *kapos*.

Estas medidas não eram acidentais nem relevavam da extensão dos campos: em bom número de casos foi expressamente ordenado aos SS que deixassem aos prisioneiros a tarefa das execuções, o que paralelamente, nos campos de tipo corrente, o massacre coletivo sob a forma de execuções em massa passou a ser cada vez mais mecanizado<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> A Gestapo ( *Geheime Staatspolizei*) era a “Polícia Secreta do Estado”.

<sup>166</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 153.

<sup>167</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 153-154.

<sup>168</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 154.

<sup>169</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 154.

O que é mais difícil de imaginar e mais horrível de compreender era o isolamento absoluto que separava os campos do mundo exterior, como se aqueles, com os seus ocupantes, já não fizessem parte do mundo dos vivos. Este isolamento, já característico de todas as formas anteriores de campos de concentração mas que foi levado ao ponto de perfeição máxima sob os regimes totalitários, dificilmente se pode comparar com o isolamento das prisões, dos guetos ou dos campos de trabalhos forçados porque as prisões, guetos e os trabalhos forçados (escravatura) nunca deixaram de ser parte integrante das estruturas das sociedades, ao contrário dos campos de concentração, os quais não permitiam qualquer espécie de contacto com o mundo exterior e onde a segregação era exercida sobre as famílias, daí as famílias em causa constituírem uma espécie de sociedade fechada e uma aparência de coexistência e de pertença à coletividade<sup>170</sup>.

O objetivo último de todos os governos totalitários não consistia apenas na ambição ostensiva de confiscarem a longo prazo um poder global, mas também na tentativa nunca confessada e contudo realizada no campo de dominarem completamente o homem. Porém, os campos de concentração eram os laboratórios de uma experiência de domínio total e, sendo a natureza humana o que é, semelhante objetivo só podia ser atingido nas circunstâncias extremas de um inferno de fabrico humano<sup>171</sup>.

A dominação completa consumia-se quando a pessoa humana, que era sempre uma mistura particular de espontaneidade e de condicionamento, a qual havia sido transformada num ser inteiramente condicionado e onde as reações se podiam prever, ainda que se estivessem a encaminhar para uma morte certa.

A desintegração da personalidade dos judeus pode ser compreendida em várias etapas: a primeira situa-se no momento da prisão arbitrária com a destruição da pessoa jurídica e isso, não devido à injustiça constituída pela detenção mas porque a detenção não tem qualquer relação que seja com as ações ou as opiniões da pessoa detida.

A segunda etapa da destruição dizia respeito à pessoa moral e operou-se por meio da separação entre a pessoa e o resto do mundo, uma separação que tornava o martírio desprovido de sentido, vazio e ridículo.

Por fim, a última etapa explicava a destruição da própria individualidade e efetuou-se por meio da permanência e da institucionalização da tortura, daí o resultado final ter sido a redução dos seres humanos ao denominador comum mais baixo possível das «reações

---

<sup>170</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 155-156.

<sup>171</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 157.

idênticas», ou seja, à desintegração da própria identidade de cada um destes homens inocentes que morreram pelas mãos dos militares e executores nazis e das ideologias totalitárias do nazismo<sup>172</sup>.

A irrealidade que presidia à experiência infernal era tão vivamente experimentada pelos próprios ocupantes do campo que fez esquecer tanto aos guardas como aos prisioneiros o assassinato perpetrado sobre uma ou várias pessoas e, ao mesmo título que o caráter não-utilitário da instituição constituiu uma pesada dificuldade para uma abordagem científica<sup>173</sup>.

Para o senso comum habituado a pensar em termos de utilidade, e para o qual tanto o bem como o mal têm um sentido, sentem-se profundamente perturbados pela loucura de um mundo onde era o inocente e não o criminoso a ser castigado, onde o trabalho não visava nem devia visar a produtividade e onde os crimes não beneficiavam e nem tinha sequer por objetivo beneficiar os seus autores<sup>174</sup>.

Todo este programa de destruição e de extermínio associado a uma lógica demente terá sido deduzida das premissas do racismo, o que foi um facto ainda mais embaraçoso, uma vez que o super sentido ideológico que reinava sobre um universo sem sentido, fabricado, explicou «tudo» e, por isso, não explicou nada, todavia, era certo que aqueles que perpetraram estes crimes sem precedentes o fizeram no interesse da sua ideologia que pensavam basear-se na ciência, na experiência e nas leis da vida<sup>175</sup>.

Apercebemo-nos através do relato da autora que para os carrascos, a ausência completa de um remorso, ainda que elementar, depois do fim da guerra, quando um sinal de autoacusação lhes poderia ter sido útil no tribunal, e as suas declarações incessantemente repetidas, segundo as quais a responsabilidade dos crimes era imputável apenas a certas autoridades superiores, pareciam indicar que o medo da responsabilidade não só era mais forte que a consciência, mas que, em certas circunstâncias, era ainda mais intenso que o medo da morte. E, ainda que soubessem que o objetivo dos campos de concentração fosse servir de laboratórios com o intuito de reduzirem os indivíduos a feixes de reações condicionadas pelo medo e terror, o que tornou possível a propagação do extermínio dos judeus<sup>176</sup>.

---

<sup>172</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 157.

<sup>173</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 157-158.

<sup>174</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 158.

<sup>175</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 159.

<sup>176</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 159-160.

A atmosfera geral da irrealdade testemunhada pelos sobreviventes do genocídio alemão demonstram de modo tão uniforme a descrição do terror vivido nos campos de concentração embora isto não nos permita ver e sentir aquilo que estes sobreviventes sentiram no seu corpo e na sua alma<sup>177</sup>.

O senso comum ficou confuso perante ações que não fossem inspiradas nem pela paixão e nem pela utilidade, e onde a nossa moral se sentiu incapaz de enfrentar estes crimes que não estavam previstos pelos Dez Mandamentos. Por isso, sentiram-se apreensivos aquando de julgar e condenar os criminosos do extermínio dos judeus, daí eles (juizes) se terem apercebido de que era absurdo condenar à forca um assassino que participou no fabrico de cadáveres, sem outra possibilidade para se recusar a executar estes homens inocentes, o que lhes mostrou que estavam diante de crimes aos quais nenhum castigo parecia ser possível de ser justo e adequado, uma vez que a pena de morte era o limite de qualquer castigo<sup>178</sup>.

Contudo, devemos perceber e salientar que o maior perigo para a compreensão da nossa história é a tendência, demasiado natural, do historiador para delinear analogias, daí ser verdade que Hitler não se parecia com Gengis Khan e que não era pior que qualquer outro criminoso mas sim inteiramente diferente. Posto isto, o que permanece sem precedentes não é nem o próprio assassino nem o número das suas vítimas, nem tão-pouco «o número das pessoas que se associaram para a prática de tais crimes», é assim, antes o absurdo ideológico que os provocou, o aspeto mecânico da sua execução e a manifestação minuciosamente programada de um mundo de agonizantes onde já nada tinha sentido<sup>179</sup>.

## **2. A desumanidade humana como reflexo da imoralidade e/ou amoralidade dos executores do genocídio alemão**

### **2.1. Culpabilidade organizada e responsabilidade universal**

Apercebemo-nos que à medida que as derrotas do exército alemão se tornavam mais pesadas no campo de batalha, os nazis obtinham vitórias nas guerras que travavam no plano político, guerras as quais, muito erradamente eram consideradas muitas vezes como simples propaganda. Contudo, a tese central desta guerra política mostra-nos que estas guerras tanto se orientavam contra a «frente do interior», contra o próprio povo alemão

---

<sup>177</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 160.

<sup>178</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 160.

<sup>179</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 160.

como contra os seus inimigos porque não havia diferença entre o alemão e o nazi, pois, o povo formava um só bloco com o seu governo, daí que todas as esperanças nutridas pelos aliados, baseadas na ideia de que uma parte do povo teria escapado ao contágio ideológico e onde todos os apelos a uma futura Alemanha democrática não passaram de ilusões. Porém, esta tese implicava que não existisse qualquer espécie de distinção quanto à responsabilidade, e que os alemães fascistas e antifascistas sofreram da mesma maneira e que era apenas com um intuito de propaganda que os aliados operaram certas diferenciações no início da guerra<sup>180</sup>.

Ainda que estas afirmações pudessem não ser pura propaganda, e que pelo contrário pudessem apoiar-se numa base bem tangível e remeter-nos para uma realidade terrível, sabemos-lo por experiência de relatos do horror dos últimos sete anos de guerras políticas<sup>181</sup>.

As organizações encarregadas do exército do terror estavam na origem rigorosamente separadas da massa do povo e não admitiam nas suas fileiras senão pessoas que pudessem valer-se de um passado criminoso ou provar que estavam dispostas a transformar-se em criminosos; mas, desse momento em diante, as mesmas organizações não pararam de se desenvolver.

Os crimes que, desde o início do regime pertenciam à rotina quotidiana dos campos de concentração tinham sido outrora um monopólio muito bem guardado das SS e da Gestapo, e que posteriormente permitiram que qualquer membro da *Wehrmacht* pudesse ser encarregado das tarefas do massacre. Se, num primeiro tempo, os nazis se esforçaram por todos os meios possíveis em manter secreta a prática dos crimes e a punir severamente quem transmitisse informações sobre este assunto, depois, os próprios nazis organizaram fugas de informação através de relatos destinados a passar de boca em boca a máquina da destruição humana presente nos campos de concentração<sup>182</sup>.

De acordo com uma inclinação natural, todos os outros, alemães ou não, tendiam a acreditar nas declarações de um governo oficial, reconhecido por todas as potências, mais que nas dos refugiados que eram *a priori* suspeitos enquanto judeus ou socialistas. Até mesmo entre estes havia apenas uma percentagem relativamente fraca a conhecer toda a

---

<sup>180</sup> Cf. ARENDT, H. – “Culpabilidade organizada e responsabilidade universal”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D’Água, 2001, pp. 61-62.

<sup>181</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 62.

<sup>182</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 62.

verdade; e, evidentemente, só uma parte mais reduzida foi capaz de ousar enfrentar a impopularidade associada ao facto de dizer a verdade.

Enquanto os nazis acreditavam na vitória, as formações encarregadas do terror continuaram distintas do povo, o que significou, em tempos de guerra, diferenciadas das forças armadas, daí que para se fazer reinar o terror não se chamassem estas últimas; em contrapartida, as tropas SS recrutavam cada vez mais pessoas «qualificadas» sem terem em conta a sua nacionalidade<sup>183</sup>.

Saber se alguém era nazi ou antinazi na Alemanha era coisa que só podia fazer quem lesse o coração humano, o que precisamente estava fora do alcance dos seres humanos, o que implicava que as atividades de um resistente fossem interrompidas se ele não se comportasse em palavras e atos como um nazi.

Esta não era uma tarefa nada fácil num país onde se detetava rapidamente quem não matava por encomenda ou não se transformava em cúmplice dedicado aos assassinos. «O único alemão bom é um alemão morto», dizia a palavra de ordem extremista que a guerra fez nascer nos campos de concentração e tratava-se de uma palavra de ordem que tinha alguma base na realidade: era preciso que os nazis enforcassem alguém para se ter a certeza de que se tratava de uma pessoa que era sua opositora pois não havia outra prova tão fiável<sup>184</sup>.

É claro para nós que a situação política atual deste tempo comportava em si uma culpa partilhada pelo conjunto do povo alemão, o que revelava ser uma consequência de uma política que de facto não tinha pátria, na medida em que não atribuía qualquer importância à nação e se opunha a esta, e para a qual, logicamente, só existia o povo alemão que se submetia aos seus senhores e que festejaria a sua vitória suprema com um desdém irónico se a derrota dos nazis acarretasse a destruição de todo o povo da Alemanha<sup>185</sup>.

A política totalitária aniquilou por completo a atmosfera da neutralidade em que se desenrolava a vida quotidiana dos homens, o que conseguiu fazer com que no solo alemão a existência privada de cada indivíduo dependesse do facto de ter sido autor ou cúmplice de um crime, comparativamente, o sucesso da propaganda nazi nos países aliados, parecia

---

<sup>183</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 63.

<sup>184</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 64-65.

<sup>185</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 65.

secundária. E esta atitude resultava fundamentalmente da propaganda de guerra, e nada tinha a ver com os fenómenos políticos especificamente modernos acima mencionados<sup>186</sup>.

Os escritos e os raciocínios pseudo-históricos engendrados pelo vansittartismo<sup>187</sup> dir-se-iam inocentes plágios da literatura francesa da última guerra; alguns dos redatores que, há vinte e cinco anos, fizeram frente à imprensa atacando «a pérfida Albion», puseram desta feita a sua experiência ao serviço dos aliados, circunstância que não acarretou qualquer diferença decisiva.

Mas até os debates mais sérios, entre os que defendiam os «bons alemães» e os que acusavam os «maus alemães», não só passaram ao lado da questão, mas, até à evidência, ficando muito longe de medir as dimensões do desastre<sup>188</sup>.

Todavia, o verdadeiro problema não era nem provar o que era evidente, era óbvio que os alemães não eram, desde a época de Tácito, nazis em potência; nem demonstrar o impossível, que todos os alemães eram nazis convictos, mas, tratava-se antes de perguntar qual devia ser para eles o comportamento a adotar, como suportariam o confronto com um povo no qual a fronteira que separava os criminosos de guerra das pessoas normais, os culpados dos inocentes, foi de tal ponto apagada que no dia seguinte, na Alemanha, ninguém poderia saber se estava diante de um herói clandestino ou de um indivíduo que, no passado, havia cometido massacres.

Nem a definição da responsabilidade, nem a punição dos criminosos de guerra nos põem ao abrigo desta situação, porém, semelhantes definições, dada a sua própria natureza, só podiam ser aplicadas aos principais culpados, aqueles que não só assumiram a responsabilidade, mas que tinham criado também o inferno presente, mas cujos nomes, muito curiosamente, não figuravam ainda nas listas dos criminosos de guerra.

O número daqueles que eram ao mesmo tempo responsáveis e culpados era francamente reduzido porque muitos deles tinham uma parte de responsabilidade mas como não haviam quaisquer indícios da sua responsabilidade, estes acabaram por nunca serem responsabilizados, por contrapartida, muitos foram aqueles que inocentemente se viram acusados de terem sido responsáveis por estes crimes de guerra, sem que tivessem feito nada contra os judeus<sup>189</sup>.

---

<sup>186</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 65.

<sup>187</sup> O Vansittartismo é uma corrente de ódio nacional contra a Alemanha, a qual surgiu em Inglaterra no decurso da Segunda Guerra Mundial. Esta corrente teve como fundador Lord Vansittart.

<sup>188</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 66.

<sup>189</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 67.

Inicialmente a alta sociedade apoiou e permitiu a chegada ao poder de Hitler, daí terem sido os primeiros apoiantes deste, ainda que a maior parte desconhecesse as ideologias totalitárias da estrutura organizada do nazismo, na medida em que estas pessoas, que foram responsáveis em sentido amplo, não o foram em sentido estrito, pelo menos na generalidade dos casos<sup>190</sup>.

Contudo, não era a existência destes responsáveis irresponsáveis e nem sequer os atos dos próprios nazis o que suscitou o violento movimento de horror que qualquer pessoa de boa vontade experimentaria frente ao caso da Alemanha. Este movimento foi antes suscitado pela monstruosa máquina de massacre administrativo ao serviço da qual podiam ser postos, e o foram efetivamente, não milhares de pessoas, não dezenas de milhares de assassinos escolhidos, mas um povo inteiro<sup>191</sup>.

Na organização de Himmler, cada qual era um executante, uma vítima ou um boneco articulado que espezinhava ao avançar os corpos dos seus companheiros, vítimas escolhidas em primeiro lugar nas fileiras AS, mais tarde em qualquer corpo das forças armadas ou de qualquer organização de massa. Assim sendo, os massacres sistemáticos, que eram a consequência real de todas as teorias raciais e de todas as ideologias modernas que defendiam o «direito do mais forte», excederam não só a imaginação humana mas também os quadros e as categorias do pensamento e da ação política<sup>192</sup>.

Perante o massacre administrativo, a razão política permaneceu impotente frente à mobilização total, daí a necessidade humana de justiça ter sido posta em xeque, dado que onde todos eram culpados, ninguém podia, no fundo, ser julgado porque a culpa passou a ser desprovida de qualquer aparência ou máscara de responsabilidade. Enquanto o criminoso tinha direito à punição, a culpa implicava a consciência da culpa, e o castigo manifestaria assim o ato do criminoso ser uma pessoa responsável<sup>193</sup>.

Um correspondente americano descreveu o modo como a consciência se transformou nos homens que executaram todas aquelas pessoas nos campos de concentração, o que revelou a “falta” de consciência nestes homens, uma vez que estes não tinham qualquer sentimento de culpa, desculpando-se assim com o argumento de que só se limitaram a obedecer e a cumprir ordens<sup>194</sup>.

---

<sup>190</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 67.

<sup>191</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 67-68.

<sup>192</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 68.

<sup>193</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 68-69.

<sup>194</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 69.

Na análise que a autora fez a este terrível acontecimento do século XX na Alemanha, ela retratou a passagem do homem à instrumentalização, mais precisamente, ela acentuou a mudança das pessoas em engrenagens da máquina de massacre.

Heinrich Himmler era o retrato perfeito do homem «burguês», pois, comportava-se como sendo um homem respeitável, era um bom pai de família fiel à sua mulher e preocupado com o futuro dos filhos. E foi este homem que construiu a sua última organização de terror, cuja rede cobriu o país inteiro, baseando-se no pressuposto consciente de que a maior parte das pessoas não eram nem boémios, nem fanáticos, nem aventureiros, nem criminosos sexuais ou sádicos, mas, acima de tudo, empregados e bons pais de família<sup>195</sup>.

Se, aparentemente nunca se poderia desconfiar destes bons pais de família, apercebemo-nos de que eles não eram capazes de lutar contra o sistema nazi, por isso, a docilidade destes homens foi forçada a abandonar os seus sentimentos, a sua honra e a sua dignidade humana a troco da sua pensão, do seu seguro vitalício e das garantias de futuro para a mulher e os filhos<sup>196</sup>.

Podemos mostrar que nenhum traço de carácter nacional foi indispensável para fazer funcionar este novo tipo de funcionário, daí muitos povos terem entrado nesta máquina de massacre, tais como os letões (Letónia), os lituanos, os polacos ou até mesmo os judeus arranjaram uma ocupação na organização criminosa de Himmler. Porém, nem todos tinham uma natureza criminosa ou um gosto perverso pela traição mas uma vez membro responsável da sociedade, participando em todos os assuntos públicos, o pai de família transformou-se num «burguês» que se ocupava exclusivamente da sua vida privada e ignorava totalmente as virtudes cívicas; esta transformação marcou assim a fixação de um fenómeno moderno e intencional – o homem de massa que era uma espécie de instrumentos de todas as loucuras e de todas as crueldades<sup>197</sup>.

A autora viu que este tipo de ser humano moderno era exatamente o oposto do «cidadão» e que, à falta de melhor, apelidaram de «burguês», o qual conheceu na Alemanha condições de desenvolvimento particularmente favoráveis porque eram raros os países de cultura Ocidental tão pouco marcados pelas virtudes clássicas ligadas à vida

---

<sup>195</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 70.

<sup>196</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 71.

<sup>197</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 71-72.

pública pois em nenhum outro país, a vida privada e os cálculos pessoais desempenharam um papel tão vasto, o que fez com que os alemães tentassem esconder esta realidade<sup>198</sup>.

Segundo a autora, aquele a quem chamávamos de «burguês» era um homem moderno, homem de massas, não observado nos momentos de exaltação em que partilhava a excitação das massas, mas em sua casa, na segurança (insegurança) do seu domínio privado.

Esta separação entre o privado e o público, a profissão e a família, já não permitiam ao homem estabelecer nenhuma ligação entre uma coisa e outra. Por isso mesmo, quando a sua profissão o forçava a matar isto não resultava de uma tendência pessoal mas de uma aptidão profissional, pois, se ele fosse movido pela paixão não faria mal a uma mosca<sup>199</sup>.

Se disséssemos a um indivíduo desta profissão (funcionário/executor) que tinha contas a prestar pelo que cometeu, ele não experimentaria sentimento algum, a não ser o de ter sido traído. Mas se, no choque da catástrofe, compreendesse que na verdade não tinha sido um funcionário qualquer mas um assassino, então não procuraria a saída na revolta mas no suicídio, opção que muitos já tinham tomado na Alemanha<sup>200</sup>.

Contudo, era certo que a espécie de entusiasmo, inspirado aos nossos pais pela ideia de humanidade, passava com alguma leviandade por cima da «questão nacional». O resultado foi que recuaram cada vez mais perante a ideia da humanidade e se tornaram cada vez mais recetivos às doutrinas raciais do que às possibilidades de uma humanidade comum<sup>201</sup>.

De um ponto de vista político, a ideia de humanidade – uma humanidade que não excluía de si nenhum povo e que a nenhum atribuisse o monopólio da falta – era a única garantia que podíamos ter a fim de evitar que as «raças superiores» se sentissem obrigadas a exterminar as «raças inferiores indignas de sobreviverem»<sup>202</sup>.

Por fim, podem dizer que os judeus acabaram por perceber a afirmação «Nosso Pai e Rei, Pecámos Contra Ti» através do temor e tremor que passaram nos campos de concentração onde sentiram e vivenciaram aquilo que o homem é capaz de fazer contra os outros homens. Mas uma coisa era certa, aqueles que eram uma presa de um medo efetivo perante a falta inelutável do género humano, era com eles, e só com eles, que podíamos

---

<sup>198</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 72.

<sup>199</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 73.

<sup>200</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 73.

<sup>201</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 74.

<sup>202</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 74-75.

contar para fazer frente, sem medo nem compromissos, ao mal de que os homens eram capazes de fazer sem qualquer tipo de limites e consciência<sup>203</sup>.

## **2.2. Análise da natureza do genocídio alemão: Como é que se pode compreender a natureza humana destes executores do genocídio alemão?**

Para a autora era necessário compreender as três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação, uma vez que se tratavam de dinamismos de apoio ao ser humano porque a cada uma delas correspondia uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra<sup>204</sup>.

O labor era a atividade que correspondia ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida, pois, a condição humana do labor era a própria vida<sup>205</sup>.

Por outro lado, o trabalho era a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não era compensada por este último, por isso, o trabalho produzia um mundo «artificial» de coisas, nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural.

Dentro das suas fronteiras habitava uma das vidas individuais, embora esse mundo se destinasse a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais, uma vez que a condição humana do trabalho era a mundanidade<sup>206</sup>.

A ação, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condução humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Por isso, todos os aspetos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição - não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política.

---

<sup>203</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 75.

<sup>204</sup> Cf. ARENDT, H. – “A *vita ativa* e a condição humana”. In ARENDT, H. – *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D’Água, 2001, p. 19.

<sup>205</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 19.

<sup>206</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 19-20.

Por isto mesmo, o idioma do povo mais político de sempre, os Romanos, empregavam como sinónimas as expressões «viver» e «estar entre os homens» (*inter homines esse*), ou «morrer» e «deixar de estar entre os homens» (*inter homines esse desinere*)<sup>207</sup>.

As três atividades e as suas respetivas condições estão intimamente relacionadas com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade<sup>208</sup>.

A ação é a atividade política por excelência, por isso, a condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem.

Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual entram em contacto torna-se imediatamente uma condição da sua existência. Porém, o mundo no qual transcorre a *vita ativa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem a sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos<sup>209</sup>.

O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o carácter de condição da existência humana. É por isto que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados, pois, tudo o que espontaneamente entra no mundo, torna-se parte da condição humana, na medida em que o impacte da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante.

Por conseguinte, a objetividade do mundo – o seu carácter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana<sup>210</sup>.

A autora para evitar erros de interpretação diz-nos que a condição humana não é o mesmo que a natureza humana, e a soma total das atividades e capacidades humanas que correspondem à condição humana não constituem algo que se assemelhe à natureza humana. Contudo, a mudança mais radical da condição humana que podíamos imaginar seria uma emigração dos homens da Terra para qualquer outro planeta, o que os colocaria

---

<sup>207</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 20.

<sup>208</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 20-21.

<sup>209</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 21.

<sup>210</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 21-22.

sob condições feitas por eles, ainda que referentemente à sua «natureza» continuassem a ser seres condicionados<sup>211</sup>.

O problema da natureza humana, a *questio mihi factos sum* («a questão que me tornei para mim mesmo») de Santo Agostinho, parecia insolúvel, tanto no seu sentido psicológico como no seu sentido filosófico geral, pois, era altamente improvável que nós, que podemos conhecer, determinar e definir a essência natural de todas as coisas que nos rodeiam e que não somos, venhamos a ser capazes de fazer o mesmo a nosso próprio respeito: seria como saltar sobre a nossa própria sombra. Além disso, nada nos autoriza a presumir que o homem tenha uma natureza ou essência no mesmo sentido em que as outras coisas as têm<sup>212</sup>.

Por outras palavras, se temos uma natureza ou essência, então certamente só um Deus pode conhecê-la e defini-la; e a condição prévia era que ele pudesse falar de um «quem» como se fosse um «quê», por isso, o problema era que as formas de cognição humana aplicáveis às coisas dotadas de qualidades naturais – inclusive nós mesmos, na limitada medida em que somos exemplares da espécie de vida orgânica mais altamente desenvolvida – de nada nos valem quando levantamos a pergunta: e quem somos nós? Porém, o facto das tentativas de definir a natureza do homem levarem tão facilmente a uma ideia que nos parece definitivamente «sobre-humana» e era, portanto, identificada com a divindade, podia lançar suspeitas sobre o próprio conceito de «natureza humana»<sup>213</sup>.

Por outro lado, as condições da existência humana – a própria vida, a natalidade e a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o planeta Terra – não podem «explicar» o que somos ou responder a perguntas sobre o que somos, pela simples razão de que não nos condicionam de modo absoluto, daí esta ter sido sempre a opinião da filosofia, em contraposição às ciências – antropologia, psicologia, biologia, etc... - que também tinham no homem o seu objeto de estudo. Mas hoje podemos quase dizer que já demonstrámos, até mesmo cientificamente, que, embora vivamos agora, e talvez tenhamos de viver sempre, sob condições terrenas, não somos meras criaturas terrenas, o que a ciência natural moderna associou a algo no domínio fora da Terra<sup>214</sup>.

---

<sup>211</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 22-23.

<sup>212</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>213</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 23.

<sup>214</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 24.

Para concluirmos podemos dizer que os acontecimentos vividos na Alemanha do século XX demonstraram que a natureza dos seres humanos pode ser muito distinta de homem para homem, daí a explicação para a pluralidade dos seus atos com os outros homens e com o mundo.

### CAPÍTULO III – A CONDIÇÃO HUMANA E O TOTALITARISMO

#### 1. Como é que se pode avaliar e julgar quem se limitou a cumprir ordens superiores?

##### - Compreensão e política (As dificuldades da compreensão)

Para a autora, muitos tinham afirmado que não se podia combater o totalitarismo sem antes o compreenderem, porém, Hannah Arendt percebeu que isto não era verdade, pois, se assim fosse, ficaríamos desesperados sem qualquer forma de percebermos o que havia acontecido durante o genocídio alemão.

A compreensão desta problemática levou a autora até à constatação de que compreender o que havia acontecido implicaria uma atividade incessante, a qual mudaria e modificaria a todo o momento, mas através da qual podíamos reconhecer a realidade e reconciliarmo-nos com ela, na medida de tentarmos sentirmo-nos no mundo como no nosso lugar<sup>215</sup>.

O facto de a reconciliação ser inerente à compreensão deu lugar à ideia muito popular e distorcida de que compreender tudo é perdoar, porém, o perdão tem tão pouco a ver com a compreensão que não é nem sua condição nem sua consequência, uma vez que o perdão é uma ação singular que culmina num ato singular, ao contrário da compreensão, a qual é interminável e, por isso, não pode chegar a resultados finais.

Desta diferença entre perdoar e compreender apercebemo-nos da mensagem da autora de que as pessoas deviam olhar para a ascensão dos governos totalitários como sendo o resultado e o acontecimento central no nosso mundo, por isso mesmo é que compreender o totalitarismo não equivale de modo algum a perdoar, mas a reconciliarmo-nos com um mundo onde tais coisas são simplesmente possíveis de ocorrer<sup>216</sup>.

As doutrinas em torno da compreensão afastaram-se do real problema e acabaram por reduzir a nada a atividade da compreensão. A doutrinação é perigosa porque resulta fundamentalmente de uma perversão da compreensão, é criadora de sentido, de um sentido que produzimos no próprio processo de viver, na medida em que nos esforçamos por nos reconciliar com as nossas ações e com as nossas paixões<sup>217</sup>.

A saída mais óbvia é identificar o governo totalitário com um ou outro mal bem conhecido do passado – agressão, tirania, conspiração e que, perante tais casos, dir-se-ia, que estávamos a pisar terreno sólido; porque, a par dos seus males, pensaríamos ter

---

<sup>215</sup> Cf. ARENDT, H. – “Compreensão e política (As dificuldades da compreensão)”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D’Água, 2001, pp. 230-231.

<sup>216</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 231.

<sup>217</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 232.

herdado do passado a sabedoria que nos permite guiar-nos por entre eles. Mas a dificuldade com a sabedoria do passado é o facto de ela, por assim dizer, morrer nas nossas mãos assim que tentamos seriamente aplicá-la às experiências políticas fundamentais do nosso tempo<sup>218</sup>.

Tudo o que sabemos do totalitarismo demonstra uma originalidade horrível que nenhum paralelo forçado com o passado pode aliviar. Só podemos escapar ao seu impacto se decidirmos não atendermos à sua natureza própria, para nos consagrarmos à enumeração das intermináveis conexões e semelhanças que existem necessariamente entre certos aspetos da doutrina totalitária e algumas teorias que nos são familiares no quadro de pensamento ocidental, na medida em que tais semelhanças são inevitáveis.

No reino da pura teoria e dos conceitos isolados, nada há de novo debaixo do sol; mas as mesmas semelhanças desaparecem por completo assim que passamos das formulações teóricas à sua aplicação prática. A originalidade do totalitarismo é horrível, não porque com ele tenha surgido no mundo uma nova «ideia», mas porque as ações que o caracterizam representam uma rutura com todas as nossas tradições; essas ações fizeram manifestamente explodir as nossas categorias de pensamento político e os nossos critérios de juízo moral<sup>219</sup>.

Por outras palavras, o próprio acontecimento, o próprio fenómeno, que tentamos – e devemos tentar – compreender despojou-nos dos nossos habituais meios de compreensão. Esta situação de perplexidade nunca emergiu tão claramente como nos julgamentos de Nuremberga onde a tentativa de reduzir as políticas demográficas nazis aos conceitos criminológicos de homicídio e perseguição teve por efeito, por um lado, que a própria enormidade dos crimes tornou ridícula qualquer punição concebível, e, por outro, que nenhuma punição parecesse poder ser «legal», uma vez que a pena pressupõe, além da obediência ao mandamento «Não matarás», uma gama de motivações e de características possíveis que levam os homens a tornar-se assassinos e fazem deles assassinos, quando o certo era que essas motivações e características brilhavam pela ausência nas pessoas dos acusados<sup>220</sup>.

O conhecimento e a compreensão não são a mesma coisa, mas estão relacionados. A compreensão baseia-se no conhecimento e o conhecimento não pode desenvolver-se sem

---

<sup>218</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 233.

<sup>219</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 233.

<sup>220</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 234.

uma compreensão prévia, ainda por articular. Esta compreensão preliminar denuncia o totalitarismo como uma forma de tirania e decide que a nossa luta contra ele é uma luta pela liberdade.

A compreensão preliminar, todavia, por mais rudimentar e até irrelevante que em última instância mostre ser, protegerá decerto mais eficazmente as pessoas da adesão a um movimento totalitário, que qualquer informação digna da máxima confiança, que qualquer análise política superiormente perspicaz, que qualquer acumulação de conhecimentos alargados<sup>221</sup>.

A compreensão antecede e segue-se ao conhecimento. A compreensão prévia, que se encontra na base de todo o conhecimento, e a compreensão propriamente dita, que o transcende, tem o seguinte aspeto comum: tornam o conhecimento portador de sentido. A descrição histórica e a análise política nunca poderão provar que existe uma coisa como a natureza ou a essência do governo totalitário, somente pelo facto de existir uma natureza do governo monárquico, republicano, tirânico ou despótico.

Tal natureza específica é considerada adquirida pela compreensão prévia na qual as próprias ciências se baseiam, e esta compreensão prévia impregna evidentemente, mas sem uma perspectiva crítica, o conjunto da sua terminologia e do seu vocabulário<sup>222</sup>.

O uso corrente do termo «totalitarismo» para denunciar um mal político maior não remontava a mais de cerca de cinco anos. Até ao fim da Segunda Guerra Mundial, e também ao longo dos primeiros anos do pós-guerra, a palavra habitualmente aplicada para designar o mal político era «imperialismo».

De um modo geral, o termo designava uma política externa agressiva; a identificação entre estes dois termos era tão completa que tornava possível o uso indiferente de um ou de outro. De modo semelhante, o termo «totalitarismo» é hoje usado para designar a sede de poder, a vontade de dominação, o terror e uma forma chamada monolítica de organização do Estado, sendo esta transformação por si só, digna de realce<sup>223</sup>.

O imperialismo continuou a ser uma expressão corrente muito depois da emergência do bolchevismo, do fascismo e do nazismo; era evidente que as pessoas ainda não se tinham dado conta da novidade do que estava a acontecer ou não pensavam que os novos movimentos viessem a poder dominar todo o período histórico posterior. Não foi

---

<sup>221</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 235.

<sup>222</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 235-236.

<sup>223</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 236.

sequer a guerra travada contra um poder totalitário, mas sim o declínio efetivo do imperialismo (reconhecido após a liquidação do Império Britânico e a entrada da Índia para a *Commonwealth*) que marcou o momento em que o novo fenómeno, o totalitarismo, passou a ocupar reconhecidamente o lugar do imperialismo como questão política fundamental do nosso tempo<sup>224</sup>.

A linguagem corrente, na medida em que expressa uma compreensão prévia, dá início ao processo da compreensão crítica, daí se ter compreendido que foi a compreensão corrente e não crítica da generalidade das pessoas mais que qualquer outra coisa o que levou toda uma geração de historiadores, economistas e cientistas políticos a consagrarem o melhor dos seus esforços de investigação à análise das suas causas e das consequências do imperialismo, e, ao mesmo tempo, a representarem-no como a «construção de um império» à maneira dos assírios, dos egípcios ou dos romanos, bem como a desconhecem os seus motivos profundos, referindo-se à «sede de conquista», ou descrevendo Cecil Rhodes como um segundo Napoleão, e Napoleão como um segundo Júlio César<sup>225</sup>.

O totalitarismo, de modo análogo, só se tornou um tema frequente de investigação depois de a compreensão prévia o ter reconhecido como a questão fundamental e o perigo maior da época atual. Uma vez mais, as interpretações correntes, incluindo as de nível erudito mais elevado, deixaram-se conduzir mais longe que o devido pela compreensão prévia: identificam a dominação totalitária com a ditadura de um partido único, quando não explicam o fenómeno no seu conjunto mediante a sua redução a causas históricas, sociais ou psicológicas relativas a um só país, a Alemanha ou a Rússia. É evidente que tais métodos não fazem avançar a compreensão crítica, uma vez que ocultam o que não é familiar e exige uma compreensão nova numa massa de dados familiares e habituais<sup>226</sup>.

A compreensão não estará tão intimamente ligada à faculdade de julgar que somos obrigados a descrever as duas coisas como a inclusão (de qualquer coisa de particular no quadro de uma lei universal, operação que, segundo Kant é a própria definição do juízo, e cuja ausência ele define soberbamente como «estupidez», uma «doença sem remédio»<sup>227,228</sup>.

---

<sup>224</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 236-237.

<sup>225</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 237-238.

<sup>226</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 238.

<sup>227</sup> Esta afirmação está presente no livro *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant.

<sup>228</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 239.

Estas interrogações são ainda mais pertinentes porque não se referem apenas à nossa perplexidade quando se trata da compreensão do totalitarismo. O paradoxo da situação moderna parece residir no facto de a nossa necessidade de superar tanto a compreensão prévia como a abordagem científica resultar de termos perdido os nossos meios de compreensão, daí a nossa busca de sentido ser ao mesmo tempo suscitada e frustrada pela nossa incapacidade de o engendrarmos<sup>229</sup>.

Os fenómenos totalitários que deixaram de poder ser compreendidos em termos de senso comum e que desafiam todas as regras do juízo «normal», quer dizer, fundamentalmente utilitário, são apenas os exemplos mais espetaculares da quebra da nossa sabedoria comum tradicional. Do ponto de vista do senso comum, não precisamos da entrada em cena do fenómeno totalitário para sabermos que vivemos num mundo alterado, num mundo onde se tornou impossível guiarmo-nos pelas regras do senso comum de outrora. Em tal situação, a estupidez no sentido Kantiano tornou-se uma doença de toda a gente e, por isso, deixou de poder ser considerada como «sem remédio».

A estupidez transformou-se naquilo que era antes o bom senso; e tal não significa que seja um sintoma da sociedade de massa ou que as pessoas «inteligentes» se encontrem livres dela. A única diferença é que esta estupidez permanece maravilhosamente muda entre os não intelectuais, tornando-se, por outro lado, insuportavelmente agressiva entre as pessoas «inteligentes».

No que se refere ao mundo da *intelligentsia*, poderíamos até afirmar que, quanto mais dotado em termos de inteligência é um indivíduo, mais irritante é a estupidez que ele compartilha com os outros<sup>230</sup>.

No contexto que é o nosso, a substituição insidiosa e peculiar do senso comum pela lógica estrita, que caracteriza o pensamento totalitário, é peculiarmente significativa. A lógica em questão não é idêntica ao raciocínio ideológico, mas indica a transformação totalitária das diversas ideologias. Se é um traço peculiar das próprias ideologias tratar uma hipótese científica, como «a sobrevivência do mais apto» em biologia ou «a sobrevivência da classe mais progressiva» em história, enquanto «ideia» que pode ser aplicada ao curso global dos acontecimentos, então o traço peculiar da transformação totalitária das ideologias perverter tal «ideia» numa premissa em sentido lógico, quer dizer, numa

---

<sup>229</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 239.

<sup>230</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 240.

afirmação dada como evidente da qual tudo o mais pode ser deduzido segundo uma coerência lógica estrita<sup>231</sup>.

A nova corrente da filosofia lógica, resultante do pragmatismo, apresenta uma assustadora afinidade com a transformação dos elementos pragmáticos característicos de todas as ideologias, configurando uma lógica que rompe todos os laços tanto com a realidade como com a experiência. Evidentemente, o totalitarismo procede mais cruamente e, por isso, também para nosso mal, com mais eficácia<sup>232</sup>.

Quando o senso comum, que é o sentido político por excelência, deixa de presidir à nossa necessidade de compreensão, poderemos tender a aceitar que a necessidade lógica o substitua, uma vez que a capacidade de raciocínio lógico nos é, em si própria, também comum a todos. Mas essa capacidade humana comum que funciona até mesmo em condições de completa separação do mundo e da experiência e que se encontra rigorosamente «dentro» de nós, sem qualquer vínculo a seja o que for de «dado», é incapaz de compreender seja o que for e absolutamente estéril, se limitada a si própria<sup>233</sup>.

Para quem se encarrega com a busca de sentido e de compreensão, o que é assustador na ascensão do totalitarismo não é o facto de ele ser qualquer coisa de novo, mas o facto de ter exposto à luz do dia a ruína das nossas categorias de pensamento e dos nossos critérios de juízo<sup>234</sup>.

Tal como nas nossas vidas pessoais os piores medos e as melhores esperanças nunca nos preparam adequadamente para aquilo que realmente acontece – porque no momento em que um acontecimento, ainda que previsto, se produz, todas as coisas mudam, e nós nunca poderemos estar preparados para a inesgotável efetividade deste «todas as coisas» -, também cada acontecimento da história humana revela uma paisagem inesperada de ações, paixões e possibilidades novas que excedem, ao mesmo tempo, a soma total das intenções visadas e o sentido de todos os seus antecedentes<sup>235</sup>.

Segundo a autora, em si própria, a compreensão é um estranho empreendimento, pois, em última análise, pode ser algo que não faça mais que a enunciação e confirmação daquilo que a compreensão prévia, que consciente ou inconscientemente se comete sempre de modo direto com a ação. A compreensão não sairá deste círculo, mas, pelo contrário,

---

<sup>231</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 243-244.

<sup>232</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 244.

<sup>233</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 245.

<sup>234</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 245-246.

<sup>235</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 247-248.

estará consciente de que quaisquer outros resultados se afastariam tanto da ação, cuja outra face é a mesma compreensão, que não poderiam ser verdadeiros<sup>236</sup>.

O processo de compreensão também não evitará esse outro círculo, a que os lógicos chamam «vicioso»; e, desse ponto de vista, talvez se assemelhe um pouco à filosofia, na qual os grandes pensamentos também se movem circularmente, confiando o espírito humano com nada menos que um diálogo interminável entre si próprio e a essência de todas as coisas que são<sup>237</sup>.

A compreensão autêntica não se cansa nem do diálogo interminável nem do seu «círculo vicioso», porque acredita que a imaginação poderá acabar por captar pelo menos um clarão da luz sempre assustadora da verdade, pois, como dizia Wordsworth, «não é senão outro nome da ... intuição mais clara, da imensidão do espírito, / E a Razão na sua figura mais alta<sup>238</sup>».

Só a imaginação nos torna capazes de vermos as coisas segundo a sua perspectiva própria, de sermos suficientemente fortes para pormos aquilo que está demasiado perto a certa distância, de maneira a podermos vê-lo sem distorções nem preconceitos, de sermos generosos quanto baste para transpormos os abismos da separação até podermos ver e compreender as coisas que se encontram demasiado longe de nós como se fossem caso nosso.

Este pôr à distância certas coisas e este lançar de pontes sobre os abismos relativamente a outras são parte do diálogo da compreensão, para cujos fins a experiência direta significa um contacto demasiado estreito e o mero saber, a construção de barreiras artificiais<sup>239</sup>.

Sem esta espécie de imaginação, que é na realidade a própria compreensão, jamais seríamos capazes de nos situar no mundo. É a única bússola interior de que dispomos. Só somos contemporâneos daquilo que a nossa compreensão alcança. Se quisermos estar no nosso lugar próprio nesta terra, ainda que ao preço de aceitarmos como nosso lugar este século, não poderemos deixar de participar no diálogo interminável que a questão da natureza do totalitarismo nos propõe<sup>240</sup>.

---

<sup>236</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 250-251.

<sup>237</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 251.

<sup>238</sup> Esta afirmação encontra-se no Livro *The Prelude*, Livro XIV, pp. 190-192.

<sup>239</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 251-252.

<sup>240</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 252.

### **1.1. Estará o homem preparado para lidar com o totalitarismo? - Um especialista na questão judaica**

Quando Adolf Eichmann foi admitido em 1934, o S.D. era um organismo relativamente recente na estrutura das S.S. (serviço de espionagem) onde inicialmente a tarefa do S.D. havia sido espiar os membros do partido, posteriormente, estes adquiriram novas funções e tornaram-se o centro de informação e investigação da polícia secreta do Estado, a Gestapo<sup>241</sup>.

Aquando do julgamento Eichmann terá dito que o S.D. lhe havia parecido ser apenas um comando de guardas que servia para escoltar as grandes figuras do partido nas suas deslocações, daí ele argumentar durante o julgamento que tinha confundido o serviço de segurança do *Reichführer* S.S. com o serviço de segurança do *Reich*, o que o fez afirmar que não teve portanto a mínima noção daquilo que havia feito<sup>242</sup>.

Perante este “suposto” engano de Eichmann, a autora deparou-se com o papel que este havia tido na organização, uma vez que Eichmann trabalhou diretamente no departamento de informação, onde a sua primeira função foi recolher toda a informação que existia a respeito da maçonaria (que neste tempo, ainda que erradamente, era vista como algo relacionado com o Judaísmo, o Catolicismo e o Comunismo) e consequentemente obter materiais que lhes permitissem criar um museu de maçonaria, mais precisamente, um museu com referências antisemitas<sup>243</sup>.

É de se realçar a estranha loucura deste povo em obter objetos e outros materiais com o intuito de construírem e preservarem estas preciosidades da cultura judaica europeia, o que vem mais uma vez demonstrar o caráter cruel e perverso dos alemães<sup>244</sup>.

Adolf Eichmann ao fim de pouco mais de quatro meses no departamento de maçonaria viu-se recrutado para um novo departamento, recém-criado, direcionado para o estudo das questões judaicas, o que mais tarde o levou até ao tribunal de Jerusalém.

Quando Eichmann iniciou a sua aprendizagem da questão judaica, de que viria a tornar-se, quatro anos mais tarde, um “especialista” reconhecido, e quando estabeleceu os

---

<sup>241</sup> Cf. ARENDT, H. – “ III. Um especialista na questão judaica”. In ARENDT, H. – *Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Coimbra: Edições Tenacitas, 2003, p. 91.

<sup>242</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 91-92.

<sup>243</sup> É de se sublinhar a crueldade com que os executores do genocídio alemão cortavam o cabelo das senhoras e o guardavam como uma espécie de “reliquia” do seu ato “heroico”, ainda que isto se tratasse de mais uma forma de desumanidade também recolheram e guardaram objetos pessoais destas pessoas.

<sup>244</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 92.

seus primeiros contactos com os responsáveis judeus, tanto sionistas<sup>245</sup> como assimilacionistas<sup>246</sup> falavam de um grande “renascimento judaico”, de um “grande movimento construtivo dos judeus alemães”, e discutiam ainda entre si, em termos ideológicos, sobre a oportunidade da emigração judaica, como se esta dependesse deles<sup>247</sup>.

Segundo Hannah Arendt, o depoimento que Eichmann prestou, durante o interrogatório da polícia, sobre a sua entrada no novo departamento – distorcido, é certo, mas não totalmente desprovido de verdade – ressuscitou o clima de euforia que então reinava. Assim que Eichmann entrou em funções, o seu novo chefe, um tal Von Mildenstein, que pouco depois conseguiu ser transferido para a Organização *Todt* de Albert Speer, onde foi incumbido de coordenar a construção de autoestradas (Eichmann fingia ser Engenheiro Civil), mandou-o ler o famoso clássico sionista *Der Judenstaat* (O Estado Judeu), de Theodor Herzl, que, de imediato, o converteu para sempre ao sionismo<sup>248</sup>.

Continuamente Eichmann tornou-se um fiel emissor/transmissor da mensagem sionista aos seus camaradas das S.S., realizando assim conferências e elaborando panfletos, e posteriormente, com a leitura do livro *A História do Sionismo* de Adolf Böhm ele compreendeu melhor a organização do movimento sionista, os seus partidos, grupos de juventude e diferentes programas, o que não tinha feito dele, ainda, uma “autoridade”, mas foi o suficiente para que o designassem como o espião oficial dos meios e reuniões sionistas<sup>249</sup>.

Os primeiros contactos pessoais de Eichmann com os responsáveis judeus, todos eles sionistas bem conhecidos de longa data, foram plenamente satisfatórios. Porém, a razão do seu fascínio pela “questão judaica” foi, conforme explicou, o seu próprio “idealismo”, contrariamente aos assimilacionistas, que ele sempre desprezou, e aos judeus ortodoxos, que o aborreciam, estes judeus sionistas eram, como ele próprio, “idealistas”. Um “idealista” era um homem que vivia para a sua ideia – não podendo portanto ser um homem de negócios – e que estava pronto a sacrificar tudo e, sobretudo, todos, a essa ideia.

---

<sup>245</sup> O Sionismo era um movimento político e filosófico que defendia o direito da autodeterminação do povo judeu e a existência de um Estado Nacional Judaico independente e soberano no território onde historicamente tinha existido o antigo Reino de Israel (Eretz Israel), criando assim uma autonomia da cultura judaica face às culturas dominantes dos outros países onde estavam inseridos.

<sup>246</sup> O Assimilacionismo era uma doutrina que preconizava a possibilidade de assimilação das culturas periféricas pela cultura dominante.

<sup>247</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 96.

<sup>248</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 96.

<sup>249</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 96-97.

E, quando afirmou no interrogatório da polícia, que teria enviado para a morte o seu próprio pai se tivesse recebido ordens para isso, não pretendia apenas mostrar que era um mero executante, pronto a obedecer a ordens superiores; pretendia também demonstrar que ele, Eichmann, tinha sido sempre um “idealista”. Como qualquer outra pessoa, também o “idealista” perfeito tinha, está bem de se ver, os seus sentimentos e emoções pessoais; contudo, jamais permitiria que interferissem com os seus atos se porventura entrassem em conflito com a sua “ideia”<sup>250</sup>.

A autora constatou que os responsáveis nazis nunca tinham levado o programa do partido muito a sério porque eles só se orgulhavam de pertencer a um movimento, e não a um partido; por isso, consideravam que um movimento não podia estar confinado a um programa<sup>251</sup>.

Eichmann, como já vimos, estava acima dos hábitos deploráveis; e quando declarou ao tribunal de Jerusalém que não conhecia o programa de Hitler, estava provavelmente a dizer a verdade porque para eles o programa não tinha importância, pois sabiam ao que tinham aderido.

A tarefa que Eichmann desempenhou tinha sido definida como “emigração forçada”, e estas palavras tinham um significado literal: todos os judeus, independentemente das suas preferências e da sua nacionalidade, seriam obrigados a emigrar – um ato que, em linguagem corrente, se dá pelo nome de expulsão.

Durante o julgamento, ele ao evocar os doze anos que, no fundo, tinham sido a sua vida, Eichmann falou do ano que passou em Viena, na qualidade de chefe do centro de emigração dos judeus austríacos, como o período mais feliz e mais bem-sucedido da sua vida.

O cargo para que fora nomeado em Viena era o seu primeiro trabalho importante porque nele se jogava toda uma carreira, cuja evolução havia sido, até então, bastante lenta. Estava, com certeza, ansioso por fazer boa figura, e o seu sucesso foi espetacular: em oito meses, quarente e cinco mil judeus deixaram a Áustria, contra um número de dezanove mil que deixaram a Alemanha no mesmo período.

---

<sup>250</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 97.

<sup>251</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 99.

Em menos de dezoito meses, a Áustria foi “limpa” de quase cento e cinquenta mil pessoas, aproximadamente sessenta por cento da população judaica onde todos eles abandonaram o país “legalmente”<sup>252</sup>.

Perante a interrogação de como Eichmann teria conseguido este feito, verificou-se que ele não era o “cérebro” desta operação mas sim Heydrich juntamente com Erich Rajakowitsch, um “advogado brilhante”, os quais tinham elaborado a ideia de extorquirem dinheiro aos judeus ricos e assim possibilitar-lhes a sua partida e a dos judeus mais pobres, na medida em que assim se livravam da “ralé” judaica (pobres)<sup>253</sup>.

A fanfarronice de Eichmann foi a sua maior perdição o que o levou a declarar aos seus homens, nos últimos dias da guerra: “hei de saltar para o túmulo a rir, pois o facto de carregar na consciência a morte de cinco milhões de judeus [ou “inimigos do *Reich*”, como ele sempre afirmou ter dito] dá-me uma satisfação extraordinária”. Mas não foi de um salto que Eichmann entrou no túmulo e, se alguma coisa tinha na consciência, não eram estes homicídios, mas, como veio a descobrir-se, o facto de ter, certo dia, esbofeteado o Dr. Josef Löwenherz, dirigente da comunidade judaica de Viena, que veio a tornar-se, mais tarde, um dos seus judeus preferidos, ao qual pediu desculpas, mas, mesmo assim este assunto havia continuado a inquietá-lo<sup>254</sup>.

A pretensão de que Eichmann teria sido o único responsável pela morte de cinco milhões de judeus (o número total de vítimas resultantes dos esforços concertados de todas as autoridades e instituições nazis) era uma ideia absurda, como ele muito bem sabia. Ainda assim, ele continuou a repetir *ad nauseam*<sup>255</sup> esta frase incriminatória a quem o quisesse ouvir, mesmo na Argentina, doze anos depois, porque lhe dava “uma extraordinária sensação de euforia pensar que iria sair de cena dessa forma”, embora o antigo conselheiro diplomático (*Legationsrat*) Horst Grell, testemunha de defesa no processo de Jerusalém, que tinha privado com Eichmann na Hungria, declarou que, em sua opinião, Eichmann estava apenas a gabar-se, o que também terá sido óbvio para todos aqueles que o ouviram proferir aquela afirmação absurda<sup>256</sup>.

---

<sup>252</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 99-100.

<sup>253</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 100.

<sup>254</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 102-103.

<sup>255</sup> Esta afirmação proferida por Eichmann demonstrava o tipo de argumentação que ele tinha, “argumentação até provocar náusea”, onde a sua argumentação repetida revelava que a mesma afirmação era reiterada insistentemente até o ponto de causar náusea, na medida em que a sua crença incorreta de que quanto mais ele insistia em algo e mais a repetia, mais correto, pensava ele, se tornava.

<sup>256</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 103.

Na visão da autora, a fanfarronice é um vício comum dos homens e das sociedades, mas a personalidade de Eichmann tinha um defeito mais específico, e também mais decisivo: uma incapacidade quase total para olhar as coisas do ponto de vista do outro. Ao longo do julgamento, nunca Eichmann cedeu um milímetro quanto à sua versão do período vienense, embora tenha reconhecido que, “tendo os tempos mudado tanto”, talvez os judeus de agora não recordassem com muita simpatia essa “estreita colaboração” (na ajuda que eles lhe dava para emigrarem), pois, ele, Eichmann não queria “ferir os seus sentimentos”<sup>257</sup>.

Durante o julgamento ficou claramente visível que quanto mais as pessoas ouviam Eichmann, mais óbvio se tornava que a sua incapacidade para falar estava intimamente ligada à sua incapacidade para pensar e, nomeadamente, para pensar do ponto de vista do outro, por isto tudo era impossível comunicar com ele, não porque mentisse, mas porque se rodeava de mecanismos de defesa extremamente eficazes contra as palavras e a presença dos outros, ou seja, contra a própria realidade<sup>258</sup>.

Perante a análise do carácter de Eichmann constatamos que ele era um criminoso que nunca se arrependeu do que fez, na medida em que ele não era capaz de se confrontar com a realidade porque os seus crimes faziam parte integrante desta mesma realidade. Por isso mesmo, o caso de Eichmann em nada se assemelhava ao criminoso comum, dado que este, face à realidade de um mundo não-criminoso, apenas se podia refugiar dentro dos limites estreitos do seu bando.

Eichmann, porém, só precisou de evocar o passado para se convencer de que não estava a mentir aos outros nem a enganar-se a si mesmo: nessa altura, tinha estado em perfeita harmonia com o mundo em que vivia e, conseqüentemente, a sociedade alemã, com os seus oitenta milhões de pessoas, tinha-se defendido da realidade dos factos exatamente da mesma maneira, com a mesma autoilusão, as mesmas mentiras e a mesma estupidez que eram então parte integrante da mentalidade de Eichmann<sup>259</sup>.

Contudo, a autoilusão tornou-se prática corrente, quase um requisito moral de sobrevivência; de tal modo que, dezoito anos após o colapso do regime nazi, quando o conteúdo exato destas mentiras se encontrava quase totalmente esquecido, ainda assim era

---

<sup>257</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 104.

<sup>258</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 105.

<sup>259</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 108.

por vezes difícil acreditar que a mentira não se havia tornado parte integrante do caráter alemão.

Durante a guerra, a mentira mais eficaz com o povo em geral foi o *slogan* da “batalha predestinada do povo alemão”, o qual teria sido lançado e proferido por Hitler ou por Goebbels, pois este “*slogan*” facilitava o processo de autoilusão em três aspetos: em primeiro lugar, sugeria que aquela guerra não era uma guerra; em segundo, que tinha sido desencadeada pelo destino e não pela Alemanha; e, em terceiro, que era uma questão de vida ou de morte para os alemães, que se viam obrigados a escolher entre aniquilar os seus inimigos ou serem eles próprios aniquilados<sup>260</sup>.

A inconstância e a “incoerência” aquando do relato dos acontecimentos de que Eichmann teria participado nestes atos, os quais, relatados durante o julgamento permitiram constatar que os seus hábitos careciam de valor moral, o que dificultou aos juízes, advogados e jornalistas uma sentença adequada perante a pouca ou nenhuma cooperação do réu (Eichmann), porém, tudo isto pressupunha levá-lo a sério, e isso era muito difícil – a não ser que, colocados perante o dilema de escolher entre o indizível horror dos atos e o incontestável ridículo do homem que os cometera, optássemos pela solução mais fácil: a de classificá-lo como um mentiroso astuto e calculista – coisa que, obviamente, Eichmann não era<sup>261</sup>.

Durante o julgamento, Hannah Arendt concluiu que era de mau grado todos os esforços desenvolvidos pela acusação, pois, segundo ela, era fácil ver que este homem não era um “monstro” mas difícil era não suspeitar que fosse um *clown* (palhaço), porém, tal suspeita teria sido fatal para o desenrolar de todo o processo, até porque, tendo em conta os sofrimentos que o réu e os seus pares tinham infligido a milhões de pessoas, a hipótese de ele não ser um “monstro” seria insustentável e incompreensível para todos aqueles, que de uma forma ou de outra, sentiram o horror destes atos<sup>262</sup>.

Durante o desenrolar do julgamento, Eichmann repetiu com grande convicção, como já antes tinha garantido ao polícia que o interrogou, que a pior coisa que poderia fazer seria fugir às suas verdadeiras responsabilidades, tentar salvar a pele, pedir misericórdia ao tribunal, e que depois, a conselho do seu advogado, apresentou ao tribunal um documento manuscrito onde solicitava clemência.

---

<sup>260</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 108-109.

<sup>261</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 110.

<sup>262</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* p. 111.

Para Eichmann, tudo dependia do estado de espírito, ora, este, como se sabe, é variável. Pela sua parte, ficava satisfeito desde que fosse encontrando, na sua memória ou ao sabor da inspiração do momento, uma frase feita a condizer, e nem sequer se dava conta da existência de “inconsistências”, porém, este seu triste dom de se consolar com *clichés* não o abandonou até à hora da morte<sup>263</sup>.

## **2. Confiança na Condição Humana: O homem estará apto a não se deixar subjugar pelo totalitarismo?**

### **2.1. Interpretação a partir do julgamento de Adolf Eichmann**

Hannah Arendt colaborou com o jornal *New Yorker* realizando assim a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, no qual o réu estava assim a ser condenado por todos os seis milhões de pessoas que morreram nos campos de concentração durante o holocausto, ainda que estes já lá não estivessem para o acusar, pois encontravam-se entre as cinzas de *Auschwitz*; campo de concentração de *Treblinka*; rios da Polónia e ao longo de toda a Europa como proferiu o jurista Gideon Hausner.

Gideon Hausner era um jurista que estava ali para acusar os crimes contra a humanidade, ainda que mais ativamente, contra o povo judeu mas também a pertença de Eichmann a uma organização criminosa, porém, ele não se contentou só com estas acusações e foi mais longe dizendo que naquele julgamento não só era ele quem acusava Eichmann mas também aqueles seis milhões de pessoas que tinham morrido nos diversos campos de concentração, ainda que não estivessem lá para o acusar, ele empossou-se dessa obrigação e elevou a sua voz não por estar lá para acusar o réu mas em prol da memória destas vítimas sem voz, contudo, Hannah Arendt “recriminou” a sua atitude e conduta durante o julgamento.

Para Hannah Arendt, Eichmann tinha estado simplesmente encarregue de dar as ordens, avisos e comunicações, porque ele como tenente-coronel das S.S. estava inserido no departamento quatro, daí ele ter sido um intermediário, o qual só recebia e cumpria ordens superiores, tais como foi o caso de colocar as pessoas nos vagões dos comboios e dar-lhes a sua sentença final, a morte por asfixiamento de gás, e, mesmo assim, Hannah Arendt continuou a reiterar que ele não era o responsável pela “solução final”, ainda que dela tenha feito parte enquanto cumpridor destas ordens superiores.

---

<sup>263</sup> Cf. ARENDT, H. *Op. Cit.* pp. 111-112.

Hannah Arendt apercebeu-se de que este homem só se tinha limitado a cumprir ordens, por isso, não era um “monstro” como ela estaria à espera, na medida em que ela o viu como um “zé-ninguém” que simplesmente se limitou a fazer o que lhe mandaram, porém, esta consideração de Arendt perante a inofensividade do réu causou alguma incompreensão e inquietação no espírito daqueles que não conseguiram abarcar que Eichmann não tinha um carácter doentio nem nenhum traço antisemita, pois ele teria agido segundo o que considerava ser o seu dever, cumprindo assim ordens superiores e motivado pela ascensão de uma carreira profissional, daí ele ter cumprido ordens sem questioná-las, com a máxima eficácia, sem refletir sobre o bem ou o mal que pudessem causar.

É durante o julgamento de Eichmann que Arendt retoma o problema do mal radical Kantiano, politizando-o, ou seja, enquadrando-o na esfera política, mas não só, pois, para ela o mal também tinha que ser analisado quando atingia os grupos sociais ou o próprio Estado, porém, o mal não era, segundo ela, uma categoria ontológica, não era natureza e nem metafísica, mas sim político e histórico, uma vez que era produzido por homens e realizado num espaço institucional que o permitisse fixar-se. É de se realçar que só assim a trivialidade da violência, a qual segundo Arendt correspondia ao vazio do pensamento, permitiu que ela retratasse o problema da banalidade do mal no julgamento de Eichmann.

Hannah Arendt, tal como havia dito Eichmann, constatou que o julgamento deste homem era uma “espécie de bode expiatório” à procura de encontrar e julgar os mentores e executores do holocausto, embora isto tenha “ultrapassado”, por vezes, os limites do tolerável.

Durante os vários relatos das testemunhas, cerca de cem sobreviventes do holocausto, Arendt apercebeu-se de que as mortes dos familiares destes sobreviventes não tinha a ver diretamente com Eichmann enquanto indivíduo (pessoa) mas sim com os mecanismos de execução que Hitler havia traçado para executar os judeus.

Este julgamento assentava nos factos históricos e não incidia diretamente na conduta moral de Eichmann, daí ter ocorrido uma espécie de “crucificação” deste homem por todas estas mortes como se fosse ele unicamente e exclusivo responsável pelo holocausto, ou mais então, como se fosse ele o mentor de tal barbárie.

Na perspetiva de Arendt aqui houve uma tentativa “desesperada” de julgar este homem por todos eles que permitiram e realizaram tal barbárie.

A certa altura do julgamento Eichmann afirmou: O que mais podia fazer? o que nos permite agora averiguar, tal como o fez Hannah Arendt, de que ele, tal como outros, só se limitaram a cumprir e a obedecer às ordens do regime nazi. Ele adiantou que os soldados prestavam um juramento, o qual se fosse quebrado, demonstraria que esse homem não valia nada, e aqui reside, mais uma vez, a questão da obediência em prol de um juramento que punha em causa a própria honra do homem.

Eichmann afirmou dizer só a verdade no tribunal de Israel porque, segundo ele, na altura em que fez o juramento de que iria falar toda a verdade, este permaneceria sempre para si como um juramento, e um juramento era sempre um juramento para si. Ao ser questionado se o juramento após a morte de Hitler prevaleceria ou não, através da libertação do juramento que havia feito como soldado, ele disse que após a morte de Hitler todos estariam na condição de liberdade desse juramento, e, mais uma vez nos aparece a obediência em prol do serviço de uma ideologia.

Durante o julgamento ele é novamente interrogado, e mais uma vez questionado se em prol desse juramento e de Hitler ele teria assassinado o pai com as suas próprias mãos por Hitler ter determinado ou dito que seu pai era um traidor, ao qual ele respondeu que se Hitler lhe tivesse provado que o pai era um traidor ele o mataria sim. Então questionaram-no se Hitler lhe deu provas de que os judeus deveriam ser executados, ao qual ele respondeu: Eu não os exterminei! O que salientou a sua desresponsabilidade perante os seus atos, e, seguidamente, questionaram-no sobre o facto de alguma vez ter tido algum conflito entre o seu dever e a sua consciência, ao qual ele diz ter vivido sempre com uma dualidade consciente que trespassava-o de um extremo (dever) ao outro (consciência) e, reiterando a pergunta se alguma vez sentiu que devia renunciar à sua consciência ele afirmou que sim, e foi desta afirmação que o juiz inferiu que se tivesse havido maior coragem cívica, quer da sua parte ou dos restantes responsáveis do holocausto, então as coisas teriam sido diferentes, ao que Eichmann disse que se houvesse uma estrutura hierárquica, talvez sim, as coisas teriam tomado outro caminho ou outras dimensões.

O juiz disse que o holocausto, mais precisamente as atitudes dos soldados, tal como a dos mandantes espelhava uma questão de comportamento humano, visando assim, a ausência de valor ético e moral da ação humana destes homens.

Eichmann disse que perante uma situação de guerra e agitação todos diziam que não valia a pena resistir porque isso teria sido uma gota no oceano, sem capacidade para alterar o percurso das coisas, o que havia segundo Eichmann ter sido algo inútil e “ineficaz”. Para ele, o holocausto foi possível devido ao tempo que se vivia; à época; à educação que as crianças recebiam; da ideologia que se inseminava; do serviço militar e do restante tipo de coisas que permitiram que tal horror acontecesse.

Em conversa com amigos, Hannah Arendt disse “acreditar” que Eichmann não era um antissemita, ao qual os amigos ficaram espantados com tal afirmação, e, mais uma vez ela sublinhou que ele simplesmente só obedeceu à lei, tal como teria obedecido a outra lei qualquer.

Segundo os amigos de Arendt, todos aqueles que aderiram ao partido nazi, especialmente os da S.S. eram antissemitas convictos e desprezíveis, ao que Arendt afirmou, mais uma vez que ele, pessoalmente, nunca tinha feito mal a nenhum judeu, pois, um homem que explicou minuciosamente as suas tarefas enquanto ordens revelou assim não ter nada pessoal contra os judeus. Para Arendt, o facto dele não saber para onde iam os comboios deveu-se ao facto de que isso não lhe interessava porque ele estava só encarregue de transportar as pessoas para a morte (vagões dos comboios), o que permitiu a ele não se sentir responsável pelo fim que estas pessoas iriam ter, pois, ele era apenas um burocrata a cumprir ordens superiores.

Numa das aulas de Arendt, um aluno perguntou-lhe se o egocentrismo poderia levar um homem a cometer atos irrefletidos e irresponsáveis que pudessem pôr em causa a própria condição humana, ao que ela respondeu que o mal pior, o mal radical nada tinha a ver com motivos humanamente compreensíveis e imorais como o egocentrismo mas com o contrário, o facto de tornar o homem supérfluo, pois, o sistema reinante nos campos de concentração visava convencer os prisioneiros de que eles eram supérfluos antes de serem mortos, dado que, nos campos de concentração, as pessoas tinham que aprender que o castigo aplicado não era devido a um delito (ideologia desconstrucionista nazi), pois, o campo era um lugar onde cada facto, cada gesto, por definição, se despojava de qualquer significado, e, isto remete-nos para o absurdo surreal.

Se é verdade que na fase final do totalitarismo surgiu um mal absoluto, absoluto porque não pode ser imputado à razão humana, também é verdade que, sem ele, sem o

totalitarismo, nunca se teria conhecido a natureza radical do mal, aqui estamos a ser confrontados com o problema da banalidade do mal.

Após uns longos meses do julgamento de Eichmann, o marido de Arendt recebeu a notícia de que iam enforcar Adolf Eichmann, ao qual, ela disse ainda bem mas o marido questionou-a sobre se a pena teria sido branda ou justa, ainda que para o marido a penda deste homem tenha sido aparentemente sinónimo de justiça.

Para Arendt, o que era novo no fenómeno Eichmann era que havia inúmeras pessoas como ele, na medida em que ele era um indivíduo horrivelmente normal, ao que contra-argumentaram dizendo que nem todos os indivíduos normais tinham estado à frente da secção IVB4 instalada no escritório central de segurança do *Reich* e encarregues de exterminar todos os judeus da Europa.

Arendt disse em forma de justificação que ele pensava que era um só funcionário ao serviço da Alemanha a obedecer ao *Führer*, onde para Eichmann, a sua lealdade era a sua honra.

Para Eichmann, uma ordem do *Führer* era uma lei, daí ele se ter considerado inocente da acusação porque agiu de acordo com a lei, mas os documentos acabaram por provar que Eichmann levou por diante a “solução final” mesmo depois de Himmler o ter proibido, ao qual, ele se propôs acabar o seu “trabalho”.

Se para Arendt era mais que óbvio que ele agiu de acordo com ordens subvertidas, então também era fácil de ver que ele não teve escolha entre “não matar” ou “matar”, pois a ordem era para matar, o que o impossibilitou de ser bom. Porém, para Arendt, Eichmann estava sem condições para pensar, o que não o tornava num monstro mas fez dele um dos “maiores criminosos do séc. XX”, e um marco importante da história alemã.

Hannah Arendt no seu livro *Eichmann em Jerusalém* também fez referência àqueles líderes judeus que cooperaram com os nazis e com as atividades de Eichmann entregando outros judeus, o que revelou assim uma desorganização e fraternidade entre o próprio povo judeu, o qual foi retratado por testemunhas judias no julgamento de Eichmann, o que demonstrou ser um aspeto preocupante para Bill Shawn e a restante equipa do *New Yorker* aquando da cobertura do julgamento de Adolf Eichmann.

Arendt durante o julgamento fez algumas considerações sobre o papel do tribunal e dos juízes ao julgarem este homem, uma vez que para ela, o tribunal não tinha no seu código penal como julgar este crime e, assim sendo, o tribunal tinha que julgar Eichmann

pelos seus atos, uma vez que não se tratava de julgar um sistema, uma história e nem mesmo o antisemitismo mas apenas só deviam julgar apenas e só aquele homem como uma pessoa que simplesmente se limitou a cumprir ordens superiores.

Para Hannah Arendt, o mal só é perigoso quando é feito por pessoas sem qualquer traço de personalidade, motivo, convicção, razão maligna ou intenções demoníacas, os tais “zé-ninguéns”, os quais se recusam a ser humanamente humanos. E isto é o retrato da banalidade do mal, o mal que provém de pessoas despojadas de qualquer noção de bem ou de mal e que se limitam a ser “manipuladas e instruídas” pelos outros, daí Arendt ter dito que o maior colapso moral da sociedade europeia se depreendia com a cooperação dos líderes judeus com os nazis.

Ao longo dos seus livros Arendt descreveu a perseguição dos judeus como sendo um crime contra a humanidade porque se tratava de crimes contra os seres humanos.

Hannah Arendt afirmou nunca ter defendido Eichmann, dado que apenas tentou demonstrar e perceber o que estava por detrás de todo este mecanismo de extermínio judeu, adiantando assim que também nunca o perdoou mas a sua responsabilidade era tentar compreender o que tinha sido o holocausto e o papel de Eichmann, pois, isto era a tarefa de qualquer um que ousasse escrever sobre o julgamento de Eichmann.

Segundo ela, Eichmann ao ter recusado ser um ser humano abdicou totalmente da característica que melhor define o homem, ser capaz de pensar, o que fez com que fosse incapaz de fazer juízos morais, daí esta incapacidade de pensar ter permitido que muitos homens comuns cometessem atos cruéis numa escala sem precedentes e atos nunca antes vistos. E assim sendo, a manifestação do ato de pensar não é conhecimento mas antes a capacidade de distinguir o bem do mal, o belo do feio, ao que Hannah Arendt afirmou que ela tinha a esperança de que o pensamento dê-se força às pessoas para evitar a catástrofe nesses momentos onde a situação se torna por vezes desesperante.

Como forma de conclusão podemos mencionar que o mal não pode ser simultaneamente banal e radical porque ele é sempre extremo e nunca radical, ao contrário do bem que é sempre profundo e radical.

## REFLEXÃO PESSOAL

Após uma explanação do pensamento da autora Hannah Arendt em torno do problema do genocídio alemão eis que chega agora o momento de expor algumas considerações finais, pessoais, alusivas à problemática até então estudada a partir desta autora acima mencionada.

A procura pela compreensão e, em certa parte, a busca pelo entendimento do fenómeno do genocídio alemão fez com que, ainda assim, não se deixasse de refletir sobre os aspetos éticos mais incisivos de todo o aprendizado sobre o maior “crime contra a humanidade”, o que me permitiu evidenciar quatro pontos importantes<sup>264</sup>, uma vez que eles me possibilitaram alcançar uma posição pessoal e, assim sustentar o intento de toda esta investigação científica, mais precisamente, a argumentação de que o genocídio alemão se tratou de um acontecimento “monstruoso”, o qual ainda hoje causa pavor e vergonha por ter sido possível de ocorrer no século passado.

Ao analisarmos o caráter ético e moral dos executores do genocídio alemão apercebemo-nos de que se tratam, ainda que nos custe aceitar, de homens normais, aqueles típicos burocratas, os quais acabaram por executar as suas funções de acordo com aquilo que lhes haviam ordenado os seus superiores. E é a partir da aceitação destes “criminosos” como simples homens normais que temos que olhar para o ato de desconstrução do ser humano face aos outros, na medida em que só assim seremos capazes de abarcar a capacidade com que estes humanos estavam aptos a matar outros humanos.

O desconstrucionismo humano-humano leva-nos a avaliar e a repensar a própria conduta humana, a qual, por vezes, mal direcionada pode ser perigosa porque ao agirmos incorretamente estamos a pôr em risco a vida de outras pessoas, e até mesmo, a condição humana, por isso mesmo é que neste caso em concreto nós podemos afirmar que os executores eram pessoas puramente normais e com consciência daquilo que estavam a fazer, o que os pode diferenciar do verdadeiro ser humano depreende-se com a sua própria natureza, a maldade que lhes era inerente, a qual, por si já era uma condicionante inibidora da prática do bem, ainda que, mesmo assim cada sujeito estivesse apto a contrariar essa predisposição, o que revela não só a falta de caráter e iniciativa destes indivíduos como a ausência de qualquer critério moral e/ou ético capaz de impedir a realização destas práticas criminosas e desumanas.

---

<sup>264</sup> Os pontos encontram-se expostos no último parágrafo da introdução.

Se, por um lado, nos aterrorizamos com a falta de apreço pela condição humana, onde detetamos que os homens são capazes de causar sofrimento à sua condição, mais nos sentimos apavorados com o desrespeito do ser humano para com os outros seres humanos, na medida em que se torna difícil compreender que os homens não sejam instruídos para não colocarem em risco a vida de outros homens; pois se estes “criminosos” consideravam que tinham a capacidade e o direito de decidirem quem devia ou não viver então temos que reconsiderar toda a condição humana para que se possa ensinar a ver os outros como se de si mesmo se tratasse, sem qualquer presunção de superioridade ou inferioridade, cultivando-se assim em todos os homens o amor e o valor supremo pela vida, a qual tem de ser igual para todos, na medida em que ninguém está acima de ninguém, nem nenhuma raça, crença religiosa ou política é melhor que as outras, se assim não formos educados então dentro de poucos anos os seres humanos extinguir-se-ão pelas suas próprias mãos; o alerta chega até nós todos os dias pelas mais diversas situações de desconsideração pela condição humana, o que nos deverá motivar para desarraigarmos este mal da sociedade e principalmente do coração de cada homem, a esperança de se findar com a banalidade do mal passa pela aprendizagem do valor da vida como condição suprema e igualitária de toda a condição humana.

A banalidade do mal, conceito apresentado por Hannah Arendt, mostra-nos o lado mais malévolo do ser humano como sendo algo intrínseco à condição natural do próprio ser humano, o que para muitas pessoas se torna incompreensível aceitar que o mal está enraizado no homem porque lhes custa crer que isto seja verdade. Porém, a verdade é que todos nós temos no nosso interior algo de mau, o que não desculpabiliza as nossas ações incorretas porque se é verdadeiro que o mal nos é intrínseco também é verídico que todos nós somos portadores de uma consciência racional, a qual tem sempre que ser capaz de nortear o nosso agir, por isso, não há como fugir da realidade; o facto de sermos portadores de racionalidade distingue-nos não só dos animais mas também nos coloca perante um grande desafio, a habilidade para fazermos escolhas corretas e ainda assim respondermos perante as nossas decisões e ações, sem colocarmos nos outros a nossa culpa e responsabilidade por atos nossos.

O mal está em cada indivíduo, isso é indiscutível, por isso é que estamos constantemente a sermos desafiados para não incorrerem em “crimes contra a humanidade”.

Em si o mal já é terrível mas elevado ao extremo ainda mais horrendo se torna, tal como foi o fenómeno “insólito” da despersonalização e descaracterização dos seres humanos, mais precisamente, os executores despojaram as vítimas de valor humano e pessoal através da perda do sentido de direito a viverem mas, o mais aterrador, se é que tudo isto já não o fosse, foi a indiferença e a maleficência com que executavam e retiravam a pertença/ “identidade” dos próprios indivíduos, quer pela maneira com que os colocavam nas câmaras de gás para os matarem em grande quantidade, mas como se ainda não bastasse, o pormenor “maléfico” de cortarem o cabelo das senhoras e crianças e, por vezes, colecionarem os pertences destas vítimas com o objetivo de criarem um museu que espelhasse a vitória dos nazistas sobre aqueles milhares de inocentes leva-nos a caracterizar o mal como o pior perigo da sociedade e ainda a afirmar que não há nada mais maléfico que o homem possa fazer contra a humanidade.

Ao constatarmos este terror faltam-nos as palavras para descrever a perversidade do mal intrínseco no homem, o qual, tal como já vimos poderá ser catastroficamente mau se não for corrigido a tempo e se não o combatermos antes que ele se consolide e nos origine um novo “crime contra a humanidade”.

Por tudo o que analisamos e fomos percebendo, o mal não foi só um problema daquela época concreta mas é algo que, na maior parte dos dias, se apresenta de díspares maneiras, uma vez que todos os dias nos deparamos com atos maléficos contra a própria humanidade, quer seja por divergências religiosas/culturais ou, até mesmo, motivações políticas, a verdade é que estamos constantemente a ser confrontados com diversas tipificações do mal, umas mais graves e outras nem tanto, mas o que interessa salientar é que os seres humanos não estão a respeitar o valor supremo da vida atentando ou assassinando outros seres humanos, daí ser urgente acautelarmo-nos e reavaliarmos as nossas ações singulares e coletivas para que não nos deixemos ludibriar por falsas convicções e nem cedermos ao instinto do mal para solucionarmos as diferenças que, por vezes, possam existir entre as pessoas ou entre países totalmente distintos.

A necessidade que tivemos e que, hoje, ainda sentimos em compreender toda a mecânica do genocídio alemão leva-me a seguir a linha de reflexão de Hannah Arendt de que devemos primeiramente predispor-nos a perceber o que realmente se sucedeu para que, posteriormente, consigamos avaliar e julgar o maior crime do séc. XX.

Posto isto, é sabido e compreensível para o entendimento humano a dificuldade em se perdoar tamanha crueldade mas, tal como defendia a autora, compreender não implica necessariamente perdoar porque é, sem qualquer margem para dúvidas, algo muito complicado de se suportar; e simultaneamente perdoar e/ou desculpar, porém, não menos evidente é que se não nos colocarmos à disposição para compreender jamais seremos capazes de lidar com o futuro, na medida em que a percepção do fenómeno por si deixar-nos-á mais libertos para apaziguarmos, em parte, a dor e a vergonha deste horror, o que só assim nos permitirá aquietar o espírito e seguir em frente com a memória presente deste “crime contra a humanidade”, ainda que com menor mágoa e aversão, lembrando-nos sempre dos erros do passado para não os voltarmos a praticar no futuro.

Para terminar gostaria de salientar a grandeza de espírito de alguém que sofreu diretamente na pele o apavoramento das maldades dos “criminosos” nazistas dentro de um campo de concentração, e que mesmo assim olhou para o que lhe aconteceu como algo malévolos mas que lhe permitiu alcançar uma grande lição, a de que a banalidade do mal está intrínseca ao ser humano, o que não desculpa de modo algum os seus atos mas pode ser um indício que nos permite concluir que o mal sempre fez e fará parte da vida humana, deixando assim como alerta uma chamada de atenção para todos os pormenores que vão surgindo na sociedade e os mecanismos totalitários dissimulados da sua real pretensão. E ainda neste ponto quero reforçar que, na minha perspetiva pessoal, considero importante compreender-se na sua essência o genocídio alemão sem que com isto queiramos alcançar prontamente uma justificação ou desculpa para este ato, o que a autora sempre fez questão de sublinhar; pois só se consegue seguir em frente se olharmos para o passado com tranquilidade, ainda que isto cause dor, porque só assim é que a vida segue e nós conseguiremos superar o sofrimento da perda de milhares de inocentes mas também esta é a grande mensagem da autora. É neste seguimento que percebemos que não nos devemos preocupar prioritariamente em encontrar e culpar os responsáveis sem que antes tivéssemos compreendido o genocídio alemão, assim sendo, é prioritário abarcar o fenómeno e só depois ir à procura dos culpados, ainda que de pouco ou nada servisse puni-los, uma vez que já não existe castigo à altura do crime que executaram, pois a sentença de prisão ou até a condenação à morte são insuficientes para aquilo que praticaram, assim sendo, é tão importante perceber-se o crime em si como encontrar e responsabilizar estes culpados.

## CONCLUSÃO

O problema do genocídio alemão coloca-nos perante um confronto entre a amoralidade, enquanto aspeto representativo da ausência e/ou neutralidade moral, e a imoralidade, sob a forma de antimoralidade. E, perante isto, cabe-nos compreender que o ser humano, em grande parte, nunca é capaz de adotar uma atitude de neutralidade ética, uma vez que é quase impossível para si desvincular-se do valor ético e moral das suas ações, assim como abraçar uma postura de neutralidade sobre as ações que o envolvem, ainda que indiretamente.

O ser humano, tal como havia proferido Aristóteles, é um ser social e político, daí a esfera privada do homem se interrelacionar com a esfera pública, a política; por isso mesmo, é que podemos afirmar que a neutralidade é impossível de se manifestar plenamente na vida do ser humano enquanto ser social e político que é. Assim sendo, o homem retratado naqueles burocratas e executores do genocídio alemão permitem-nos inferir que não eram totalmente amorais, dado que, ainda que pouco ou nada o valor ético e moral os tivesse condicionado durante o extermínio daquelas vítimas, a verdade é que também estes homens denominados de “seres humanos normais” tiveram uma confrontação com a sua própria consciência moral, ainda que isto não tenha sido motivo aparentemente decisivo para colocarem um fim a essa “monstruosidade”.

Perante esta constatação de que todos os homens se confrontam com a sua consciência acabamos por compreender que é inevitável ao ser humano refletir e questionar sobre os seus atos e que mesmo perante o árduo “consentimento” destas ações, residia nestes homens o pesar de tamanha crueldade perante aquelas vítimas. Posto isto, a banalidade do mal de que Hannah Arendt nos falava nos seus escritos permite-nos consolidar esta ideia de que não existem seres humanos amorais e/ou neutros face à avaliação moral dos seus atos ou à apreciação de ações realizadas por outros, uma vez que a própria trivialidade do mal é a representação do caráter humano, a qual, manifesta aquilo que de pior ele tem, mais precisamente, a capacidade de causar dor aos outros, ainda que tenha sempre presente na sua consciência a gravidade e o desrespeito pelo valor ético e moral de cada um destes indivíduos, daí não podermos aceitar a denominação de amoral face a estes executores, mas antes consentir que estes “criminosos” eram imorais porque iam contra os valores de uma tradição moral (grega, judaico-cristã), intenção a qual era deliberada e consentida por cada um destes burocratas.

Se aceitássemos que estes homens burocratas eram amorais estaríamos a consentir que se tratavam de pessoas sem noção de princípios morais, o que não é verdade porque eles tinham conhecimento daquilo que eram os princípios e valores morais, ainda que ao desrespeitá-los o fizessem deliberadamente estavam a decidir o caminho pelo qual queriam seguir, assim sendo, a postura imoral destes homens pretendia assentar numa doutrina amoral que fosse capaz de lhes permitir negar a moralidade, pois só assim poderiam rejeitar a moral enquanto norma de vida, ou seja, sob a forma de instrução para a prática de ações moralmente corretas, o que lhes possibilitaria desresponsabilizar-se e desculpar-se destes atos horrendos através da afirmação de que eram seres amorais porque haviam cumprido ordens superiores.

A pretensão destes burocratas era a desvinculação dos valores éticos e morais mas também estabelecer uma rutura com as tradições, uma vez que só assim estariam de “consciência tranquila” para realizarem a “solução final”, o que vem reforçar mais uma vez a ideia de reconstrução de um novo ser humano e de novos valores, à medida daquilo que já Friedrich Nietzsche outrora havia pretendido realizar quando concebeu a sua proposta para uma nova teoria dos valores, a qual também se apresentava como sendo antimoral e/ou imoral.

A influência de pensadores tais como Friedrich Nietzsche, Arthur Schopenhauer e, até mesmo, Wilhelm Richard Wagner terão contribuído, direta ou indiretamente para a conceção do nazismo, na medida em que Adolf Hitler leu os principais escritos de Schopenhauer e Wagner, os quais, influenciaram algumas das suas atitudes, tais como a vontade de ascensão ao poder e o antissemitismo, daí se correlacionar as influências destes pensadores para a consolidação plena do nazismo e das suas atrocidades perante aqueles seis milhões de vítimas que sofreram na pele o horror do fanatismo político nazista.

Mais uma vez gostaria de evidenciar que a banalidade do mal exposta no julgamento de Adolf Eichmann revela que ele foi só apenas um “monstro” cumpridor de ordens, dado que não foi capaz de engendrar toda a dinâmica por detrás da “solução final”, ainda que mesmo assim ele tenha sido responsável pela morte de muitas pessoas não podemos culpá-lo pelo engendramento do genocídio alemão; contudo, Eichmann não era um ser amoral porque ele próprio acabou por confessar que, num determinado momento da sua vida, havia pensado naquilo que estava a fazer, ainda que tenha preferido continuar com a sua tarefa; ele é o retrato do ser humano imoral que desrespeita os valores morais

em prol de um fanatismo partidário, daí a autora ter dito que ele havia sido um burocrata cumpridor de ordens, o qual atuou segundo a própria banalidade do mal, a qual é inerente à condição humana.

Se recuarmos até ao primeiro capítulo detetamos que já aí se começava a levantar dúvidas em torno da organização política nazi assim como a sua afirmação na Alemanha e, conseqüentemente, toda a dinâmica por detrás dos intentos daquele partido. E, nesta linha de pensamento acabamos por verificar que desde os primeiros instantes do movimento nazista muitos foram aqueles que conseguiram assinalar, ainda que superficialmente, os verdadeiros motivos que se apresentavam camuflados no início da propaganda nazista.

Ainda neste capítulo foi possível compreender a inquietude daquele povo alemão face a estas novas ideias, as quais se apresentaram de uma forma errada, ainda que eficaz, o que levou muitas pessoas a questionarem o totalitarismo de Adolf Hitler desde os primórdios da sua afirmação na Alemanha, tal como foi a atitude destes perante o espanto da relação da “ralé” com a elite, a qual nunca antes havia sido tão forte, o que levou aquele povo alemão mais lúcido a interrogar-se sobre o porquê daquela união tão inesperada, uma vez que esta junção de classes sociais distintas, à partida já era um sinal de que algo de errado estava para acontecer.

Ao voltarmos ao segundo capítulo também encontramos indícios claros e fortes de que o totalitarismo de Adolf Hitler estava a engendrar uma maneira de se livrar do povo judeu e das restantes minorias até então presentes na Alemanha, desejo a qual se realizou porque a ideologia nazista foi de tal modo convincente que acabou por “angariar” bastantes simpatizantes e colaboradores, o que nos permitiu ver que a condição humana estava bastante débil para aceitar prontamente todos os pressupostos do nazismo.

Já no terceiro capítulo apercebemo-nos de que por detrás das considerações políticas e éticas sobre o genocídio alemão se levanta a grande questão acerca de onde residia a responsabilidade moral destes executores, a qual é imprescindível para a análise ética das ações praticadas por estes burocratas.

Não basta percebermos que estes criminosos foram unicamente cumpridores de ordens superiores porque o âmago deste problema está na recusa de uma tradição de valores moralmente aceites, os quais acabaram por ser rejeitados, adotando-se assim uma nova “teoria moral”, na qual se enfatizava a ausência de qualquer sentimento de amor e respeito pelo próximo ou até mesmo a sensibilidade e compaixão para com o sofrimento

dos outros. Porém, estes burocratas haviam aprendido a instrumentalizar os sentimentos para que assim não fossem chamados à razão, ou seja, a recusa de valores morais e éticos era o meio pelo qual, segundo eles, acabariam por não serem responsabilizados pelos seus atos.

A desvinculação dos valores morais e éticos permitiu-lhes atuar segundo uma aparente justificação de que estariam a cometer aqueles atos monstruosos contra aquelas vítimas inocentes porque assim seria o desejável e necessário para a preservação da raça-ariana, o que revela uma aniquilação com a própria consciência e responsabilidade moral, ainda que, por mais que tenham tentado nunca deixaram de sentir culpa pelos atos cometidos, mesmo que não o dissessem era impossível não sentirem nada aquando do extermínio de outros seres humanos, tal como acabaria por acontecer com Adolf Eichmann, ainda que tivesse negado, ele sentiu um peso na sua consciência pelos crimes monstruosos que praticou e que permitiu que se realizassem.

Ainda que a responsabilidade moral do reconhecimento do outro como um ser igual a si mesmo não prevalecesse, a verdade é que em qualquer momento da vida destes criminosos houve algo que os fez pensar naquilo que estavam a fazer, mesmo que não tivessem capacidade para o admitir ou lutar contra os desígnios do sistema totalitário alemão.

## BIBLIOGRAFIA

ARENDT, H. – *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARENDT, H. – “A vita ativa e a condição humana”. In ARENDT, H. – *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, pp. 19-24.

ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.

ARENDT, H. – “Perspetivas sobre a «Questão Alemã»”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, pp. 41-60.

ARENDT, H. – “A imagem do inferno”. In ARENDT, H. – *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa, Relógio D'Água, 2001, pp. 116-126.

ARENDT, H. – “As técnicas da ciência social e o estudo dos campos de concentração”. In ARENDT, H. - *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, pp. 146-160.

ARENDT, H. – “Culpabilidade organizada e responsabilidade universal”. In ARENDT, H. - *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, pp. 61-75.

ARENDT, H. – “Compreensão e política (As dificuldades da compreensão)”. In ARENDT, H. - *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. Lisboa: Relógio D'Água, 2001, pp. 230-252.

ARENDT, H. – *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1994.

ARENDT, H. – “Préface”. In ARENDT, H. – *Condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1994, pp. 5-32.

ARENDT, H. – *Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Coimbra: Tenacitas, 2003.

ARENDT, H. – “III. Um especialista na questão judaica”. In ARENDT, H. - *Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Coimbra: Tenacitas, 2003, pp. 91-112.

ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: Prefácio”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 339-353.

ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: O movimento totalitário”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 390-413 e pp. 413-438.

ARENDT, H. – “Parte III – Totalitarismo: Uma sociedade sem classes”. In ARENDT, H. – *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 355-376 e pp. 376-389.

BAUMAN, Z. – *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Z. – “7. Para uma teoria sociológica da moralidade”. In BAUMAN, Z. – *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, pp. 197-229.

BAUMAN, Z. – “8. Pós-reflexão”. In BAUMAN, Z. – *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, pp. 230-236.

RICOEUR, P. – *La memoria, la historia, el olvido*. Madrid: Trotta, 2003.

RICOEUR, P. – *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.